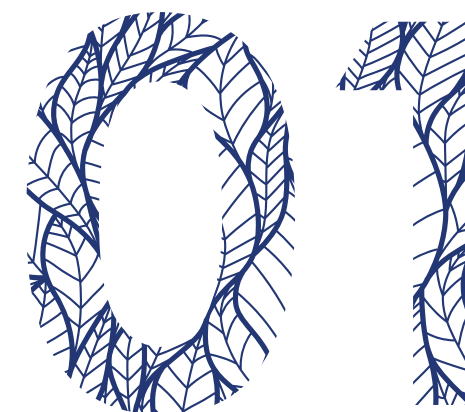
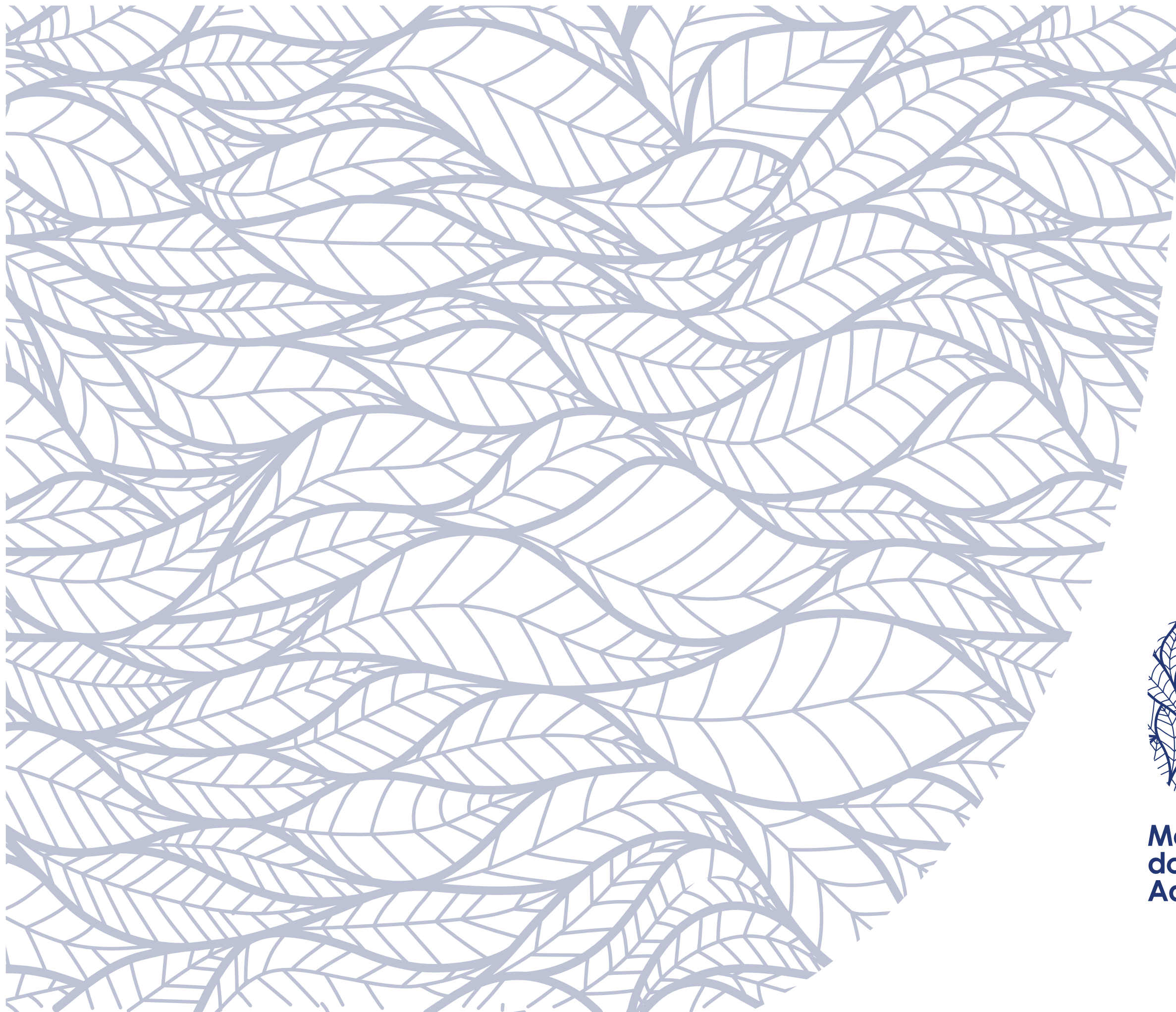




**Empresa Municipal
de Ambiente
do Porto, EM., S.A.**

2024

**Relatório
Integrado**



**Mensagem
do Conselho de
Administração**

01 Mensagem do Conselho de Administração

“(...)compromete-se com a promoção de impactos positivos na cidade, com respeito pelo ambiente, através de soluções inovadoras e diferenciadoras, pelo bem-estar de todos os cidadãos, sempre de forma que a Empresa seja e reconhecida como uma referência no setor.”



A Porto Ambiente apresenta o primeiro relatório integrado, um marco significativo rumo a uma maior transparência, responsabilidade e sustentabilidade na gestão ambiental do município.

O Conselho de Administração acredita firmemente que o propósito da organização vai além da mera prestação de serviços. Como tal, compromete-se com a promoção de impactos positivos na cidade, respeito pelo ambiente, através de soluções inovadoras e diferenciadoras, pelo bem-estar de todos os cidadãos, que fazem da Empresa uma referência no setor.

A Porto Ambiente demonstrou sempre uma capacidade inesgotável de enfrentar desafios e, ciente de que ainda muito há a fazer, mantém a determinação no trajeto de melhoria contínua, de forma íntegra e transparente.

Em 2024, os desafios abrangeram, nomeadamente (i) o culminar de um longo processo de revisão do plano de ação, concluindo-se a apro-

vação do PAPERSU pela Autoridade Nacional de Resíduos e pela Câmara Municipal do Porto; (ii) a Integração dos clientes do Ecofone na Porto Ambiente (cerca de 800 clientes); (iii) a formalização da candidatura ao aviso do Norte 2030, que permitirá acelerar a implementação das medidas preconizadas no PAPERSU; (iv) o reconhecimento do regulador relativo ao desempenho do ano de 2023, através da atribuição do quarto selo de Qualidade de Gestão de Resíduos Urbanos e, segundo Prémio de Excelência do Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos; (v) o crescimento do envolvimento da liderança para o Pacto do Porto para o Clima; (vi) o reforço e reformulação do investimento efetuado na sensibilização; (vii) a eletrificação da varredura mecânica e; (viii) o contínuo investimento na digitalização e integração da operação; entre muitos outros.

Findo o período de 2024, o desempenho financeiro traduz-se num resultado líquido de 541 469 euros, com uma taxa de execução orçamental de 97 % dos Gastos e de 98 % dos Rendimentos.

Concluído este período, o Conselho de Administração renova o seu agradecimento ao acionista, pelo comprometimento e confiança demonstrada, aos colaboradores pelo esforço, entrega e devoção nas tarefas que lhes foram confiadas, ao fiscal único e demais órgãos da sociedade pelo

apoio, competência e dedicação com que sempre nos honraram, clientes e fornecedores pela confiança e cooperação demonstrada, bem como a todos os munícipes, através do seu envolvimento e adesão aos processos implementados que contribuem para os resultados alcançados.

O Conselho de Administração


Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)


Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)


Helena Vilasboas Tavares
(Vogal)



02

Índice



1	MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4	5	MATERIALIDADE	33	PRÁTICAS DE PAGAMENTO	81	15	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	95																																																	
2	ÍNDICE	8		INTERESSES E PONTOS DE VISTA DAS PARTES INTERESSADAS	34	FONTES DE FINANCIAMENTO PROJETOS	82		PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023																																																		
				DESCRIÇÃO DOS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO		COMUNICAÇÃO E IMAGEM	83																																																				
				DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS	36	ECOPORTO	85																																																				
3	TRANSPARÊNCIA E FUNCIONAMENTO	12	6	IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES MATERIAIS	37	ECOLINHA	85	16	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	98																																																	
				AGENDA DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA	41	9	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL				88	PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024																																															
				AMBIENTAL	49																																																						
4	A ADMINISTRAÇÃO E A SUSTENTABILIDADE	24	7	POLÍTICAS, AÇÕES E METAS RELATIVAS		10	CUMPRIMENTO DOS INDICADORES DE EFICÁCIA E EFICIÊNCIA	89	17	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	100																																																
				RECURSOS HUMANOS	70							11	ANÁLISE DOS CRITÉRIOS 2024	91	18	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	104																																										
																		12	ENDIVIDAMENTO	91	19	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	146																																				
																								13	DIVULGAÇÕES OBRIGATÓRIAS	92	20	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	152																														
																														14	BALANÇO	94	21	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156																								
																																				8	GOVERNANÇA	77	78	79	80	81																	
																																											POLÍTICAS, CULTURA E ÉTICA EMPRESARIAL	CONTRATAÇÃO PÚBLICA	GESTÃO DAS RELAÇÕES COM OS FORNECEDORES	COMPRAS PÚBLICAS ECOLÓGICAS – ECO360													
																																															DECLARAÇÃO SOBRE O DEVER DE DILIGÊNCIA	ESTRATÉGIA, MODELO DE NEGÓCIO E CADEIA DE VALOR	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS POR SETOR	SIGNIFICATIVO DAS ESRs									
																																																			DESCRIÇÃO DA EMPRESA	MISSÃO, VISÃO E VALORES	FONTES DE RECEITA	ESTRUTURA ORGÂNICA	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLOS INTERNOS	EVENTOS SUBSEQUENTES	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE, INVESTIMENTOS E RESULTADOS	APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	CONTEXTO MACROECONÓMICO E PERSPETIVAS FUTURAS



**Transparência
e Funcionamento**

03
Transparência
e Funcionamento

“A Porto Ambiente pretende ser uma empresa de referência nacional e internacional no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para promoção e proteção do ambiente.”

O presente Relatório refere-se à atividade da Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M, S.A. (doravante Porto Ambiente) no período compreendido entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024, no que respeita à informação financeira e de sustentabilidade.

Esta secção visa dar cumprimento aos deveres de informação e transparência, previstos na legislação para o setor público empresarial, no qual a Porto Ambiente se enquadra pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Nos termos das disposições legais da Lei 50/2012, de 31 de agosto, a qual estabelece o atual regime jurídico da atividade empresarial local, mais concretamente em conformidade com o seu artigo 42.º, conjugado com a alínea f) do número 1 do artigo 14.º dos estatutos da Porto Ambiente, submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Geral da Empresa, o relatório e contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apro-

vado pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2025.

|ESRS 2 BP-1|ESRS 2 BP-2| Numa perspetiva de melhoria contínua e cientes do nosso papel enquanto agente mobilizador para a ação climática, competitividade, emprego, justiça social e resiliência da cidade, a Porto Ambiente adianta com este Relatório um passo no caminho para a implementação da Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa (CSRD – Corporate Sustainability Reporting Directive), publicando o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade com referência ao período compreendido entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024 que, sendo este o resultado de um primeiro alinhamento, garante ainda margem para abordagens mais aprofundadas e consolidadas, no caminho do total cumprimento daquele normativo.

Segue tabela resumo para enquadramento relativamente ao relatório de sustentabilidade per si dos tópicos materiais para a Porto Ambiente.

CAPÍTULO SUBCAPÍTULO SUBTEMAS	REQUISITOS	Página (s)
03 - Transparência e Funcionamento		
-	ESRS BP-1	10
-	ESRS BP-2	10
Gestão de riscos e controlos internos	ESRS GOV-5	14 - 16
04 - A Administração e a Sustentabilidade		
O papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	ESRS 2 GOV-1	23 - 26
Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas	ESRS 2 GOV-2	26
Declaração sobre o dever de diligência	ESRS 2 GOV-4	26 - 28
Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	ESRS 2 SBM-1	28 - 29
Demonstrações financeiras por setor significativo das ESRS	ESRS 2 SBM-1	31 - 32
05 - Materialidade		
Interesse e pontos de vista das partes interessadas	ESRS 2 SBM-2	33 - 35
Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais	ESRS 2 IRO-1	35 - 37
Impactos, riscos e oportunidades materiais	ESRS 2 SBM-3	37 - 43
06 - Ambiental		
Divulgação comum		
-	ESRS 2 SBM-3	53 - 54
Políticas, ações e metas relativas às alterações climáticas	E1-2 E1-3 E1-4	54
Emissões	E1-6	55 - 57
Alterações climáticas	E1-1	59
Recursos hídricos e marinhos	E3-1 E3-2 E3-3 E3-4 E3-5	59 - 60
Utilização dos recursos e economia circular	E5-1 E5-2 E5-3 E5-4 E5-5	60 - 67
Limpeza do Espaço Público		
Alterações climáticas	E1-1	68
Recursos hídricos e marinhos	E3-1 E3-2 E3-3 E3-4 E3-5	69 - 70
Utilização dos recursos e economia circular	E5-1 E5-2 E5-3 E5-4 E5-5	70 - 71
Pacto do Porto para o Clima		
Alterações climáticas	E1-1	72 - 73
Divulgação comum		
Biodiversidade e ecossistemas	E4-1 E4-2 E4-3 E4-4 E4-5 E4-6	74 - 75
Poluição	E2-1 E2-2 E2-3 E2-4 E2-5 E2-6	75 - 79
Consumo Energético	E1-5	79 - 80
07 - Social		
-	ESRS 2 SBM-3	80
Recursos Humanos	S1-1 a S1-17	80 - 85
08 - Governança		
Política, cultura e ética empresarial	G1-1 G1-3 G1-4 G1-5	86 - 87
Gestão das relações com os fornecedores	G1-2	88 - 89
Práticas de pagamento	G1-6 G1-2	90

O reporte desta informação segue as orientações das Normas Europeias de Relatórios de Sustentabilidade (ESRS) que especifica os requisitos a divulgar com base na realização de uma análise de dupla materialidade abordada no Capítulo 03 Materialidade.

Com este passo, a Porto Ambiente partilha voluntariamente o progresso ao nível dos ESG – ambiente, social e governança, demonstrando o elevado grau de compromisso para com os nossos stakeholders.

Descrição da Empresa

A Porto Ambiente é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos, Limpeza do Espaço Público, assim como a coordenação e operacionalização das atividades no âmbito do Pacto do Porto para o Clima.

O capital social, no montante de 3 265 566 Euro (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros), é representado por 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações com o valor nominal de 1 (um) euro cada.

O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê o exercício, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto, as seguintes competências:

- Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- Cumprir com o Plano de ação (atualmente PAPERSU), de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (atualmente PERSU 2020+);

- Gerir, de forma integrada e adequada, a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;
- Assegurar e definir com o Município do Porto o modo de articulação entre si, de forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica;
- Articular com a LIPOR o encaminhamento dos resíduos de forma a assegurar o tratamento dos mesmos em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

Missão, Visão e Valores

A missão da Porto Ambiente é a melhoria contínua da eficácia do sistema de gestão e recolha de resíduos e de limpeza do espaço público tendo como base os princípios de qualidade do serviço, rigor e transparência. Esta missão, é orientada pelos seguintes valores, que fornecem direção e propósito à organização:



Fontes de Receita

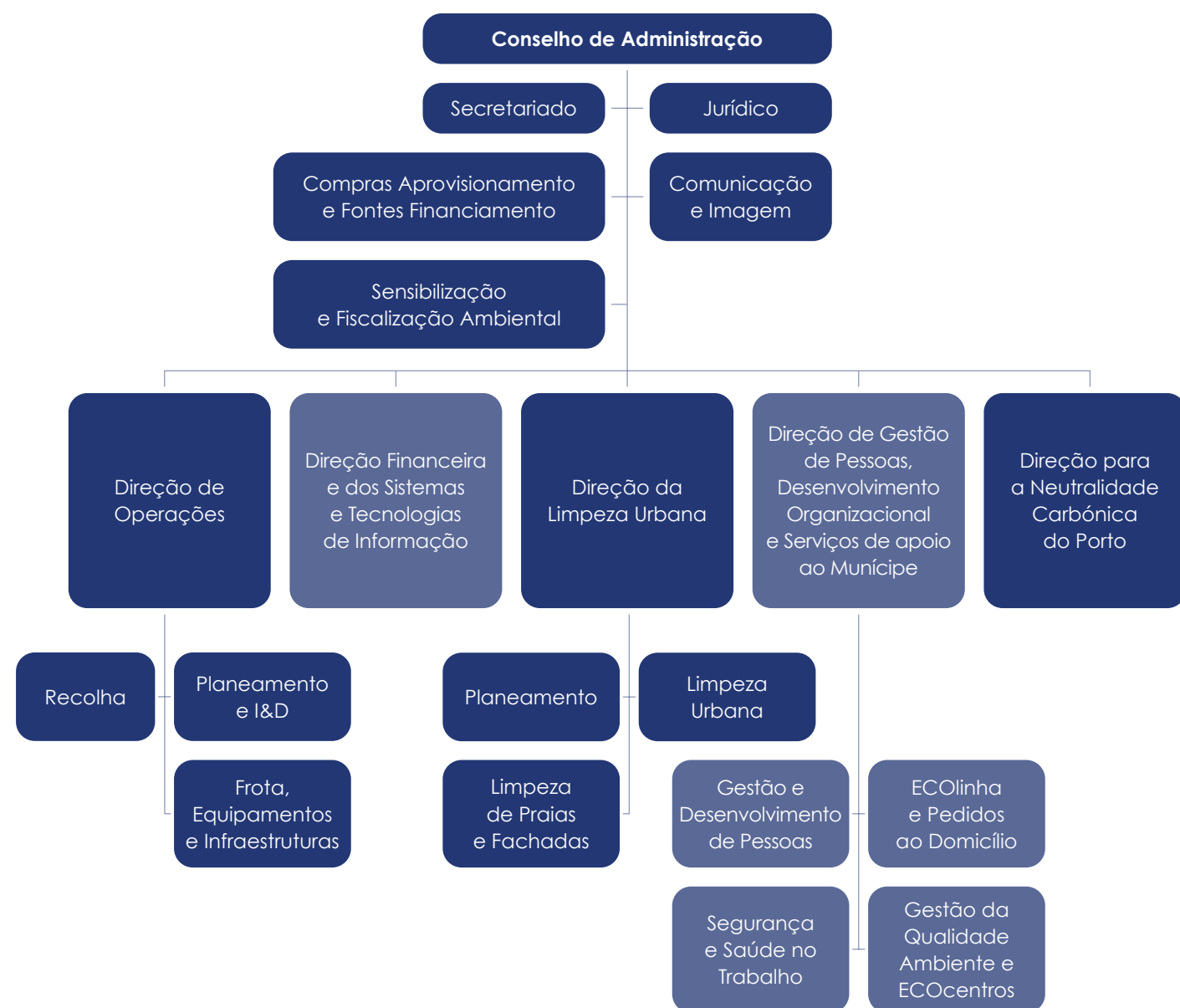
O Rédito e a receita foram e serão realizados mediante as seguintes fontes:

- a) Receitas próprias, na sua generalidade resultantes da aplicação da tarifa de gestão de resíduos urbanos. A referida tarifa é definida pelas entidades gestoras, sujeita a parecer pelo regulador (ERSAR) e aprovada pelo município, visando refletir a remuneração dos custos incorridos com a prestação da atividade de gestão dos resíduos urbanos, em cenário de eficiência;
- b) Subsídio à exploração, para a cobertura da tarifa nos períodos justificadamente necessários;
- c) Subsídio à exploração, no âmbito da Limpeza do Espaço Público.
- d) Subsídio à exploração, no âmbito do Pacto do Porto para o Clima (neutralidade carbónica);
- e) Outras receitas próprias, em função da prestação de outros serviços complementares e/ou acessórios à Gestão de resíduos urbanos ou Limpeza do espaço público.



Estrutura Orgânica

ÓRGÃO	FUNÇÃO	NOME
Assembleia-Geral	Representante do Município	Carlota Vilaça Bastos Silva Fonseca
	Presidente da Mesa	Sérgio Martins Vieira da Cunha
	Secretário	Cláudia Cristina Pimenta Carneiro
	Secretário	Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
Conselho de Administração	Presidente	Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção
	Vice-Presidente	Maria Helena Vilasboas Tavares
	Vogal	Maria Helena Vilasboas Tavares
Fiscal Único	Efetivo	Mazars e Associados, SROC, S.A. representada por: José Fernando Abreu Rebouta
	Suplente	Patrícia Alexandra Faria Cardoso



Gestão de Riscos e Controlos Internos

| ESRs 2 GOV-5 | A atividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de fatores de riscos e, portanto, a sua gestão é crucial para garantir a eficácia e eficiência da prestação de serviços. Para tal, a Porto Ambiente adota diversas práticas que permitem identificar, avaliar e mitigar os riscos associados.

Presente e sensível para a identificação, definição e implementação de políticas de gestão e cobertura eficaz dos riscos a que está exposta, a Porto Ambiente avaliou os possíveis riscos por meio de análises qualitativas – a probabilidade

de ocorrência e o impacto dos riscos identificados – e, por envolvimento das partes interessadas – através da análise da perceção da importância de temas e possíveis riscos percebidos –, resultaram os evidenciados infra.

Em termos financeiros, o risco de crédito e o risco de liquidez, cuja monitorização é também partilhada e realizada em gestão comum e coordenada pelo Município do Porto (grupo de inserção).

O risco de crédito, ainda que reduzido, está presente na faturação a entidades individuais ao nível de (i) transporte de Resíduos de Construção e Demolição e outros similares, assim como (ii)

na cobrança de tarifa regulada, efetuada aos clientes finais por intermédio das Águas do Porto. A monitorização deste risco é efetuada pelo Departamento Financeiro, nomeadamente pelo controlo de crédito, e no caso da tarifa, limitada ao período de crédito das Águas do Porto.

O risco de liquidez está presente na medida em que as fontes de financiamento da Empresa são limitadas e com reduzido nível de elasticidade por parte da Porto Ambiente. A monitorização e gestão deste risco por parte da Empresa resulta de um adequado nível de planeamento, quer ao nível da negociação contratual com fornecedores, quer ao nível da contratualização das “fontes de financiamento”, isto é, Contratos programa com o Município, contrato com as Águas do Porto e, mais recentemente, financiamentos externos por via de contratos de locação financeira.

A execução das duas grandes atividades operacionais da empresa, a Gestão de resíduos urbanos e a Limpeza urbana, obriga à disponibilização de uma capacidade instalada relevante, nomeadamente ao nível de viaturas disponíveis e número de recursos humanos. O facto destas viaturas recorrentemente necessitarem de suspender a operação, por motivos de manutenção, assim como o nível de absentismo do setor, são fatores que constituem um risco operacional. Além destes, a operação poderá também ser condicionada com eventos climáticos adversos ou possíveis avarias nos equipamentos.

O risco de conformidade legislativa está presente pela constante atualização da regulamentações e diretrizes e sujeita a possíveis processos.

Por conseguinte, os riscos reputacionais advêm da possibilidade da interrupção da prestação de serviços, possíveis reclamações, ações legais e dificuldades financeiras.

O conjunto destes riscos enquadra-se num quadro como o das alterações climáticas que comportam, por exemplo, inundações passíveis de interromper a operação, poluição emitida pelos camiões e, na conduta empresarial, no sentido do cumprimento legislativo e, principalmente, na diligência perante os riscos mencionados.

Eventos Subsequentes

A Porto Ambiente, como qualquer organização, enfrenta desafios significativos devido à volatilidade geopolítica e suas consequências económicas. Abaixo, descreve-se de forma sintética, os principais aspetos de como a Empresa abordou e tem vindo a abordar essa situação:

- **Monitorização Contínua:** A Porto Ambiente tem vindo a manter um acompanhamento constante sobre os desenvolvimentos políticos, económicos e financeiros de uma forma geral, e em particular relacionados com os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente. Isto inclui a análise aos impactos na economia global, assim como principais mudanças nas tarifas comerciais, em particular no preço dos combustíveis cujo impacto em 2022 foi devastador no orçamento da Empresa;
- **Diversificação de Fontes de Matéria-Prima e Fornecedores:** Ainda que no âmbito da atividade da Porto Ambiente, esta não seja uma preocupação emergente, não deverá ser completamente negligenciado o potencial impacto em determinados parceiros relevantes, como fornecedores de equipamentos. A este nível e, não obstante das dificuldades decorrentes das especificidades nos bens e equipamentos a adquirir, assim como da dependência do cumprimento das regras de contratação pública, a Porto Ambiente tenta diversificar os seus fornecimentos, e acompanhar o desempenho dos seus parceiros;
- **Resposta Flexível às Mudanças:** A Porto Ambiente deve ser, e tem vindo a ser, ágil e capaz de ajustar suas estratégias conforme necessário. Isso pode envolver a revisão de alguns objetivos, a alocação de recursos para determinadas áreas e a redução de custos não essenciais.
- **Crescimento Sustentável:** A Porto Ambiente tem vindo a elaborar Instrumentos de gestão previsional com horizonte temporal entre 4 a 5 anos, e assenta num contrato de Gestão Delegada com um horizonte de 15 anos. Assim, aposta numa estratégia de crescimento sustentável, não meramente de curto prazo.

- **Gestão de Riscos:** A Porto Ambiente incorpora uma estratégia robusta e diversificada na gestão de riscos. Isto inclui avaliar e mitigar os riscos identificados, nomeadamente os geopolíticos, bem como garantir a saúde financeira, permitindo assim lidar com crises imprevistas sem que comprometa os objetivos de eficiência.

Em adição ao anteriormente mencionado, não são conhecidos outros eventos que alterem a apresentação de contas ilustrada neste documento e respetivas peças e anexos.

Evolução da Atividade, Investimentos e Resultados

Em 2024 foram múltiplas as áreas de atuação em que a Porto Ambiente apostou, em particular nas áreas que lhe foram delegadas ou mandatadas. Desses objetivos e desafios, enfatiza-se os dados do gráfico infra onde, no cômputo geral se pode afirmar a evolução da Empresa.



Além destes, os objetivos delineados pela Porto Ambiente foram fortalecidos pelo reconhecimento do esforço de todos, através da atribuição do quarto selo de Qualidade de Gestão de Resíduos Urbanos e do segundo o Prémio de

Excelência do Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos, relativos a 2023.

Em retrospectiva, 2024 viu ser reforçada a reputação da empresa enquanto referência no setor, com elevada qualidade dos serviços e com destaque nas seguintes tarefas e objetivos, concluídos com sucesso:

- Aprovação do PAPERSU pela Autoridade Nacional de Resíduos e pela Câmara Municipal do Porto;
- Integração dos clientes do ECOFONE, representando um aumento de 800 clientes;
- Formalização da candidatura ao aviso do Norte 2030, que permitirá acelerar a implementação das medidas preconizadas no PAPERSU;
- Participação do projeto CommunCity – Digital Circular Economy Services in Porto – em parceria com a Porto Digital e a Domus Social, cujo objetivo é a disponibilização de uma aplicação que permitirá a doação de bens do EcoPorto a famílias carenciadas;
- Reconhecimento do trabalho da Porto Ambiente através do envolvimento da Administração da Porto Ambiente enquanto oradores em dois painéis no 18.º Fórum de Resíduos;
- Dinamização do projeto de triagem e valorização de resíduos de papeleiras, em parceria com a Electrão;
- Abertura do Centro de Circularidade do Porto – EcoPorto – que visa dar uma nova vida aos resíduos recolhidos, pretendendo ser um centro de formação e capacitação que promova a transição para uma economia mais circular;
- Encerramento do projeto POSEUR, que visou o reforço da recolha seletiva de biorresíduos, através da aquisição de contentores de proximidades, campanhas de sensibilização, entre outras atividades;
- O arranque do projeto Wake Up! que faz do Porto uma cidade-piloto na iniciativa da Net-

ZeroCities para testar soluções para acelerar a transição climática e energética nos centros urbanos, através da tecnologia;

- O reforço do envolvimento da liderança no Pacto do Porto para o Clima com 74 iniciativas, tais como atividades promovidas, representações e apresentações públicas;
- Continuidade do investimento na digitalização e integração da operação: que tem vindo progressivamente a dar passos no sentido da potencialização e otimização dos recursos disponíveis, na disponibilização da informação de suporte às decisões, e que caminha no sentido do feedback aos utilizadores e operadores no sistema;
- O período de 2024 registou um crescimento global na ordem dos 3,13%, contribuindo para este resultado o crescimento da fração indiferenciada em 2,59%, assim como crescimento da fração seletiva em 4,66%;
- Aquisição de uma frota de 20 equipamentos ao serviço das equipas da Porto Ambiente, sendo a sua maioria elétricos, investimento de cerca de 6 milhões de euros;
- Reforço da frota de viaturas de recolha e lavagem, sete das quais concretizada em dezembro de 2024, cujo investimento ronda os 2 milhões de euros;
- Quase 10 mil intervenções na limpeza de fachadas, 169 mil km limpos na varreduras e cerca de 2 500 arruamentos que foram alvo de extirpação da vegetação;
- Em 2024, a equipa de Sensibilização e Fiscalização, tendo visto a sua equipa reorganizada e reforçada, traçou objetivos muito ambiciosos, objetivos esses que estão a vir a ser manifestamente cumpridos, como é exemplo os 3 836 registos de ação de sensibilização e fiscalização.

Aplicação dos Resultados

Uma vez que a Limpeza do Espaço Público, assumindo características de um bem social, está



excluída do Sistema Tarifário, as transferências atribuídas a título de subsídio à exploração visam cobrir os custos líquidos do serviço, pelo que o resultado desta atividade será sempre nulo.

De forma idêntica ao supramencionado, também a atividade da Neutralidade Carbónica (Pacto do Porto para o Clima) está excluída de qualquer Sistema Tarifário, na medida em que traduz um desafio assumido pela cidade para integrar o restrito leque de cidades que vão liderar a neutralidade carbónica na Europa até 2030. Nesse contexto, as transferências atribuídas a título de subsídio à exploração visam igualmente cobrir os custos líquidos do serviço, pelo que o resultado desta atividade será sempre nulo.

Já no que respeita à atividade de Gestão de Resíduos Sólidos, sendo a mesma regulada e com objetivos de sustentabilidade, encontra-se definida uma trajetória tarifária que ambicione garantir a integral cobertura dos gastos da atividade pelas receitas obtidas pelo tarifário aprovado. Nos períodos em que a tarifa de resíduos urbanos não se verifique suficiente para a

cobertura dos gastos desta atividade regulada, o défice resultante da mesma seria igualmente objeto subsídio à exploração, pelo que o resultado desta atividade será igualmente nulo.

No cômputo geral, o exercício de 2024 saldou-se com um resultado líquido no montante de 541 468,74 Euro (quinhentos e quarenta e um mil,

quatrocentos e sessenta e oito euros e setenta e quatro centimos), propondo a Administração que o mesmo seja nas reservas legais, o montante de 27 073,44 Euro (vinte e sete mil, setenta e três euros e quarenta e quatro centimos) e, nos resultados transitados, o montante de 514 395,30 Euro (quinhentos e catorze mil, trezentos e noventa e cinco euros e trinta centimos).

valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS		2024			
		RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS	SERVIÇOS AUXILIARES	LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	NEUTRALIDADE CARBÓNICA
Vendas e serviços prestados	+	19 189 318	629 767	-	-
Contratos programa		-	-	9 859 537	244 293
Outros subsídios à exploração	+	32 862	12	2 488	966
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-	-	-	-	-
Variação nos inventários da produção	+/-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	+	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(110 611)	(1 037)	(223 510)	(17)
Fornecimentos e serviços externos	-	(9 725 085)	(148 747)	(1 826 072)	(106 530)
Subcontratos	-	(39 220)	-	-	-
Tratamento de resíduos	-	(5 232 034)	(100 748)	(159 898)	-
Outros trabalhos especializados	-	(1 020 899)	(11 933)	(350 804)	(86 761)
Combustíveis, seguros e manutenção	-	(2 173 322)	(21 876)	(456 595)	(2 046)
Aluguer de viaturas	-	(325 061)	(5 775)	(552 131)	(6 806)
Fornecimentos e serviços externos - outros	-	(934 549)	(8 415)	(306 645)	(10 916)
Gastos com pessoal	-	(8 417 604)	(102 383)	(7 124 358)	(135 990)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-/+	-	-	-	-
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	(79 637)	(1 650)	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	-	-	-	-
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	-	-	-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	+	1 189 149	359	74 331	145
Outros gastos e perdas	-	(784 079)	(10 883)	(21 811)	(93)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	1 294 312	365 439	740 604	2 772
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(933 817)	(9 898)	(562 243)	(2 065)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	360 494	355 541	178 362	707
Juros e rendimentos similares obtidos	+	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	(128 927)	(2 152)	(173 263)	-
Resultado antes de impostos	=	231 567	353 388	5 099	707
Imposto sobre rendimento do período	-/+	(22 805)	(20 682)	(5 099)	(707)
Resultado líquido do período	=	208 762	332 707	-	-

Contexto Macroeconómico e Perspetivas Futuras

A atividade e desempenho da Porto Ambiente é diretamente condicionada pelo contexto macroeconómico que a envolve, motivo pelo qual é pertinente considerar os dados económicos e políticas reguladoras que impactam ou podem impactar, diretamente ou indiretamente, nas suas operações e respetivo desempenho.

Em 2024, a economia portuguesa registou um crescimento de 1,9%, ligeiramente acima da previsão inicial de 1,8%¹. Este desempenho foi impulsionado por um aumento significativo do consumo privado, resultado de cortes fiscais, aumentos salariais e pensões. No entanto, as exportações, apesar de recordes no setor do turismo, setor esse particularmente relevante para o desempenho da atividade da Porto Ambiente, foram contrabalançadas por um aumento das importações, resultando numa contribuição líquida negativa do setor externo.

A nível internacional, o crescimento global manteve-se estável em 2,6% durante 2024, refletindo os esforços contínuos dos bancos centrais para controlar a inflação através de políticas monetárias restritivas. Para 2025, o Banco Mundial projeta um crescimento global de 2,7%², indicando uma estabilização da economia mundial, atribuída a fatores como tensões comerciais, políticas protectionistas e elevados níveis de endividamento em várias economias, embora a mesma se estime em níveis inferiores aos registados na década pré-pandemia, que apresentava uma média de 3,1%.

Para 2025, as projeções do Banco de Portugal apontam para uma aceleração do crescimento económico português para 2,2%³, sustentado por melhores condições financeiras, aumento da procura externa e maior influxo de fundos da União Europeia. A inflação deverá estabilizar em torno de 2,1%, alinhando-se com os objetivos do Banco Central Europeu.

¹ Reuters: <https://www.reuters.com/markets/europe/portugal-economic-growth-speeds-up-fourth-quarter-15-2025-01-30/>

² Worldbank: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2024/06/11/global-economic-prospects-june-2024-press-release>

³ Banco de Portugal: <https://www.bportugal.pt/publicacao/boletim-economico-dezembro-2024>

O setor do turismo continuará a desempenhar um papel crucial na economia nacional. Especificamente na cidade do Porto, o turismo registou um desempenho notável em 2024. Entre janeiro e outubro, os turistas gastaram mais de 435 milhões de euros em alojamentos turísticos, representando um aumento superior a 12% em relação ao mesmo período de 2023, tendo o Aeroporto Francisco Sá Carneiro movimentado cerca de 15,93 milhões de passageiros em 2024, refletindo um crescimento de 4,8% face ao ano anterior.

Estas perspetivas macroeconómicas são cruciais para a Empresa Municipal de Ambiente do Porto, uma vez que influenciam diretamente os custos operacionais, as receitas e os investimentos futuros.

Espera-se assim que a estabilidade económica prevista para 2025 poderá proporcionar um ambiente favorável para a implementação de projetos ambientais e de sustentabilidade na região.

Em respeito com o plano de investimento e compromissos contratuais assumidos, não existindo à data indícios que comprometem a continuidade, a Porto Ambiente espera, em 2024

- a) Aumentar os níveis de satisfação e de qualidade dos serviços prestados;
- b) Procurar aumentar os níveis de serviço, produtividade, eficiência e qualidade dos processos, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade de vida no Município do Porto e redução do custo imputado ao consumidor.

Tendo por base este enquadramento e as políticas de gestão do risco implementado, não temos conhecimento de quaisquer eventos relevantes que coloquem em causa o pressuposto de continuidade das operações tendo em consideração, desde logo, os potenciais impactos decorrentes do atual contexto económico, despoletado pelos dois anos de pandemia e subsequente invasão russa do território ucraniano, reflexão essa que mereceu particular destaque na secção seguinte.



04

**A Administração e
a Sustentabilidade**

04 A Administração e a Sustentabilidade



“No ano de 2022 foram múltiplas as áreas de atuação em que a Porto Ambiente não só demonstrou uma capacidade notável de adaptação e resiliência, assegurando a continuidade da excelência dos seus serviços, como ainda apresentou ter capacidade para abraçar o desafio da internalização da atividade da Limpeza Urbana...”

O Papel dos Órgãos de Administração, de Direção e de Supervisão

| ESRS 2 GOV-1 | Em conformidade com o aplicável no número 8 do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os membros da Assembleia Geral não são remunerados, enquanto o Conselho de Administração da Porto Ambiente detém dois membros executivos remunerados e um presidente não executivo, à luz do número 4 da referida Lei.

O Conselho de Administração é composto pelo género feminino em 33,33% e 33,33% por membros não executivos.

Os órgãos de administração da Porto Ambiente são estruturados em três funções gerais, em prol da prossecução de um melhor serviço público, transparente e eficiente, através do alinhamento e definição de boas práticas, em que:

a) Compete à **Assembleia Geral**, designar ou destituir a maioria dos membros do Conselho de

Administração bem como orientar e designar as metas de promoção do desenvolvimento local a desenvolver pela Empresa através dos contratos programa;

b) Compete ao **Conselho de Administração** os mais amplos poderes de gestão de empresa previstos na lei, designadamente:

- Administrar o património da empresa;
- Nomear titulares para cargos de direção;
- Elaborar os planos plurianuais e anuais de atividade, de investimento e financeiros, orçamentos anuais de investimento e de exploração e de tesouraria, bem como o balanço previsional;
- Elaborar o relatório e contas do exercício;

- Propor à Câmara Municipal do Porto os preços e tarifas a praticar pela empresa;

- Celebrar contratos de gestão, protocolos de colaboração e outros contratos com outras entidades, quer públicas ou privadas, no âmbito da atividade e para a prossecução dos objetivos;

- Aprovar os regulamentos internos e diretrizes adequadas ao bom funcionamento da empresa, bem como definir a organização interna correspondente aos departamentos e serviços de apoio;

- Por delegação do Município do Porto, a instauração de processos de contraordenação, a designação do instrutor, por violação das normas legislativas e regulamentares que regem o serviço público a cargo da empresa;

- Prosseguir as orientações, objetivos e metas determinadas em Assembleia Geral e as vertidas em contratos programa celebrados com o Município do Porto;

c) Compete ao **Fiscal Único** a fiscalização, participação e emissão de pronúncia acerca da atividade da empresa.

O Conselho de Administração é o órgão máximo responsável pela fiscalização dos impactos, riscos e oportunidade, sendo que a direção intermédia é responsável pela comunicação e gestão desses impactos a nível de operação. No entanto, esta responsabilidade não tem impacto nos mandatos do conselho de administração nem em políticas conexas.

Contudo, a Porto Ambiente não integra, atualmente, nenhum comité específico, sendo para os devidos efeitos apresentado em reunião do Conselho de Administração os impactos avaliados, bem como os riscos e oportunidades, para avaliação e fiscalização tendo em consideração os inputs dos demais departamentos da Empresa.

Desta comunicação e avaliação, são definidas medidas e/ou procedimentos que visam atenuar os impactos ou reduzir os riscos materiais, sendo esses

divulgados aos quadros superiores, nomeadamente diretores ou coordenadores, para que possam proceder à implementação na área de atuação.

A avaliação da definição de metas e respetivo acompanhamento acontece através de métricas definidas, maioritariamente quantitativas, e são divulgadas aquando da reunião de direções, cujo propósito é avaliação de indicadores.

No âmbito das operações, a Porto Ambiente reafirma o seu compromisso com a sustentabilidade com uma abordagem estratégica de forma a garantir que as práticas e decisões são alinhadas com os princípios da sustentabilidade. Para o efeito, os órgãos de administração, direção e supervisão são munidos de competências e conhecimentos sólidos através de workshops e conferências assim como pelo acesso a peritos, internos e externos, na área ambiental, assegurando que a atuação da empresa é informada e eficaz.

Desta forma, a Porto Ambiente não cumpre apenas a função de garantir um Porto limpo como se posiciona como um exemplo de responsabilidade e inovação na gestão ambiental.

Informações Prestadas e Questões de Sustentabilidade Abordadas

| ESRS 2 GOV-2 | A sustentabilidade, integrada na Direção Financeira, recai sobre a responsabilidade do último referido, que sincroniza as informações das restantes áreas, assegura a divulgação dos tópicos de atuação prioritário e assegura o alinhamento e integração das políticas e diretrizes de sustentabilidade, com reporte semestral dos impactos, riscos e oportunidades ao Conselho de Administração.

As avaliações constantes dos impactos ambientais desempenham um papel crucial na atividade da Empresa e, como tal, são apresentadas de forma sistemática, para garantir a sua atualização contínua e a eficácia das políticas, ações, métricas e metas adotadas.

Declaração sobre o Dever de Diligência

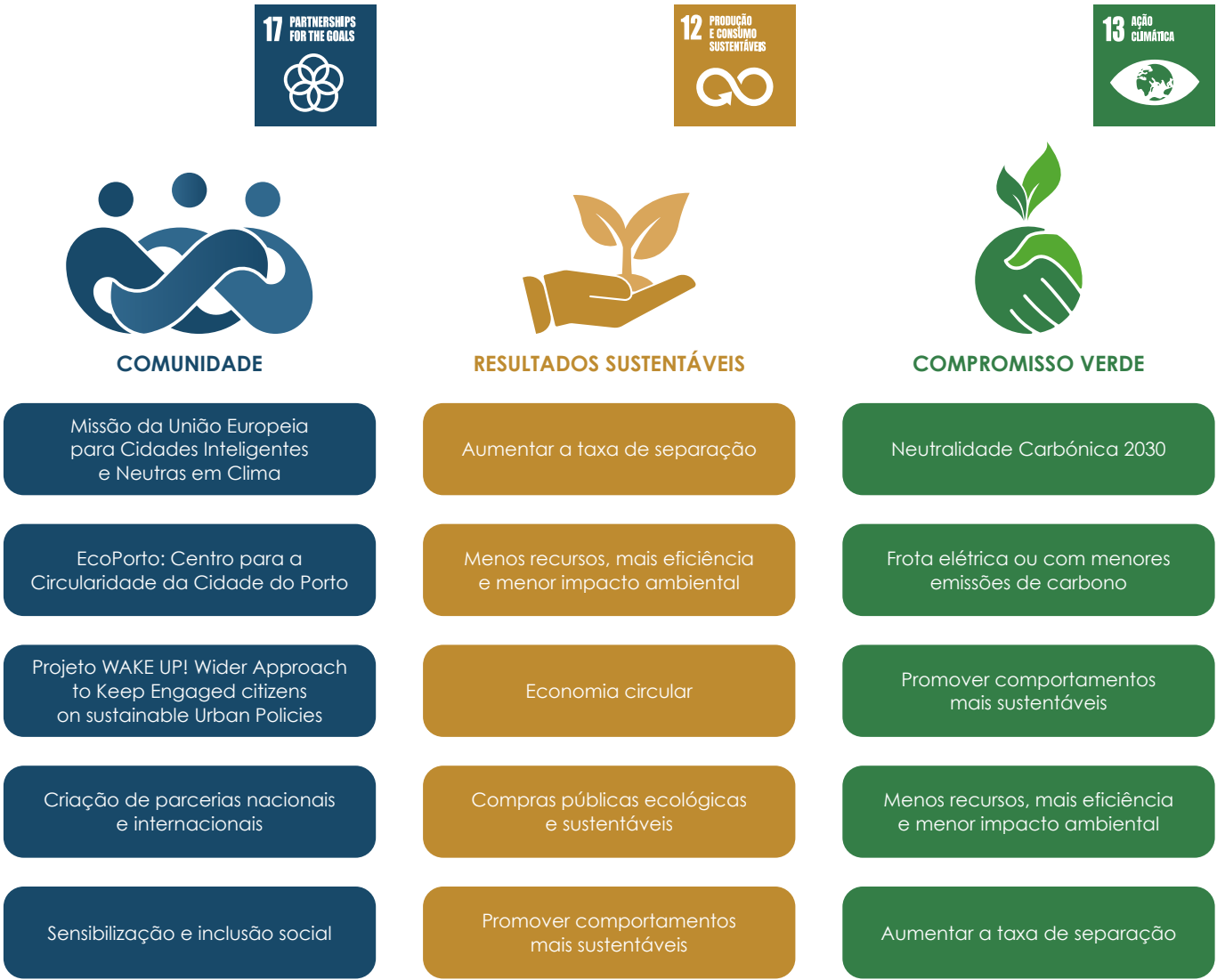
| **ESRS 2 GOV-4** | A Porto Ambiente reconhece que a implementação de um dever de diligência robusto fortalece a responsabilidade em relação aos impactos nas pessoas e no ambiente. A tabela infra sistematiza os elementos essenciais do dever de diligência com os pontos pertinentes das nossas declarações de sustentabilidade.



ELEMENTOS ESSENCIAIS DO DEVER DE DILIGÊNCIA	PONTOS DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE
Integrar o dever de diligência na governação, na estratégia e no modelo de negócios	Cientes do impacto na sociedade e no ambiente, a Porto Ambiente incorpora na gestão e na missão as melhores práticas de sustentabilidade, com recursos a políticas e ações estratégicas e operacionais.
Dialogar com as partes interessadas afetadas em todas as etapas essenciais do dever de diligência	Através da Linha Porto, comunicações eletrónicas, reuniões pré-agendadas e inquéritos, a Porto Ambiente garante que todas as partes interessadas tenham voz no processo de gestão e definição de impactos, riscos e oportunidades.
Identificar e avaliar os impactos negativos	No capítulo 03 Materialidade, encontra-se descrito o processo de identificação dos impactos, riscos e oportunidades materiais bem como os resultados obtidos. Para mitigar os impactos negativos a Porto Ambiente dispõe de ações, políticas e metas que podem ser consultadas ao longo do presente Relatório.
Tomar medidas para dar resposta a esses impactos negativos	
Acompanhar a eficácia destes esforços e comunicar	A Porto Ambiente ainda não dispõe de um sistema formal de avaliação dos impactos, riscos e oportunidades identificados, contudo, algumas metas e métricas conseguem ser avaliadas pela natureza intrínseca à atividade que a caracteriza, como é exemplo da evolução da recolha seletiva, e divulgadas nos relatórios orçamentais trimestrais bem como no relatório integrado.

Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor

| **ESRS 2 SBM-1** | A sustentabilidade é uma vertente intrínseca na atividade da Empresa logo, adequa as suas ações em conformidade com os princípios ambientais, sociais e de governança, incumbido à Porto Ambiente a prestação de serviços em matéria da recolha e gestão dos resíduos urbanos, a limpeza do espaço público e a definição da estratégia para a neutralidade carbónica, no Município do Porto.

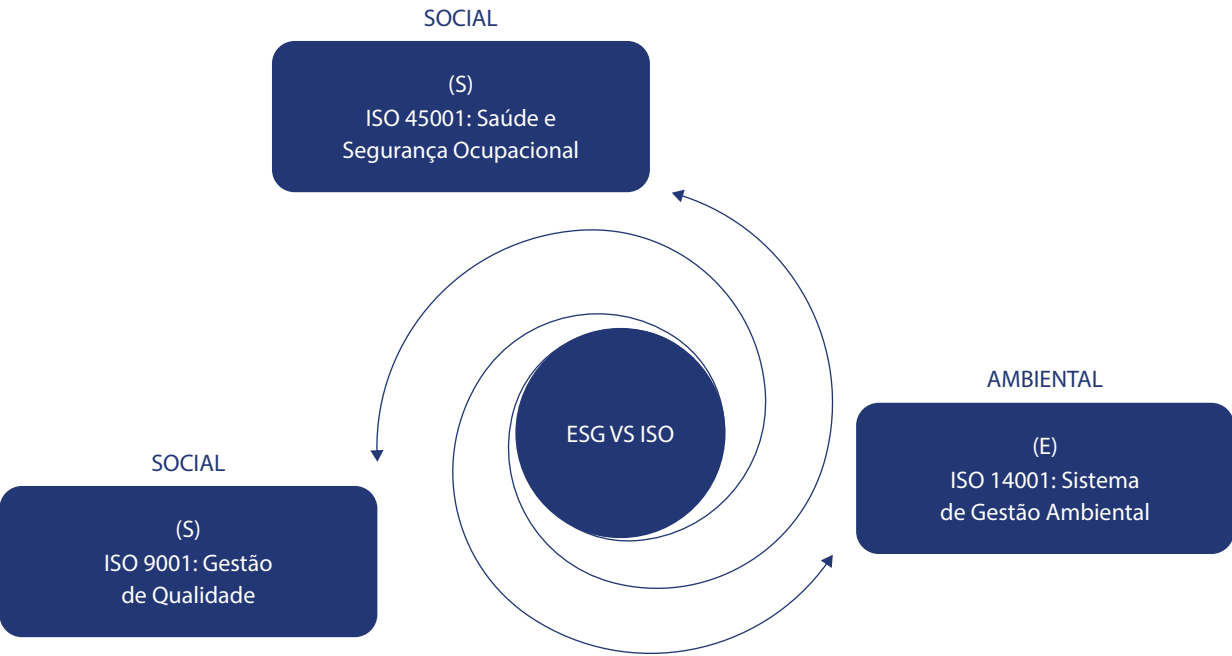


A transição ocorrida em 2024 para uma estratégia em alinhamento com os critérios ambientais, sociais e de governança, em conformidade com a Diretiva de Relato Não Financeiro ESG – CSDR 2023/24 da União Europeia, consolida o compromisso anteriormente assumido no Pacto do Porto

para o Clima e como Cidade Missão pelo Município. Ainda mais conscientes do impacto das nossas ações apresenta-se o seu primeiro relatório de sustentabilidade, cuja ambição resultou neste primeiro relatório integrado.

A Porto Ambiente presta serviços no âmbito da Gestão de resíduos urbanos e da Limpeza urbana, previstos pelo contrato de gestão delegada, em regime de exclusividade válido por quinze anos, por delegação do Município do Porto e como tal, não existe alterações no período de reporte.

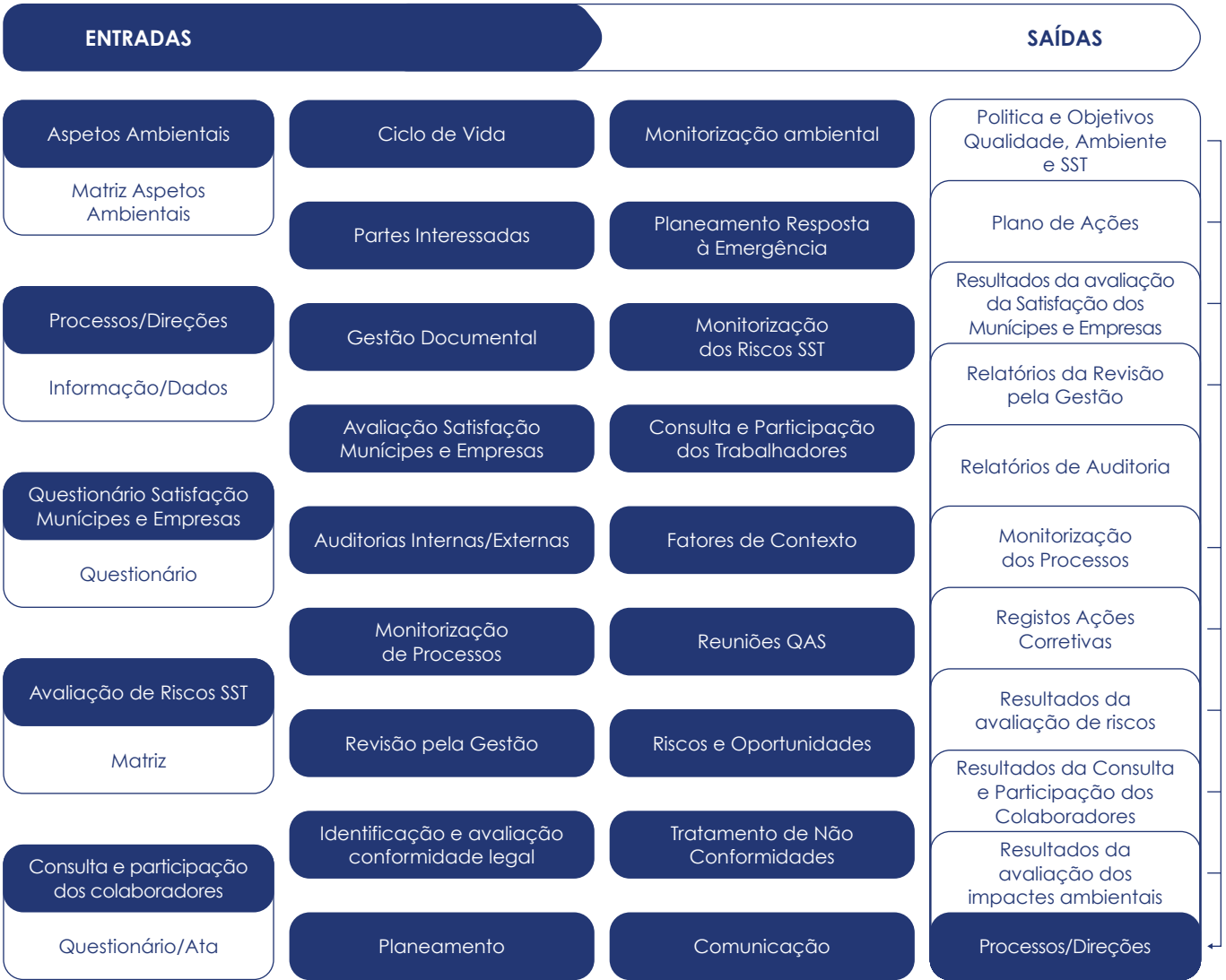
Assumindo o compromisso com a sustentabilidade, abaixo representam-se as conquistas de normas de normalização, emitidas pela Organização Internacional de Normalização face aos indicadores ambientais, sociais e de governação (ESG), criados para medir o desempenho da Empresa.



SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

Os sistemas de gestão agora implementados, designadamente ISO 9001, respeitante à qualidade, ISO 14001, relativo ao ambiente e, ISO 45001, relativo à segurança e saúde no trabalho, estão estruturados para funcionar de forma integrada, como de um só sistema se tratasse, contribuindo para o aumento da eficiência operacional, tendo em conta que a compilação de todas as informações e responsabilidades associadas, facilita a comunicação e compreensão por todos bem como diminui os riscos e reduz a má implementação e/ou utilização.

Mais do que símbolos de reconhecimento ou distinções, estas certificações representam o reconhecimento do empenho, rigor, organização e excelência no trabalho realizado diariamente por todos os colaboradores da empresa, em prol da cidade e do meio ambiente, conforme esquematizado no Processo Gestão Estratégica e Melhoria aprovado pelo Conselho de Administração, e que se representa da seguinte forma:



Durante este ano, e em conformidade com a norma ISO 9001, a Porto Ambiente avaliou, uma vez mais, a satisfação dos seus clientes e munícipes relativamente aos serviços prestados, através da realização de um questionário, para o qual foi contratada uma empresa especializada em estudos de mercado. Este estudo teve como objetivo avaliar a satisfação dos seus clientes, tanto empresas como particulares, em relação à qualidade dos serviços prestados – que incluem a recolha de resíduos e a limpeza do espaço público – com vista à melhoria contínua e à oferta de um serviço de excelência.

O questionário abrangeu diversas temáticas, tais como níveis de ruído, constrangimentos ao trânsito, limpeza e capacidade dos contentores, bem como o comportamento dos funcionários, entre

outros aspetos. Apesar de ainda haver áreas a melhorar na qualidade do serviço prestado pela Porto Ambiente, os resultados obtidos foram, de forma geral, positivos.

Demonstrações Financeiras por Setor Significativo das ESRS

[ESRS SBM-1] Segundo o preconizado no número 40 da norma, a Empresa deve divulgar uma repartição das receitas totais, tal como incluídas nas suas demonstrações financeiras por setor significativo das ESRS, conciliando sempre que aplicável, com as informações comunicadas por segmentos, conforme exigido pela IFRS 8, assim como uma lista dos setores adicionais das ESRS para além dos referidos, tais como atividades que dão origem

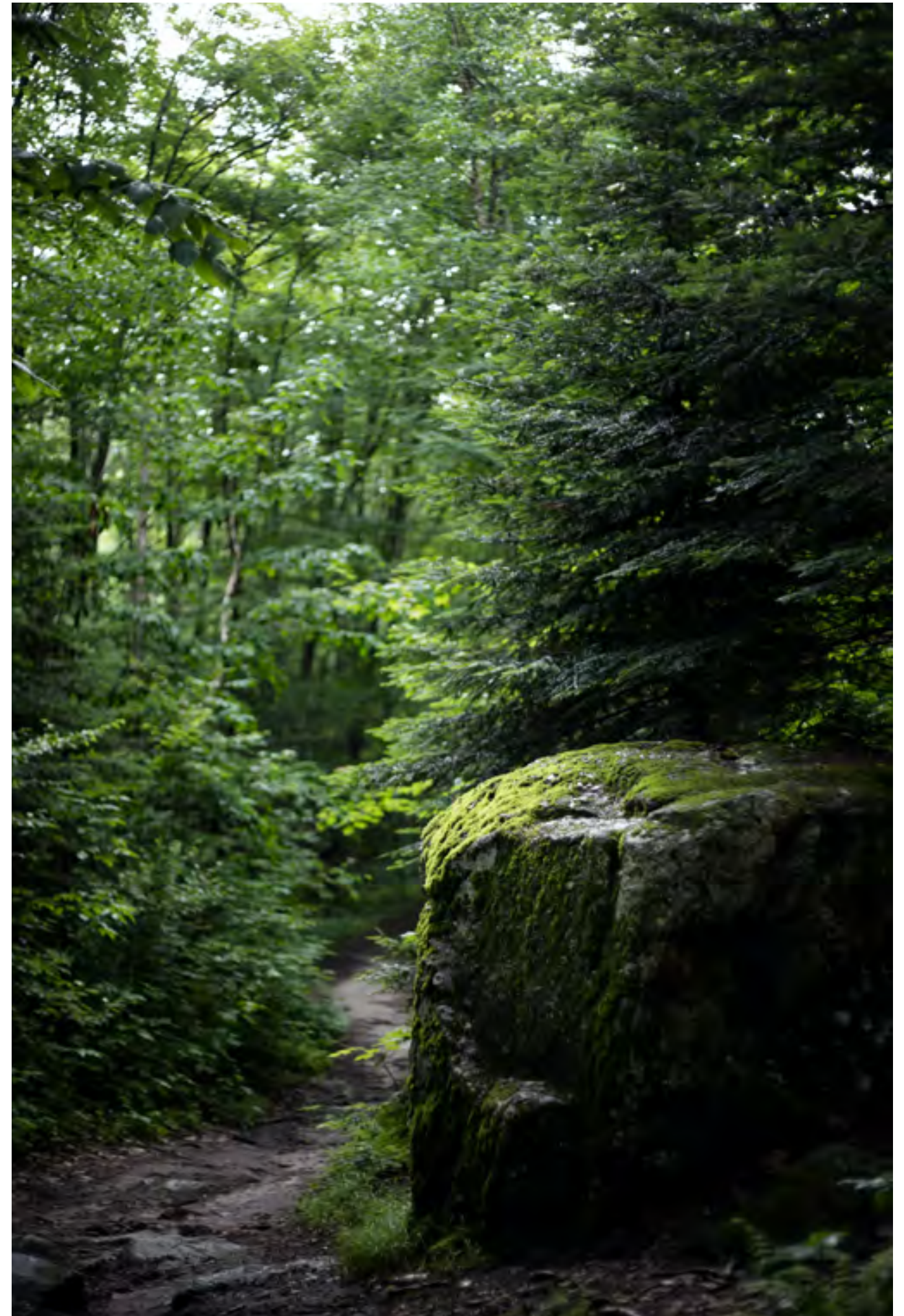
a receitas entre empresas, em que a empresa desenvolve atividades significativas ou em que está ou pode estar ligada a impactos materiais.

A identificação destes setores adicionais das ESRS deve ser coerente com a forma como foram tidos em conta pela empresa ao realizar a sua avaliação da materialidade e com a forma como divulga informações setoriais materiais.

Neste contexto importa destacar o conceito de taxonomias segundo as ESG (*Environmental, Social, and Governance*), em que se referem a sistemas de classificação que definem quais atividades económicas podem ser consideradas sustentáveis, sendo a taxonomia uma peça fundamental na estratégia da União Europeia para alcançar a neutralidade carbónica, cujo fim último é proporcionar clareza e padronização

para investidores, empresas e governos, ajudando a direcionar investimentos para atividades que realmente contribuem para o ambiente, sociedade e governança onde, as taxonomias ajudam a orientar fluxos de investimento para projetos e iniciativas em conformidade.

Como mencionado na secção 3 deste documento, o Relatório Integrado de 2024 da Porto Ambiente traduz um primeiro passo no caminho da implementação da Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa (CSRD – *Corporate Sustainability Reporting Directive*), encontrando-se o tema das taxonomias numa fase mais preliminar do processo de implementação, não sendo assim possível dar um nível de resposta com maior alinhamento com os requisitos desta secção, para além do evidenciado na nota 16.1.





05

MATERIALIDADE

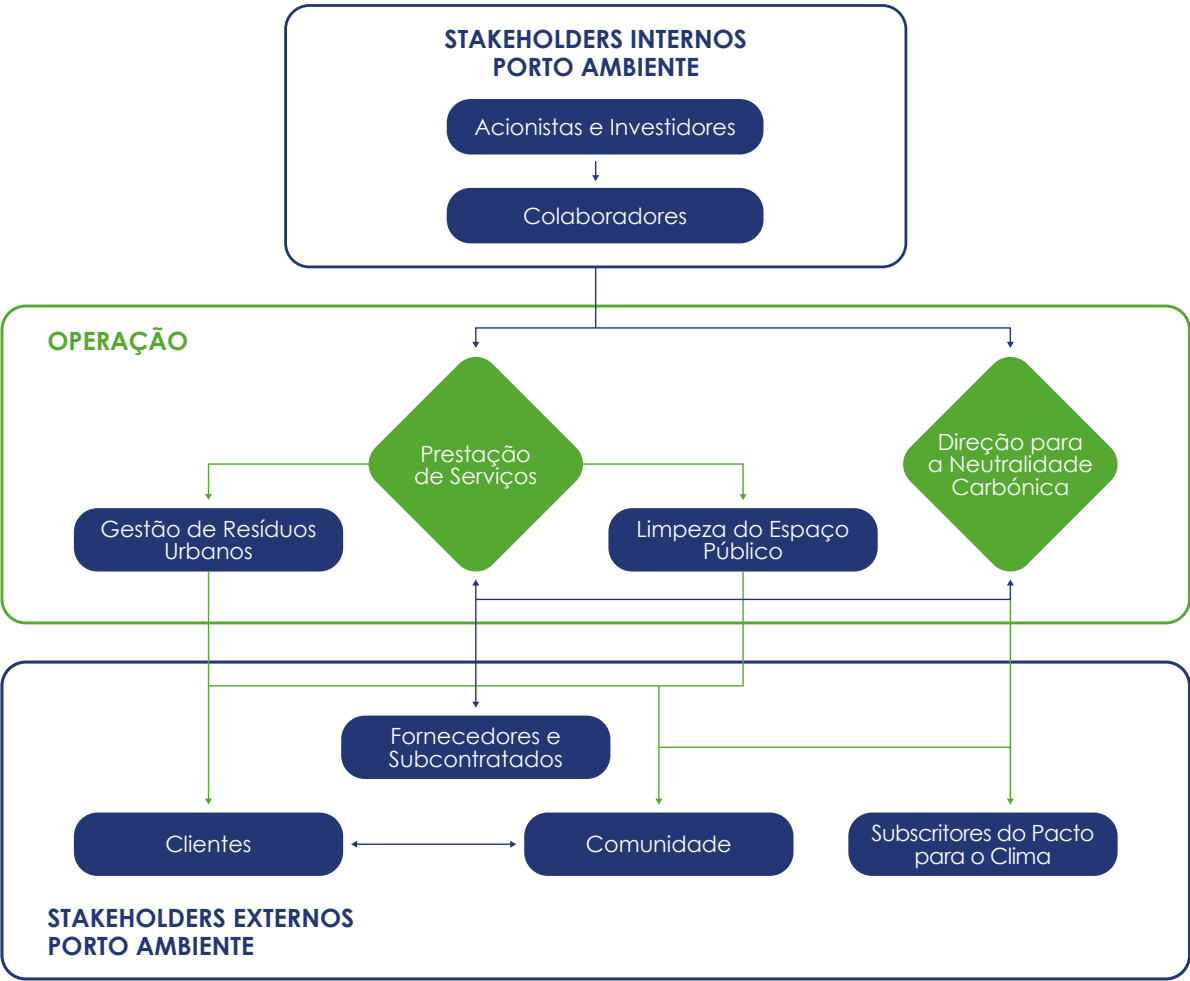
O objetivo da análise de dupla materialidade é identificar os impactos, riscos e oportunidades (IRO) relacionadas com a atividade da Empresa, assim como da cadeia de valor em que opera. Neste contexto, em conformidade com as orientações das *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS), por forma a identificar os temas materialmente relevantes a divulgar, a Porto Ambiente desenvolveu durante o ano de referência do presente Relatório a análise de dupla materialidade.

O conceito da “dupla” materialidade, interliga duas óticas distintas, a vertente financeira e a vertente de impacto. A “materialidade financeira” analisa os efeitos financeiros resultantes dos riscos e oportunidades gerados pelos tópicos de sustentabilidade, enquanto a “materialidade de impacto” analisa o impacto real ou potencial do efeito que os tópicos de sustentabilidade podem ter no ambiente e nas pessoas.

O resultado desta avaliação resultará na criação da Agenda de Sustentabilidade da Porto Ambiente, a qual refletirá os tópicos relevantes na (re)definição das prioridades e políticas da Empresa.

Interesses e Pontos de Vista das Partes Interessadas

| ESRS 2 SBM-2 | No que toca aos interesses e pontos de vista das partes interessadas, quer nas questões estratégicas, quer no modelo de negócios, a Porto Ambiente apresenta no fluxograma seguinte a identificação das partes interessadas (stakeholders). Igualmente é representado o respetivo envolvimento e relevância na definição da estratégia para o modelo de negócio, e o papel do Conselho de Administração, enquanto órgão executivo que se mantém informado através de reuniões de acompanhamento de indicadores e avaliação dos serviços.



• Acionistas e investidores
Através da definição e consolidação da estratégia de negócio, reúne o envolvimento de todos os departamentos da Empresa, sendo sintetizado sobre a forma de prestação de contas, assim como em deliberações Municipais ou em sede de Assembleia Municipal, quando aplicável, ou eventuais esclarecimentos adicionais.

A Porto Ambiente é constituída, e opera, sob a forma de Contrato de Gestão Delegada, sendo assim vertidos o envolvimento e diretivas do acionista na Estratégia e modelo de negócio da Empresa.

• Colaboradores
O envolvimento dos colaboradores acontece a vários níveis, constituindo a Direção dos Recursos Humanos a principal ponte para o efeito, abrangendo matérias como a definição de funções, inquéritos no âmbito do clima organizacional, comunicação aberta e transparente, averiguação de denúncias, formação, entre outros.

Como resultado desse envolvimento, a Porto Ambiente adota abordagens, procedimentos e dinâmicas que permitem incorporar na sua estratégia e modelo de negócio, os interesses resultantes da auscultação destas partes interessadas.

• Clientes e Comunidade
A linha Porto., para além do reporte de ocorrências e agendamento de prestação de serviços, per-

mite aos munícipes da cidade do Porto exprimirem as suas ideias, elogios, reclamações e sugestões, sendo estas alvo de avaliação interna.

Adicionalmente, a Porto Ambiente realiza, anualmente, uma avaliação independente dos serviços prestados.

• Fornecedores e Subcontratados
A Coordenação de Compras e Aprovisionamento da Porto Ambiente disciplina o relacionamento da Empresa com os seus fornecedores, estando disponível para o diálogo e aferição das necessidades e preocupações dos mesmos. Assegura também a implementação e monitorização de normas internas, nomeadamente do Código de Ética e de Conduta do Fornecedor, para além das normas legais aplicáveis.

Por outro lado, estando a Porto Ambiente obrigada à aplicação do Código dos Contratos Públicos, vê assim reforçada a garantia de tratamento justo e igualitário no que concerne à adjudicação, assim como nos momentos subsequentes através do Gestor de Contrato.

A Porto Ambiente procura por via da definição de normas, internas ou em caderno de encargos, que sejam repercutidos nos fornecedores, os interesses da auscultação destas partes interessadas na estratégia e modelo de negócio.



Descrição dos Processos de Identificação e Avaliação dos Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais

| ESRS 2 IRO-1 | Em conformidade com os requisitos de aplicação número 16 do Regulamento Delegado (EU) 2023/2772, de 31 de julho, que complementa a Diretiva 2013/34/EU, a Porto Ambiente utilizou o instrumento de apoio disponibilizado na determinação das questões materiais para todas as ESRS temáticas, tendo em conta as suas próprias circunstâncias específicas.

Este exercício desenvolveu-se em três fases distintas, designadamente:

1. Análise interna do contexto próprio e aplicabilidade em relação às temáticas existentes, cuja repercussão foi a eliminação do tópico ou sub-tópico nas etapas seguintes.
- A Porto Ambiente não possui uma conexão direta com a extração e utilização dos recursos marinhos, na medida que, não obstante que a Empresa tenha como atividade sazonal a limpeza de praias, em nenhuma atividade se verifica a implicação na extração e utilização dos recursos marinhos.
 - De acordo com o EUR-Lex, os serviços ecossistémicos são aqueles prestados pelos ecossistemas e dos quais os seres humanos dependem, como são exemplos os alimentos, madeira, fibras, regulação do clima, inundações, ecoturismo, formação do solo, polonização, et cetera. Face ao exposto, é do nosso entender que a Porto Ambiente não tem uma dependência nem apresenta impactos, quer nas operações como na cadeia de valor, significativos de serviços ecossistémicos, motivo pelo qual não se trata de um tópico materialmente relevante, já que a atividade não envolve a utilização direta dos serviços prestados pelos ecossistemas.

- Não obstante da Porto Ambiente ter presente e reconhecer que, a nível internacional, os direitos dos povos indígenas são um tópico relevante, não é considerado material tendo em consideração a ausência de reconhecimento formal de povos indígenas no contexto nacional.

2. A análise da materialidade na ótica dos funcionários, fornecedores, clientes e entidades de relevo, tais como bancos, grupo autárquico e associações, foi realizada através de questionários, dos quais resultaram vários temas que, na perspectiva dos stakeholders, foram graduados mediante recurso à escala de Likert, possibilitando assim a distribuição de impacto a cada um dos temas aplicáveis.

A Porto Ambiente realizou, em setembro e outubro do ano de reporte, a recolha de dados e, tendo obtido uma resposta global de 33,04% dos inquiridos com os resultados refletem a perspectiva do impacto, com uma avaliação à priori, conforme alínea b) do AR 9, se o impacto é real ou potencial na ótica da Porto Ambiente. Deste processo, não foi descartado qualquer tópico.

3. Posteriormente, a análise às respostas dos questionários contempla uma avaliação interna adicional, conforme explanado no Regulamento Delegado (EU) 2023/2772, de 31 de julho, sobre a probabilidade de impacto, podendo ser negativo, que implica a escala, âmbito e carácter irremediável do impacto ou positivo, que atenta a escala e o âmbito.

Na análise da componente financeira, os riscos e as oportunidades no âmbito de cada tema foram estudados internamente e posteriormente classificados pela probabilidade de ocorrência bem como pela potencial dimensão dos efeitos financeiros positivos e/ou negativos.

A discussão, análise e consolidação dos resultados envolve os órgãos chave de gestão, designadamente o Conselho de Administração, tendo em consideração a perceção e metas.



Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais

| ESRS 2 SMB-3 | Atenta aos efeitos significativos que a Porto Ambiente pode ter nas matérias sociais, ambientais e de governança, através da avaliação de materialidade resultam uma série de impactos, calculados conforme os riscos e oportunidades, a montante e a jusante da cadeia de valor.

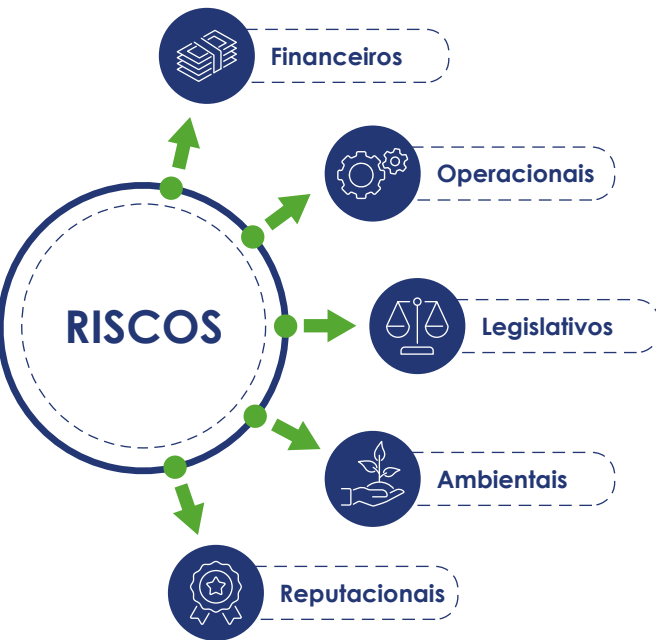
Através de políticas de gestão e cobertura eficaz dos riscos a que está exposta, a Porto Ambiente no decorrer do ano avaliou os possíveis riscos por meio de análises qualitativas – a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados – e, por envolvimento das partes interessadas – através da análise da perceção da importância de temas e possíveis riscos percebidos.

A identificação reúne o exercício interno contínuo e a análise de dupla materialidade, resultando no tratamento dos riscos e/ou oportunidades, assim como na análise, avaliação e monitorização.

O tratamento dos riscos e/ou oportunidades, explanados na Gestão de riscos e controlos internos do presente Relatório (ESRS GOV-5) acontece, tipicamente, de forma centralizada na área funcional. Por outro lado, a análise, avaliação e monitorização, é conduzida por um conjunto de áreas com responsabilidade de governação, em consulta com o Conselho de Administração, privilegiando assim a manutenção de um elevado nível de trans-

parência, responsabilização e controlo nos riscos e/ou oportunidades que afetam a Empresa.

Considerando as fontes de riscos presentes no requisito de divulgação ESRS GOV-5, da ESRS 2, conforme ilustração, são várias os riscos que importa considerar no sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Entidade.



Ponderadas estas fontes, apresenta-se o mapeamento dos riscos associados à atividade da Porto Ambiente, resultante da avaliação efetuada, em relação ao processo de relato de sustentabilidade.



No que se refere às matérias legislativas o mapeamento refere um risco alto, sendo que este pode ter um impacto na atividade pela não conformidade resultando em processos ou multas. Contudo, em virtude da necessidade de cumprimento dos pressupostos legais, sem visar a inovação, eficiência e características próprias da empresa à qual se aplica, as oportunidades apresentam-se como extremamente limitadas.

As matérias operacionais representam uma possível falha nas operações, acidentes ou questões de eficiência no que toca aos riscos associados, porém, a implementação de novas tecnologias, formação e procedimentos para mitigação e melhoria contínua dos serviços prestados descrevem as oportunidades inerentes.

A instabilidade económica, variação de custos bem como o risco de crédito e de liquidez constituem fatores a ter em consideração quando analisados os possíveis riscos que as matérias financeiras podem espelhar. No entanto, o envolvimento da Porto Ambiente com os projetos internacionais e a procura pela inovação e

melhoria contínua com uma permanente monitorização dos riscos fazem este tópico constituir igualmente uma alta oportunidade.

No que se refere às matérias legislativas o mapeamento efetuado refere um risco alto, sendo que esta pode ter um impacto na atividade pela não conformidade resultando em processos ou multas, contudo apresenta uma baixa oportunidade pois o objetivo é a conformidade legal que impõe sem visar a inovação, eficiência e características próprias da empresa à qual se aplica, motivo pelo qual as oportunidades são extremamente limitadas.

As matérias operacionais representam uma possível falha nas operações, acidentes ou questões de eficiência no que toca aos riscos associados, porém, a implementação de novas tecnologias, formação e procedimentos para mitigação e melhoria contínua dos serviços prestados descrevem as oportunidades inerentes.

A instabilidade económica, variação de custos bem como o risco de crédito e de liquidez cons-



tituem fatores a ter em consideração quando analisado os possíveis riscos que as matérias financeiras podem espelhar. No entanto, o envolvimento da Porto Ambiente com os projetos internacionais e a procura pela inovação e melhoria contínua com uma permanente monitorização dos riscos fazem este tópico constituir igualmente uma alta oportunidade.

As matérias operacionais representam uma possível falha nas operações, acidentes ou questões de eficiência no que toca aos riscos associados, porém, a implementação de novas tecnologias, formação e procedimentos para mitigação e melhoria contínua dos serviços prestados descrevem as oportunidades inerentes.

A instabilidade económica, variação de custos bem como o risco de crédito e de liquidez constituem fatores a ter em consideração quando analisado os possíveis riscos que as matérias financeiras podem espelhar. No entanto, o envolvimento da Porto Ambiente com os projetos internacionais e a procura pela inovação e melhoria contínua com uma permanente monitorização dos riscos fazem este tópico constituir igualmente uma alta oportunidade.

Tanto em termos de matérias sociais como reputacionais, os riscos são considerados baixos pelo forte compromisso com a responsabilidade social, padrões éticos e transparentes estabelecidos pela Porto Ambiente. Ainda assim, ambos representam oportunidades através das iniciativas sociais e ambientais com a comunidade, associações e demais.

Como parte integrante do objeto social da Empresa, as matérias ambientais representam um baixo risco sendo esse, permanentemente, o fim último e objetivo da prestação de serviços que a constitui. Não obstante, tendo em consideração a melhoria contínua, esta matéria apresenta grandes oportunidades, como por exemplo: a fiscalização e sensibilização da recolha; a otimização dos circuitos; e, a inovação da frota.

- Os efeitos atuais e previstos dos impactos, riscos e oportunidades materiais no modelo de negócio, cadeia de valor, estratégia e tomada

de decisões, e a forma como a empresa responde ou planeia responder a esses efeitos é a seguinte:

A matriz apresentada anteriormente já incorpora os efeitos decorrentes do cômputo geral das medidas implementadas, e que possibilitam a prevenção e a mitigação de várias matérias, como é o caso dos Riscos Ambientais. Assim, não é esperado qualquer efeito ou alteração no modelo de negócios ou estratégia, tendo em consideração o alinhamento das decisões com a prevenção e mitigação dos riscos identificados.

- No que se refere aos impactos materiais da empresa, divulgamos em seguida: (i) O modo como os impactos materiais negativos ou positivos da empresa afetam as pessoas ou o ambiente, ou no caso dos potenciais que são suscetíveis de afetar; (ii) Se e como os impactos têm origem ou estão relacionados com a estratégia e o modelo empresarial; (iii) Os horizontes temporais razoavelmente esperados dos impactos; e (iv) Se a empresa está envolvida nos impactos materiais das suas atividades ou devido às suas relações comerciais.

A atividade da empresa afeta, de forma direta e indireta, as pessoas e o ambiente.

Por um lado, diretamente, à prestação do serviço público desta natureza está inerente a criação de condições de níveis favoráveis de salubridade, quer por via de uma adequada frequência e abrangência territorial da Gestão de Resíduos e da Limpeza Urbana, quer por via do tratamento subsequente dado aos resíduos recolhidos – política de aterro “Zero” e aumentos relevantes do nível de separação.

Por outro, indiretamente, a utilização de uma vasta frota de veículos e equipamentos, por via do consumo energético e consequente libertação de emissões de gases afetando a poluição e as alterações climáticas sendo, tipicamente, fontes relevantes de riscos associados à atividade. As políticas implementadas pela empresa, propiciam a mitigação destes impactos, nomeadamente pela total eletrificação da

frota ligeira, energia essa contratada de fontes 100% verdes, assim como da adoção de alternativas menos poluentes na frota pesada (gás natural veicular), sendo estes os dois tópicos materiais cruciais.

A matriz incorpora os efeitos decorrentes do cômputo geral das medidas implementadas, que possibilitam a prevenção e a mitigação de várias matérias, como nos Riscos Ambientais. Assim, considerando a referida matriz, está incorporado no modelo de negócios e estratégia, a continua prospeção de mercado por forma a identificar novas alternativas tecnológicas que visem um maior nível de prevenção e mitigação dos riscos, não sendo esperado qualquer efeito ou alteração adicional na estratégia.

- No que se refere aos efeitos financeiros, atuais e previstos, dos riscos e oportunidades materiais, da empresa, na sua situação e desempenho financeiros e nos fluxos de caixa, bem como em relação aos quais existe um risco significativo de um ajustamento material, em períodos de referência futuros, das quantias escrituradas de ativos e passivos comunicados nas Demonstrações Financeiras, identificando os horizontes temporais em que se espera que os impactos se verifiquem.

Não são atualmente conhecidos, riscos e oportunidades materiais, que possam impactar na sua situação e desempenho financeiros, assim como nos fluxos de caixa.

No que respeita a riscos e oportunidades futuras, parece-nos relevante divulgar que, em 2024, a Porto Ambiente procedeu à revisão do Plano de Ação para Plano Estratégico para o Resíduos Urbanos.

O Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) estabelece, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 15.º, que o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU) desenvolve as “orientações estratégicas de âmbito nacional da política de resíduos e as regras orientadoras de atuação, prioridades a observar, metas a atingir e ações a implementar no sentido de garantir a concre-

tização dos princípios (gerais de gestão de resíduos), bem como o cumprimento dos objetivos e metas nacionais e europeias aplicáveis”.

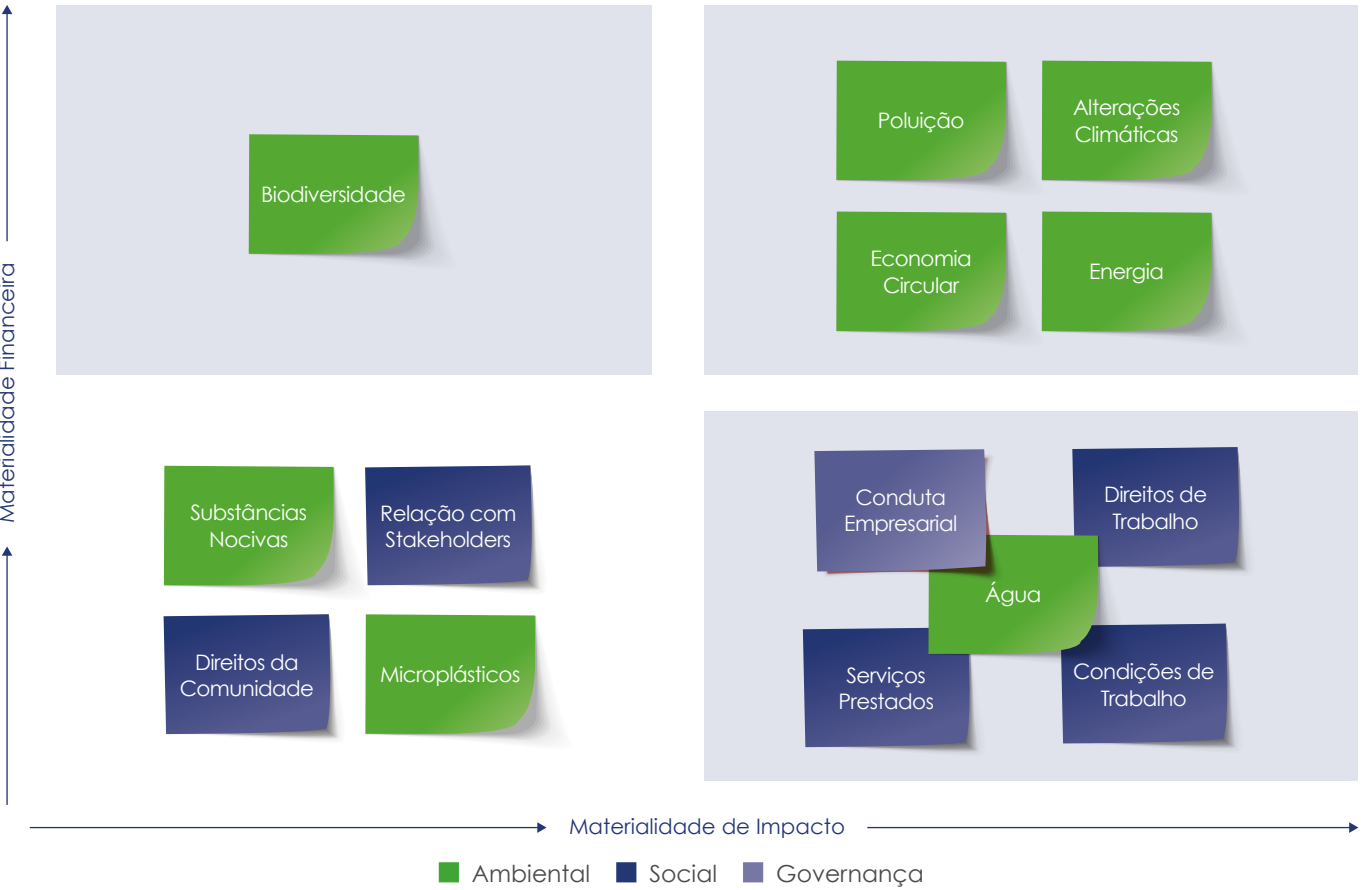
O RGGR dispõe, no n.º 1 do artigo 18.º, que “em articulação com os planos de gestão de resíduos de nível nacional, são elaborados planos municipais, intermunicipais e multimunicipais de ação que concretizam as ações a desenvolver no sentido do cumprimento da estratégia nacional para e com os requisitos de planeamento em matéria de gestão de fluxos específicos de resíduos e da deposição de resíduos em aterro (...)”, bem como seguir a estrutura e diretrizes a definir de forma conjunta entre a Autoridade Nacional de Resíduos e a ERSAR.

Considerando a aprovação deste plano, e as ambiciosas metas para 2030, ao nível de separação e quantitativos de biorresíduos, a Empresa já incorporou nos seus Instrumentos de Gestão Previsional as necessidades expectáveis em termos de plano de investimentos e recursos operacionais. A matriz incorpora também os efeitos decorrentes das medidas implementadas, não sendo conhecido qualquer efeito ou alteração adicional na estratégia.



Agenda de Sustentabilidade da Empresa

A Porto Ambiente, com o objetivo de se continuar a afirmar como uma organização de referência no setor, incorpora, na sua atividade, todas as medidas que considera relevantes para o cumprimento das metas definidas, estando permanentemente atenta aos ajustamentos legislativos publicados, assim como às melhores práticas implementadas pelos parceiros.



Não obstante do quadrante inferior direito revelar temas que traduzem um baixo impacto financeiro, pelas justificações infra, são igualmente considerados na Agenda de Sustentabilidade sendo que incidem sobre temas com grande importância para os stakeholders a nível de impacto.

- A condução empresarial, dentro da governança, encontra-se mitigada por via da implementação de procedimentos e códigos internos, motivo pelo qual impacto financeiro se apresenta com menor expressão;

- Em termos de serviços prestados, e associado à vertente social, a Porto Ambiente realiza, anualmente, inquéritos de satisfação para os clientes/cidadãos poderem avaliar a qualidade do serviço. Pelo facto desta prática já se encontrar implementada, assim como os resultados dos mesmos serem manifestamente satisfatórios, não é expectável a implementação de novas abordagens na prestação de serviços, motivo pelo qual o impacto financeiro foi estimado com menor expressão;

- A condução empresarial, dentro da governança, encontra-se mitigada por via da implementação de procedimentos e códigos internos, motivo pelo qual impacto financeiro se apresenta com menor expressão;
- Em termos de serviços prestados, associado à vertente social, a Porto Ambiente realiza anualmente inquéritos de satisfação para com os clientes/cidadãos por forma a avaliar a qualidade do serviço. Pelo facto desta prática já se encontrar implementada, assim como os

resultados dos mesmos serem manifestamente satisfatórios, não é expectável a implementação de novas abordagens na prestação de serviços, motivo pelo qual o impacto financeiro foi estimado com menor expressão;

- Relativamente às condições e direitos de trabalho, é realizado, anualmente, um questionário do clima organizacional aos funcionários bem como formações contínuas aos recursos humanos para acompanhar e garantir o cumprimento dos códigos e conformidade europeia com os direitos do trabalhador. Pelo facto destas práticas já se encontrarem implementadas, assim como os resultados das mesmas já serem conhecidos, não é expectável a implementação de novas abordagens, motivo pelo qual o impacto financeiro foi estimado com menor expressão;

Assim, enumeram-se os tópicos da Agenda de Sustentabilidade da Porto Ambiente, referindo as atividades realizadas bem como as metas e propostas futuras.

1. CONDUTA EMPRESARIAL

A Porto Ambiente dispõe de um código de ética e de conduta, assim como de um plano de prevenção da corrupção, com revisão anual, canal de denúncias e um modelo de governo de gestão aberta, motivo pelo qual apresenta este tópico, com uma materialidade financeira baixa. Importa referir que a Porto Ambiente utiliza todos os meios disponíveis para prevenir a corrupção e suborno, quer a nível da gestão como dos restantes funcionários.



Além disso, de forma a garantir as boas compras e práticas, a Porto Ambiente dispõe de um sistema de segregação de funções em relação ao pedido de despesas, aprovação da mesma, contabilização e pagamentos.

Em termos de ética e transparência, a Porto Ambiente utiliza todos os meios disponíveis, com revisão anual, para mitigar a corrupção e suborno, sendo a conduta empresarial regulada com ética e transparência, motivo pelo qual se trata de uma área continuamente funcional, em alinhamento com o estabelecido no passado, cujos recursos já se encontram alinhados e os procedimentos definidos.

Com foco na prevenção, transparência e ética, é apresentado ao funcionário, aquando do acolhimento, a informação institucional e vinculativa no Quiosque da Porto Ambiente.

São ainda oportunidades de desenvolvimento:

- O reforço da formação anual de prevenção à corrupção, suborno, ética e códigos de conduta, com particular enfoque em colaboradores com maior nível de exposição a circunstâncias de risco;
- A permanente evolução dos Código de Ética, Código de Conduta e Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, refletindo as melhores práticas publicadas.

2. DIREITOS DE TRABALHO

Atenta a atualizações constante no Código de Trabalho bem como na Lei de Geral de Trabalho em Funções Públicas, tendo em consideração a composição dos quadros às duas realidades mencionadas, a Porto Ambiente procura uma atualização e melhoria contínua de forma a assegurar que todos os funcionários veem os seus direitos assegurados.

Além disso, a Porto Ambiente promove a liberdade de associação, e prevê nos seus estatutos a privacidade, a igualdade de género e a inclusão.



3. CONDIÇÕES DE TRABALHO

Para aferir a perceção dos colaboradores, são realizados, anualmente, inquéritos ao clima organizacional, estando em progressão a implementação generalizada de um sistema de desempenho.

Complementarmente, são consultadas algumas das melhores práticas, nacionais e internacionais, em matérias específicas, para deteção de oportunidades.

Como resultado dessas abordagens, têm vindo a ser promovidas melhorias nas condições de trabalho, nomeadamente em matérias de ergonomia, equipamentos de proteção individual e formação de operação de equipamentos.

4. SERVIÇOS PRESTADOS

A Porto Ambiente presta um serviço público que abrange a população residente, flutuante, turística e universitária do Município do Porto bem como os seus clientes. Como tal, o acesso a produtos e serviços e a implementação de práticas responsáveis enraíza os valores e a missão da Empresa.

Para efeitos de avaliação de qualidade, para além dos questionários realizados, em matéria de satisfação relativa ao serviço de Gestão de resí-

duos urbanos e Limpeza urbana, a empresa está ainda sujeita ao crivo de entidades independentes no que respeita à certificação da qualidade pela ISO 9001.

5. ENERGIA

No que respeita a energia elétrica, a Porto Ambiente, seguindo orientações do município, adquire toda a sua energia, com certificação de origem 100% verde, isto é, gerada a partir de fontes 100% renováveis. Adicionalmente, estão implementados procedimentos de monitorização dos consumos energéticos, nomeadamente no que respeita ao edifício sede da Porto Ambiente, o qual foi internacionalmente reconhecido com a norma LEED – *Leadership in Energy and Environmental Design* – pelo desempenho ambiente em termos de eficiência energética, hídrica, qualidade do ar e coberturas verdes, existindo nas referidas instalações equipamentos de recolha de energia solar, assim como planos para incremento dessa capacidade.

No que respeita aos demais consumos energéticos, como referido anteriormente, a Porto Ambiente tem vindo a implementar práticas de redução da pegada carbónica pela eletrificação da frota e/ou alteração para gás natural veicular, práticas essas que para além do contributo em matéria de



pegada carbónica, em paralelo com a monitorização efetuada, se traduzem igualmente numa maior eficiência dos recursos energéticos.

Por último, e olhando a montante da cadeia de valor da Porto Ambiente, a Empresa encaminha cerca de 100% dos resíduos indiferenciados para valorização energética, sendo responsável pela reintrodução no sistema de mais de 55 MWh de Energia.

6. ÁGUA

Constituindo um recurso indispensável às operações da Empresa, a Porto Ambiente procura implementar internamento, mas suas operações e equipas de suporte, as práticas mais eficientes e sustentáveis, nomeadamente:

- Na operação, sempre que possível e aplicável, é substituída a utilização de água da rede por água reutilizada, em linha com os princípios da economia circular. alterações climáticas muito relevantes às alterações climáticas muito relevante, onde se assegura a manutenção da água no ambiente e respetiva preservação para usos futuros.

A reutilização de água e respetivos níveis de segurança, são garantidos pelo tratamento efetuado em conformidade com os parâmetros da Agên-

cia Portuguesa do Ambiente e demais legislação em vigor, cuja utilização passa pela limpeza do espaço público, nomeadamente na lavagem de arruamentos e equipamentos de deposição, promovendo a reutilização deste recurso e diminuindo o impacto ambiental, social e económico da sua atividade diária na cidade.

Complementarmente e, abrangendo agora os serviços de suporte da Porto Ambiente, é assegurada a monitorização inteligente do consumo de água, por via da capacidade de Gestão Técnica Centralizada disponível do edifício sede de S. Dinis.

7. ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Estando a Empresa no “negócio” do ambiente, a adaptação e mitigação das alterações climáticas, é o tópico que maior presença verifica nas rotinas, procedimentos e decisões implementadas do dia a dia da atividade da Porto Ambiente.

Desde logo no que respeita ao core da atividade da Gestão de resíduos urbanos, onde a aposta é efetuada em todas as frentes, nomeadamente (i) na política de aterro “Zero”, evitando a poluição que decorreria dessa abordagem e permitindo assim a valorização energética de resíduos não separados, (ii) nos relevantes aumentos do nível de separação, permitindo assim a reintrodução na economia de materiais por essa via, (iii) na disponibilização aos munícipes de alternativas de circularidade, como o EcoPorto, e os ecocentros de uma forma mais genérica.



Na definição de múltiplas decisões operacionais, como a já referida eletrificação e migração para alternativas fósseis mais “limpas” da frota de viaturas e equipamentos, pela relevante aposta na sensibilização e gestão de clientes, assim como na digitalização das operações que já se traduziu num incremento da eficiência dos circuitos, com consequências ao nível da diminuição de consumíveis, assim como na poupança de vários milhares de folhas de papel.

Na promoção de iniciativas direcionadas como a plantação de árvores, a aposta em hortas comunitárias, a promoção de equipamentos de recolha multifluxo em todas as instalações de Empresa.

Por último, consciente da urgência da ação climática e da oportunidade que representa para a competitividade, emprego, justiça social e resiliência da cidade, o Município do Porto lançou, em janeiro de 2022, o Pacto do Porto para o Clima, tendo a Empresa Municipal de Ambiente do Porto sido convidada a abraçar esse desafio. Assim, está ativamente presente nesta direção, a gestão das medidas e dos atos necessários a garantir a neutralidade carbónica da cidade do Porto até 2030, em cumprimento dos objetivos delineados no Pacto do Porto para o Clima e na Missão Europeia “Cidades Inteligentes e com um Impacto neutro no Clima”.

8. ECONOMIA CIRCULAR

Um dos mais recentes investimentos da Porto Ambiente foi o EcoPorto – Centro de Circularidade da Cidade do Porto- que interliga a norma das alterações climáticas com a economia circular. Com o intuito de promover a reutilização de materiais, pretende ser um centro de formação e capacitação, em que é dar uma segunda vida aos objetos e equipamentos tendo em vista a transição para uma economia mais circular.

Assim, esta atividade tem o potencial para apresentar, a longo prazo, uma redução ao nível dos resíduos, existindo menor abandono de equipamentos e traduzindo-se num menor custo de tratamento, assim como na realocação de recursos humanos que integram atualmente a capacidade afeta para recolha destes objetos fora de uso.



9. POLUIÇÃO

Complementarmente ao referido anteriormente, também no que ao tópico da Poluição respeita, resultaram impactos decorrentes das decisões tomadas ao nível da eletrificação e migração para alternativas fósseis mais “limpas” da frota de viaturas e equipamentos.

Por último, no âmbito, nomeadamente das “substâncias que suscitam preocupação”, a estratégia e modelo de negócio adotado pela empresa tem adotado decisões como a mais recente obtenção de certificação ISO 14001.

Os principais benefícios da implementação e certificação de acordo com este referencial, incluem, nomeadamente:

- A redução da probabilidade de riscos ambientais, tais como emissões, derrames e outros acidentes;
- A redução de custos através da melhoria da eficiência dos processos (redução de consumos, minimização do tratamento de resíduos e efluentes).

10. BIODIVERSIDADE

Não obstante de não existir um impacto direto na biodiversidade (por exemplo: exploração direta ou influência na dimensão da população da

espécie), a Porto Ambiente reconhece o potencial impacto da sua atividade de forma indireta através do potencial de contaminação dos solos, poluição sonora, hídrica e atmosférica. Para afastar o risco associado a esse impacto, a Empresa procura reduzir a probabilidade de ocorrência através da sensibilização da separação de resíduos, fiscalização do cumprimento das normas, requalificações de estruturas e aquisição de equipamentos elétricos, entre outros.

De acordo com a matriz apresentada, é possível verificar que quatro tópicos não são considerados materiais na conjunção da análise da materialidade de impacto e da materialidade financeira supra, contudo, esclarece-se o seguinte em relação aos tópicos excluídos.

- **Direitos da comunidade**

No que respeita a direitos da comunidade, a Porto Ambiente apenas consegue interferir no que à atividade se relaciona. Dito isto, tendo sido excluído, numa primeira análise, o tópico dos direitos dos povos indígenas por não ser aplicável à realidade em contexto nacional, verifica-se a imaterialidade da influência da Empresa quanto aos direitos económicos, sociais e culturais da comunidade, salvaguardando o direito tal como suprarreferido aos serviços públicos prestados bem como a liberdade de expressão e de reunião.

- **Relação com Stakeholders**

A relação com stakeholders é muito valorizada pela Porto Ambiente, reforçada até como resultado do modelo de governo de gestão aberta.

Sendo uma entidade municipal, a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, regula desde logo as obrigações em matérias de Deveres de informação das empresas locais e transparência, as quais são escrupulosamente cumpridas pela empresa.

Complementarmente, como oportunidade de melhoria e evolução contínua, a Porto Ambiente mantém uma relação próxima com os seus parceiros comerciais, avaliando o desempenho dos mesmos e comunicando todas oportunidades que identifique.

- **Substâncias Nocivas**

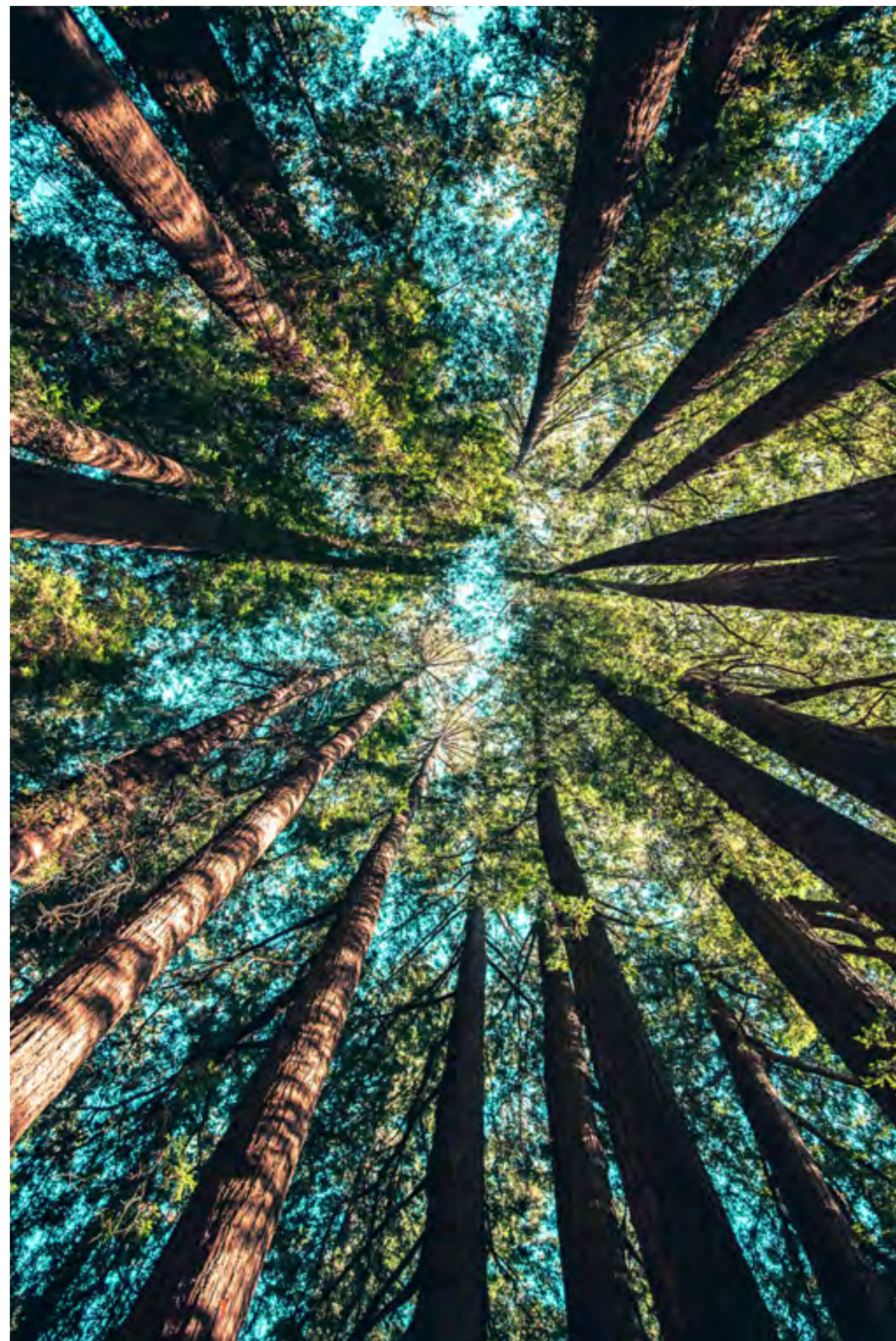
Após a Agência Internacional para a Investigação Contra o Cancro da Organização Mundial de Saúde ter classificado o glifosato, utilizado pelo Porto Ambiente na Limpeza do Espaço Público, como “cancerígeno provável para o ser humano”, tendo em consideração a saúde pública e as práticas sustentáveis cessou-se o uso o herbicida químico glifosato no controlo de plantas invasoras (ou potencialmente invasoras), no mesmo mês da comunicação.

Assim, com o exemplo supra, pretende-se realçar a atuação em diversas áreas onde, não obstante de não ser um tópico material, a Porto Ambiente se mantém atenta e disposta a melhorar em prol dos seus funcionários, fornecedores, cliente e municípios.

- **Microplásticos**

Na atividade da Porto Ambiente, não é expectável que a influência que o tópico de microplásticos seja material na estratégia da empresa, tendo resultado dos questionários efetuados plasmado essa mesma expectativa.

Ainda assim, importa referir que a montante da cadeia de valor, tendo a Porto Ambiente tido conhecimento que a presença de sacos de plásticos nos resíduos orgânicos, poderia propiciar a presença de microplásticos no composto orgânico resultante, despoletou desde logo iniciativas com vista a mitigação, passando a distribuir sacos de papel para apoio à recolha destes resíduos.





Ambiental

|ESRS 2 SMB-3| A análise da dupla materialidade permitiu identificar de que forma as questões ambientais impactam a Empresa e como a Empresa afeta o meio ambiente, relativamente aos seguintes riscos (1-4) e oportunidades (5-6):

1. A sujeição e cumprimento de regulação restrita e em permanente atualização poderão aumentar o risco de não conformidade ou tardia implementação;
2. Eventos climáticos extremos podem afetar as operações de recolha e tratamento de resíduos;
3. As expectativas extremas de partes interessadas podem afetar a reputação empresarial;
4. Os custos operacionais podem ser influenciados negativamente no caso de aumentos de combustível e energia;
5. Implementação de novas tecnologias para aumento da eficiência na recolha de resíduos de forma a reduzir custos operacionais bem como emissões inerentes;
6. Submissão de candidaturas para acesso a fontes de financiamento de sustentabilidade;
7. Oportunidade de colaboração com outras cidades e organizações para partilha de melhores práticas e inovações;
8. Iniciativas de educação e sensibilização ambiental para aumentar o envolvimento dos cidadãos em práticas sustentáveis, como a reciclagem;
9. Desenvolvimento de novos modelos de negócio baseados na economia circular, como é o caso EcoPorto, pese embora, não se preveja qualquer benefício económico.

Políticas, Ações e Metas Relativas às Alterações Climáticas |E1-2|E1-3|E1-4|

Para o efeito, a Porto Ambiente desenvolveu as seguintes políticas (1-3), ações (4-6) e metas (7-8) em relação à atenuação das alterações climáticas e adaptação às mesmas:

1. Estabelecimento de compromissos claros para alcançar a neutralidade carbónica até 2030, incorporando práticas de sustentabilidade em todas as operações e sensibilizando os munícipes
2. Promover a redução, reutilização e reciclagem de materiais, incentivando a economia circular na gestão dos resíduos;
3. Implementação de sensibilização ambiental por forma a incentivar a consciência pública para as práticas sustentáveis;
4. Expansão da rede de ecopontos e melhorar a infraestruturas de recolha seletiva para facilitar a separação de resíduos e aumentar as taxas de reciclagem;
5. Adoção de tecnologias limpas, com equipamentos que eliminem ou reduzem o máximo de emissões sem quebras de serviço;
6. Desenvolvimento e promoção de programas de compostagem para reduzir a quantidade de resíduos orgânicos;
7. Definição de metas anuais de redução das emissões de gases de efeito estufa, cujo fim é atingir a neutralidade carbónica até 2030;
8. Aumento da taxa de reciclagem.



Emissões |E1-6|

Os gases com efeito estufa (GEE) são representados e agravados, principalmente pelos seguintes, potencialmente e diretamente enquadráveis à atividade da Porto Ambiente ⁴¹⁵:

- dióxido de carbono, sendo o mais abundante na atmosfera, cujos contributos passam essencialmente pelo setor de energia e combustíveis;
- metano, provocado em 60% pelos aterros sanitários;
- óxido de azoto, onde a agricultura tem o maior impacto pelos fertilizantes, mas também a gestão de resíduos, nomeadamente através da decomposição de materiais orgânicos em aterros;
- gases fluorados, que representam "(...) substâncias com um grande potencial de aquecimento global, muito superior ao do dióxido de carbono."⁶, sendo que pode ser encontrado em equipamentos como bombas de calor, equipamentos fixos de ar condicionado ou de refrigeração, sistemas de proteção contra incêndio, entre outros.

A pegada carbónica representa o total das emissões de GEE e é calculada através do dióxido de carbono equivalente (CO₂e), medida internacional que estabelece a equivalência entre os demais GEE e CO₂, sendo o último o gás de referência pela quantidade e impacto. O CO₂e, calculado pela tabela de equivalências adotada no quadro das Nações Unidas, tem por base a multiplicação de um gás pelo seu potencial de aquecimento global (PAG ou GWP – *Global Warming Potential*).

No que diz respeito às emissões de GEE de âmbito 1, definidas como emissões diretas provenientes de fontes que são controladas pela Empresa, a Porto Ambiente reconhece a importância de monitorizar e reduzir as emissões provenientes, essencialmente, da gestão de resíduos urbanos e da limpeza do espaço público, contribuindo para



o compromisso da área do Pacto do Porto para o Clima e com a meta da neutralidade carbónica.

A origem das emissões referidas resultam, predominantemente, da utilização de combustíveis fósseis na frota de veículos e equipamentos operacionais, bem como de processos inerentes à atividade de gestão de resíduos onde, a implementação de medidas para melhorar a eficiência energética e a adoção de tecnologias mais limpas são essenciais para a diminuição destas emissões diretas, alinhando-se com as melhores práticas de sustentabilidade e promovendo um impacto positivo na qualidade ambiental da cidade. Assim, a Porto Ambiente reafirma o seu compromisso com a sustentabilidade e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, através de ações concretas e estratégias eficazes.

Em termos de emissões de GEE de âmbito 2, causados indiretamente pela energia consumida, nomeadamente:

- Em termos de eletricidade, os contratos realizados pela Porto Ambiente incidem sobre a aquisição de energia elétrica 100% proveniente de fontes de energia renováveis, cujos resulta-

⁴ <https://apambiente.pt/clima/emissoes-gee>

⁵ <https://goldenergy.pt/glossario/efeito-estufa/>

⁶ <https://apambiente.pt/clima/gases-fluorados>

dos de CO² são zero, no entanto o consumo total de kWh são apresentados no capítulo infra denominado de Consumo Energético, sendo os resultados oficiais de emissões partilhados através de certificado emitido pelo prestador de serviços, durante o mês de março;

- A Porto Ambiente consumiu, no decorrer de 2024, 10 554 litros de gasolina, 648 861 litros de gasóleo e 654 180 Nm³ de gás natural veicular;
- Em 2024, a Porto Ambiente consumiu 1 413 m³ de gás natural no edifício sede.
- No total de gases fluorados produzidos, a Porto Ambiente produziu 76 Kgs, representando cerca de 185 CO₂e.

No que se refere às emissões de GEE de âmbito 3, cuja ocorrência se dá na cadeia de valor a jusante e a montante, a Porto Ambiente reconhece a representatividade que este âmbito pode ter na pegada de carbono, mas também a dificuldade de mensuração.

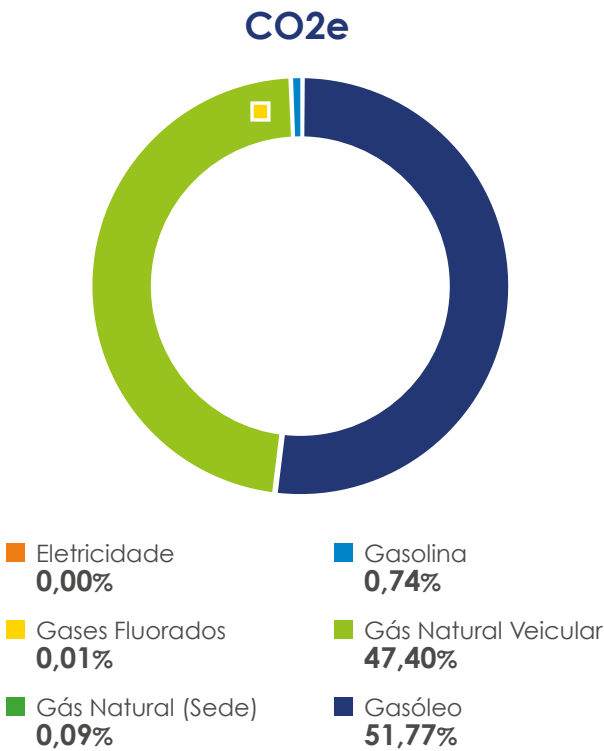
Contudo, cientes que as emissões relacionadas a fornecedores bem como os comportamentos dos consumidores constituem uma parte significativa do impacto ambiental, a Porto Ambiente está empenhada em reunir esforços para desenvolver métricas robustas de controlo e atenuação deste tipo de emissões a montante e a jusante.

A abordagem a ser desenvolvida não só permitirá identificar oportunidades de melhoria ao longo da cadeia de valor, não obstante das práticas sustentáveis que têm vindo a ser implementadas nos cadernos de encargos e consequentes adjudicações, como fortalecerá o compromisso com o Pacto do Porto para o Clima.

Sendo a redução das emissões uma das prioridades da Porto Ambiente, especialmente no que diz respeito à minimização dos resíduos enviados para aterro, contribuindo para a redução de metano e óxido de azoto, associadas à decomposição de resíduos em aterros, através da implementação de práticas de economia circular e reciclagem cujo objetivo é reduzir a quantidade de resíduos que, de outra forma, seriam dispostos em aterros.

A estratégia da Empresa não só alinha as metas da sustentabilidade e da neutralidade carbónica, mas como demonstra um compromisso claro para com a melhoria da qualidade ambiental dos cidadãos e visitantes da cidade do Porto.

No cômputo geral, com os dados suprarreferidos, infra se apresenta a totalidade de CO₂e da Porto Ambiente:



Gestão dos Resíduos Urbanos

A gestão dos resíduos urbanos representa uma das três principais áreas, representando uma área crítica no contexto das alterações climáticas e da necessidade de uma economia circular, sendo imperativo implementar políticas que visam não só a eficiência da prestação dos serviços, mas a minimização dos impactos ambientais associados.

A Porto Ambiente procedeu à reestruturação da rede de equipamentos para a deposição de resíduos, abrangendo a cobertura de cerca de 4 600 contentores para resíduos indiferenciados e 1 350 ecopontos, incluindo a colocação de mais 55 ecopontos em 2024, onde, simultaneamente existiu a substituição de equipamentos de carga traseira por sistemas de recolha por grua que visa



aumenta a eficiência na recolha bem como promover a deposição seletiva, reduzindo os pontos isolados de deposição indiferenciada.

A recolha Porta-a-Porta residencial alcançou 2 764 aderentes no ano em apreço, com um aumento de 3,4 % relativo ao período homólogo, cuja recolha totalizou 1 713 toneladas, das quais 912 seletivas.

O projeto orgânico, abrange 60 % do território do Porto, opera com 630 contentores tendo sido recolhido 974 toneladas em 2024.

A aprovação do PAPERSU pela Assembleia Municipal, com pareceres positivos da APA e ERSAR, reforça o compromisso da Empresa com a construção de uma estratégia eficaz e integrada de gestão de resíduos com metas ambiciosas.

O reconhecimento da qualidade do serviço prestado pela Porto Ambiente foi, mais uma vez, reconhecido com o Selo de Qualidade de Serviços e o Prémio de Excelência pela ERSAR, englobando aspetos não só ambientais, mas como sociais, económicos e de governança.



ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

| E1-1 | As alterações climáticas representam um desafio significativo para a gestão dos recursos urbanos tendo em consideração a necessidade de ferramentas como camiões em circuitos permanentes para a recolha dos resíduos. Contudo, para mitigação do tema, a Porto Ambiente dispõe das seguintes ações, políticas e metas:

1. Frota a gás natural veicular, que é mais eficiente e menos poluente comparativamente ao combustível fóssil, reforçada em 2024;
2. Campanhas de sensibilização da população para a importância da deposição em locais adequados bem como a separação correta, contribuindo para uma gestão mais eficaz.

RECURSOS HÍDRICOS E MARINHOS

| E3-1 | E3-2 | E3-3 | A gestão inadequada dos resíduos pode afetar os recursos hídricos e marinhos, sendo que os resíduos podem, consequentemente, poluir os rios, lagos e oceanos. Assim, para prevenir a potencialidade do impacto, a Porto Ambiente dispõe de sistemas adequados de tratamento e deposição de resíduos para além da promoção pública da reciclagem e valorização energéticas de resíduos, reduzindo a pressão sobre os sistemas de gestão de águas e ecossistemas marinhos.

| E3-4 | Em termos de consumo de água, a Direção de Gestão de Resíduos Urbanos apresenta um

consumo anual na ordem dos 940 m³, justificado pelo facto de recorrerem a outros meios disponíveis, como furos de água, para o exercício da sua atividade.

|E3-5| Os efeitos financeiros potenciais previstos de riscos e oportunidades relacionados com os recursos hídricos e marinhos na gestão de resíduos urbanos representam uma extrema importância para a Porto Ambiente, uma vez que podem impactar diretamente a eficiência operacional e a sustentabilidade das suas atividades.

A escassez de água, agravada pelas alterações climáticas, pode aumentar os custos associados ao tratamento e armazenamento de resíduos, exigindo investimentos adicionais em tecnologias de gestão hídrica por forma a garantir uma utilização responsável e eficiente deste recurso.

Por outro lado, a implementação de soluções inovadoras, como a recuperação de água durante o processo de tratamento de resíduos, representa uma oportunidade para reduzir custos operacionais e promover a sustentabilidade ambiental.

A Porto Ambiente ambiciona não apenas assegurar a eficiência financeira, mas também reforçar o seu compromisso com o Pacto do Porto para o Clima e a neutralidade carbónica, contribuindo para um futuro mais sustentável.



UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E ECONOMIA CIRCULAR

|E5-1| |E5-2| |E5-3| Sendo a economia circular uma ferramenta importante no desperdício e maximização da vida útil dos recursos através da reutilização e reciclagem, a Porto Ambiente inaugurou o EcoPorto – Centro para a Circularidade da Cidade do Porto – que põe em prática o conceito de economia circular, indo de encontro aos ambiciosos objetivos ambientais estipulados para a cidade.

A economia circular é um sistema que visa reintroduzir os materiais na economia, de modo que estes nunca se convertam em resíduos, permitindo assim a regeneração da natureza. Numa economia circular, os produtos e materiais são mantidos em circulação através de processos como reparação, reutilização, renovação, refabricação, reciclagem e compostagem, cujo foco deste modelo aborda questões como as alterações climáticas e outros desafios globais, incluindo a perda de biodiversidade, a gestão de resíduos e a poluição, dissociando a atividade económica do consumo de recursos finitos.

Entre o arranque do projeto e o final do ano de 2024, o EcoPorto teve 168 participantes nas atividades de capacitação promovidas, e foi possível reparar 314 equipamentos, representando 2 015 Ton de bens.

|E5-4| |E5-5| A entrada de recursos abrange diversas categorias como, por exemplo, equipamento informático, equipamentos de transporte, sendo que a Porto Ambiente não dispõe de entrada de matéria-prima e os materiais versam consumíveis como tintas, ferramentas e utensílios como pincéis, não obstante, nas entradas de recursos existentes, a Porto Ambiente privilegia a tecnologia limpa, energia renovável e materiais sustentáveis, alternativamente aos descartáveis. No que toca à entrada e saída de recursos, entre os quais resíduos, gestão de resíduos, infra se consolida a informação da Porto Ambiente no âmbito das suas funções.

|E5-2| |E5-3| |E5-4| No que respeita à Gestão dos Resíduos Urbanos, em termos de políticas e ações, no decorrer de 2024, a Porto Ambiente apresenta os seguintes:

• Reorganização da rede de equipamentos e uniformização do método de recolha de equipamentos

Através da reorganização da rede de equipamentos e uniformização do método de recolha de equipamentos, a Porto Ambiente tem como objetivo disponibilizar num único ponto contentores indiferenciados e ecopontos bem como uma maior eficiência na recolha de resíduos urbanos. Através desta medida, reafirmar-se o compromisso com a sustentabilidade e a gestão eficiente dos resíduos urbanos, cujo fim último é a transformar políticas, ações e metas nas operações que tenham um impacto positivo, ou reduzam o impacto negativo, no meio ambiente.

A iniciativa mencionada apresenta os seguintes indicadores: (i) Número de ecopontos completos disponíveis; (ii) Número de contentores indiferenciados isolados; (iii) Número de equipamentos uniformizados com recolha por grua, onde se pretende os seguintes impactos positivos na sociedade: (i) Maior capacidade de deposição seletiva e incentivo à adequada deposição; (ii) Aumento de eficiência na recolha de resíduos bem como cobertura municipal.

Para o efeito, em 2024, efetivou-se a instalação de 55 novos ecopontos que, simultaneamente,



foi efetuada a substituição de equipamentos de recolha por grua. Assim, no final de 2024, a cidade do Porto dispõe cerca de 4 600 contentores indiferenciados e 1 350 ecopontos completos.

• Projeto de recolha seletiva porta-a-porta residencial

O projeto de recolha porta a porta residencial foi implementado em 2018. Neste projeto, são recolhidos seletivamente os fluxos de papel/cartão, plástico/metall, vidro e orgânicos, assim como resíduos indiferenciados, em, predominantemente, habitações unifamiliares.

Em diversos momentos, tais como o arranque do projeto e ações de alargamento, são realizadas Campanhas de Comunicação e Sensibilização, que informam sobre o modo de funcionamento do projeto e sensibilizam para uma correta separação dos resíduos. Atualmente, o projeto de recolha porta a porta residencial existe em zonas da área ocidental da cidade, tendo arrancado em abril o alargamento à zona oriental, através de uma candidatura a financiamentos do POSEUR.

O projeto de recolha tem como indicadores os seguintes: (i) Número de aderentes; (ii) Quantitativos de recolha, por fluxo de resíduo. Através das atividades implementadas, o sistema do PaP residencial registou um aumento de 0,8 % na quantidade total de resíduos recolhidos, contando com um total de 2 764 aderentes.



• Projeto orgânico residencial

O Orgânico é o projeto de recolha seletiva de resíduos orgânicos, inicialmente financiado no âmbito dos Avisos PO SEUR-11-2018-14, PO SEUR-11-2019-29, PO SEUR-11-2020-15 e CityLoops, que compreende a implementação da recolha seletiva de resíduos orgânicos alimentares no setor residencial, em áreas de elevada densidade populacional e com prédios em altura. O projeto Orgânico teve o seu início oficial em abril de 2019. Em 2024, o Porto contava com uma rede de 630 contentores de proximidade para deposição de resíduos orgânicos.



Em 2024 foram recolhidas cerca de 974 toneladas de resíduos orgânicos com recurso aos contentores de proximidade. No final do ano, o Projeto Orgânico abrangia cerca de 60 % do território do Porto, cujo principal indicador passa pelo número de aderentes, a cobertura da cidade ao projeto bem como a quantidades recolhidas.

• PAPERSU

O Plano de Ação do Município do Porto para Gestão dos Resíduos Urbanos – PAPERSU 2022 – 2030, foi aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com parecer positivo da ERSAR e da CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte). Em setembro de 2024, o PAPERSU 2022-2030 foi aprovado pela Assembleia Municipal, por unanimidade.

O Plano de Ação tem como objetivo promover a implementação de medidas de prevenção da produção de resíduos, recolha seletiva de novos fluxos de resíduos e reforço da recolha dos resíduos orgânicos. Inclui também a dinamização de ações de suporte, destacando-se a realização de campanhas de sensibilização.

De uma perspetiva geral, a meta definida são os 63% de recolha seletiva em 2030, porém, são dezanove as medidas do plano de ação enquadradas em eixos como a prevenção, gestão dos recursos e operacionalização, cujas atividades se materializam ao longo do horizonte temporal previsto, com indicadores como: (i) expansão do serviço de recolha porta-a-porta residencial e biorresíduos; (ii) quantidade de resíduos depositados,

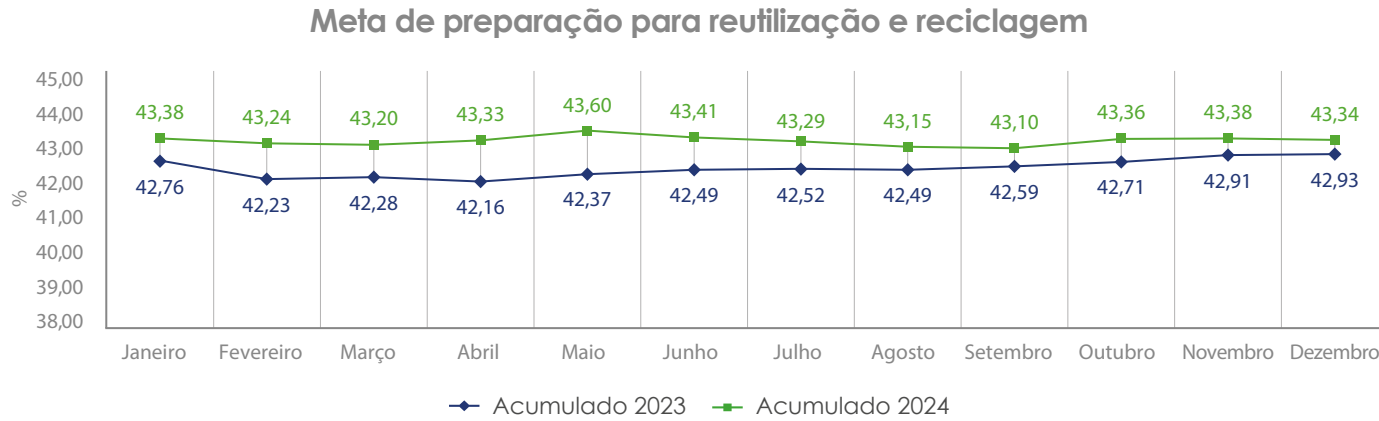
relativamente a vários fluxos; (iii) entre outros. Por forma a permitir a aceleração da implementação das medidas preconizadas no PAPERSU, a Porto Ambiente submeteu e formalizou a candidatura ao auido do Norte 2030.

No cômputo geral das ações e metas definidas, infra se apresenta os resultados obtidos pela área.

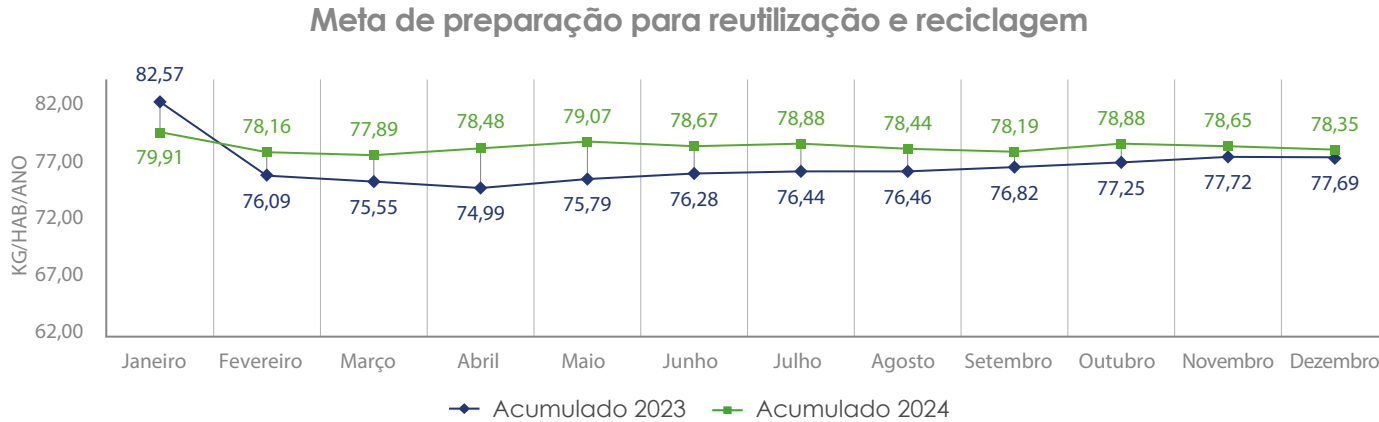
(i) Taxa de cumprimento das metas de recolha seletiva

#	TAXA DE CUMPRIMENTO DAS METAS DE RECOLHA SELETIVA	31.12.2024	
		OBJETIVO	RESULTADO
1	Meta de preparação para reutilização e reciclagem	31,00%	43,34%
2	Meta de retomas com origem em recolhas seletiva	61,00 kg/hab/ano	78,35 kg/hab/ano

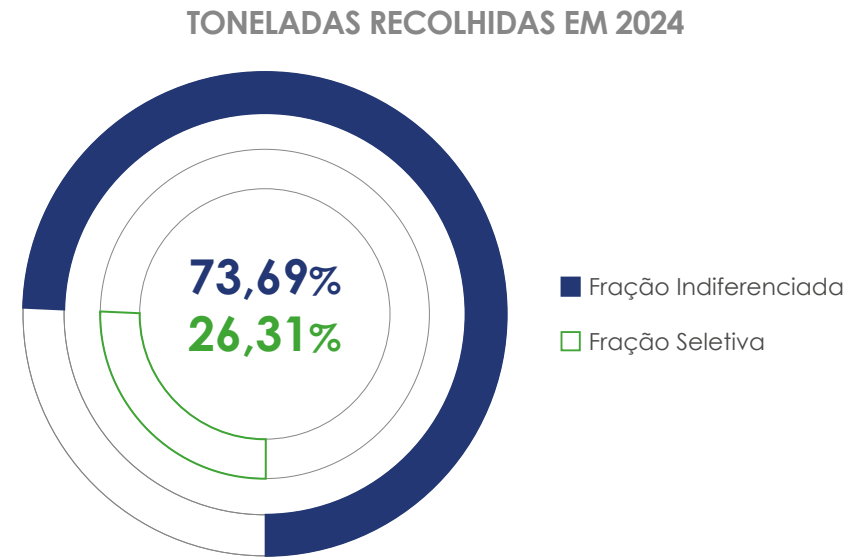
(ii) Meta de preparação para reutilização e reciclagem



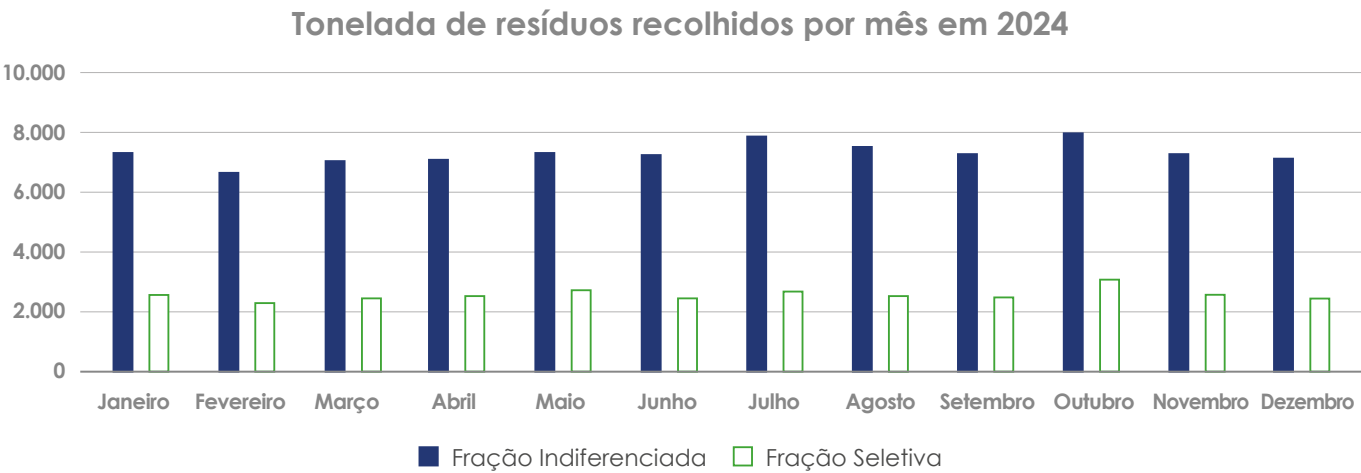
(iii) Meta de retomas com origem em recolhas seletiva



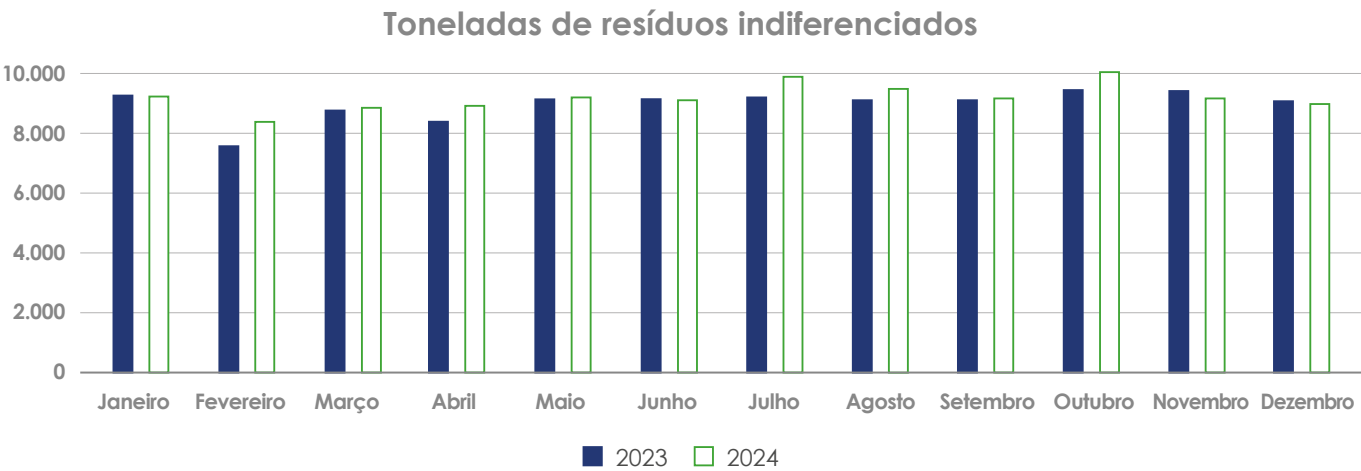
(iv) Toneladas recolhidas



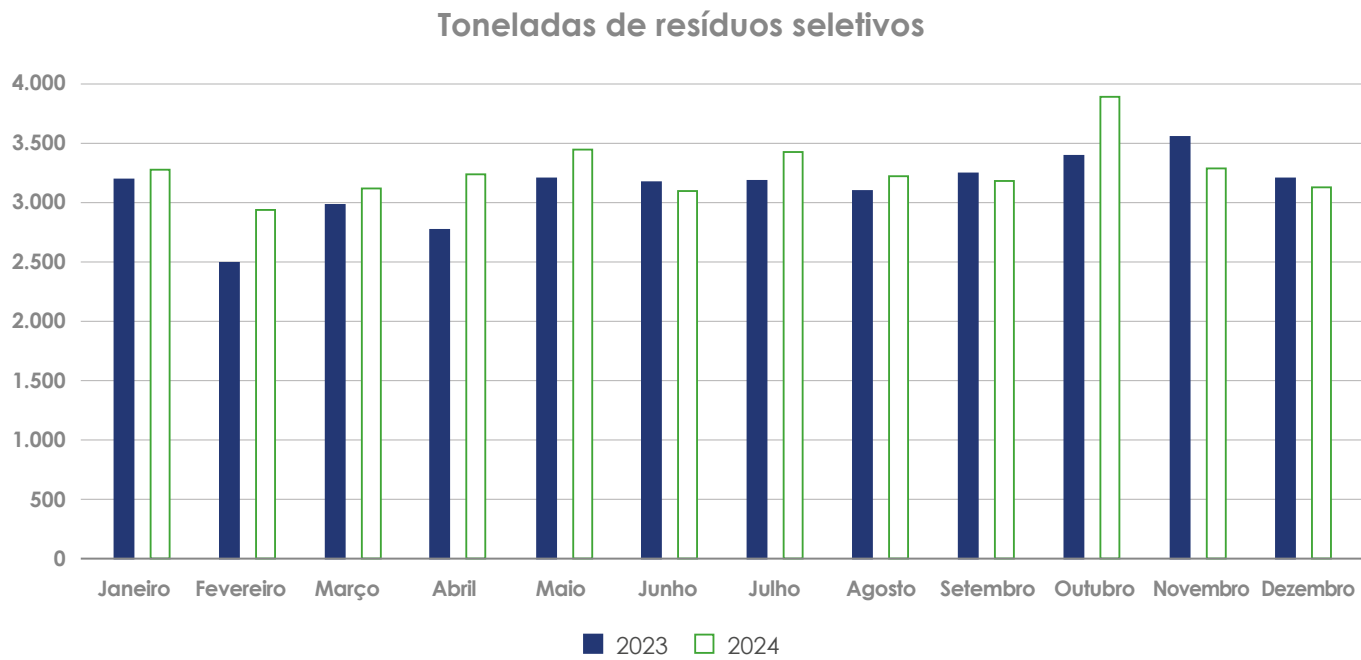
(v) Resíduos recolhidos por mês em 2024



(vi) Comparativo de resíduos indiferenciados recolhidos relativamente ao período homólogo



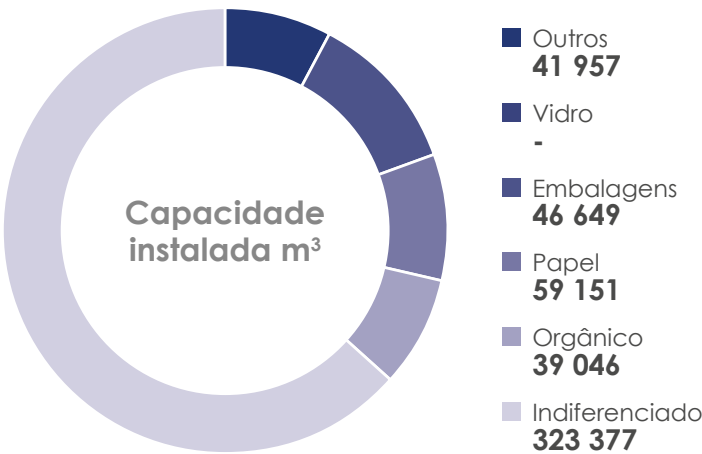
(vii) Comparativo de resíduos seletivos recolhidos relativamente ao período homólogo



(viii) Encaminhamento de resíduos urbanos para as diferentes operações de gestão

ENCAMINHAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS PARA AS DIFERENTES OPERAÇÕES DE GESTÃO	CÓDIGO	2024
Valorização Energética	R1	73,14%
Valorização Multimaterial	R5	18,44%
Valorização Orgânica	R3	7,87%
Depósito em profundidade	D1	1,22%

(ix) Capacidade instalada por fluxo, com um total 510 180 m³ instalados.





|E5-6| Quanto aos potenciais efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades associados com a utilização dos recursos e com a economia circular, sendo uma das prioridades da Porto Ambiente, reconhece-se o potencial desta gerar uma redução da quantidade de resíduos enviados para aterro, logo, uma redução de custos, en, simultaneamente, promover a valorização materiais recicláveis e a reutilização de recursos.

Contudo, a necessidade de investimentos iniciais em infraestruturas e tecnologias inovadoras, que podem impactar o orçamento da empresa, como é exemplo a abertura, implementação e formação dos colaboradores do EcoPorto.

Por outro lado, as oportunidades decorrentes incluem o fortalecimento da colaboração com parceiros locais, a criação de novos produtos por forma a contribuir para a sociedade sendo que os bens gerados pelo EcoPorto são doados, mas também pela contribuição para a sustentabilidade.

Assim, a Porto Ambiente está comprometida em explorar e reforçar proativamente estas dinâmicas e ações, assegurando que as operações não apenas atendam às necessidades atuais, mas também contribuam para um futuro sustentável.

Limpeza do Espaço Público

Em 2024, a Porto Ambiente introduziu 20 novos equipamentos de varredura, incluindo 12 elétricas e 8 varredoras compactas e iniciou-se o planeamento de um novo serviço de varredura com testes realizados em várias zonas da cidade por forma a determinar as frequências e recursos adequados.

Novamente, a Porto Ambiente demonstrou, em 2024, um forte compromisso em abordar as alterações climáticas, otimizar os recursos hídricos e promover a economia circular, através da inovação constante e da colaboração com a comunidade para garantir um espaço público limpo, sustentável e acolhedor para todos.

A otimização dos recursos foi uma prioridade com a modernização da frota de varredoras e a adoção de novas metodologias de varredura. Isso resultou em uma taxa de execução de 97,6% do que estava planejado, demonstrando a eficácia das iniciativas implementadas. A introdução de tecnologias, como equipamentos PDA para os cantoneiros, melhorou o monitoramento e o gerenciamento das atividades, garantindo uma operação mais eficiente e contínua.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

|E1-1| A adoção de varredura húmida, com recurso a água, ao invés dos tradicionais sopradores, em conjunto com as novas aquisições permite uma limpeza mecanizada e reforça a eficiência do serviço prestado para além de contribuir para a redução das emissões e resíduos.

Em 2024, foram lavados 37 205 equipamentos de deposição e respetivas áreas envolventes, dos quais 928 correspondem a papéis, embora tenha havido uma redução atribuída ao número de recursos humanos disponíveis. Este serviço é vital para manter a higiene e a funcionalidade dos espaços públicos.

RECURSOS hídricos E MARINHOS

|E3-1| |E3-2| |E3-3| No que diz respeito aos recursos hídricos, a Porto Ambiente deu um passo importante na otimização do uso da água através da implementação de um programa de formação para as equipas de lavagem, promovendo o uso de água para reutilização (ApR). Em média, 19% da água consumida pelas viaturas da Limpeza urbana, em 2024, foi ApR, o que representa uma significativa redução no consumo de água potável. Adicionalmente, a colaboração com a Empresa Municipal Águas e Energia do Porto resultou na limpeza de aproximadamente 36 mil órgãos de drenagem, minimizando riscos de inundações e protegendo os valiosos recursos hídricos da região.

A operação de limpeza das praias foi intensificada, resultando na recolha de 1 000 toneladas de sargaço, o que não só melhora a qualidade das costas, mas também promove um ecossistema marinho saudável.

|E3-4| No âmbito do consumo de água, a Limpeza do Espaço público, foram consumidos cerca de 4 760 m³, porém, na crescente implementação da utilização de água para reutilização, em 2024 foi dada formação aos colaboradores das equipas de lavagem de alta pressão para que, no próximo ano, seja possível aumentar o consumo de ApR, em detrimento de água potável.

Assim, para alargar a extensão da atividade com água para reutilização, foi elaborado um pedido de alteração do TUA da Porto Ambiente, que será submetido à Agência Portuguesa do Ambiente em 2025.

Com a sua aprovação, a Porto Ambiente passará a estar apta para efetuar a lavagem de equipamentos (em estaleiro e via pública) com água para reutilização, bem como a lavagem de viaturas.

Não obstante a aprovação que irá iniciar no decorrer do próximo ano, a Porto Ambiente tem dado cumprimento ao rigoroso plano de análises laboratoriais, bem como ao procedimento de desinfecção das viaturas de lavagem onde, parte da água consumida pelas viaturas em 2024, foi água reutilizada, num volume de 749 m³.

|E3-5| No que toca aos efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com os recursos hídricos e marinhos da Limpeza do Espaço Público, ressalvasse a crescente pressão sobre os recursos hídricos, agravada pelas alterações climáticas e pela intensificação do turismo, que poderá resultar em custos elevados associados à gestão e implementação de medidas de sustentabilidade nas operações de limpeza, especialmente na época alta.

Por outro lado, a adoção de práticas inovadoras, como a utilização de veículos de limpeza ecológicos e compactos, minimiza os impactos ambientais e apresenta uma oportunidade de melhoria da satisfação dos cidadãos e turistas, através da eficiente limpeza das ruas bem como a limpeza das praias.

A valorização dos ecossistemas marinhos e a promoção de praias limpas e seguras são fundamentais, não apenas para a saúde pública e o bem-estar da comunidade, mas também para o fortalecimento da imagem da cidade como um destino turístico sustentável. Posto isto, a Porto Ambiente está comprometida em alinhar as operações de limpeza com os objetivos do Pacto do Porto para o Clima com fim na neutralidade carbónica, garantindo que a gestão dos recursos hídricos e marinhos seja integrada de forma eficaz nas atividades diárias.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E ECONOMIA CIRCULAR

| E5-1 | E5-2 | E5-3 | E5-4 | E5-5 | No âmbito da economia circular, em setembro de 2024, a Porto Ambiente lançou um projeto em parceria com a Electrão para a caracterização dos resíduos depositados nas papeleiras, revelando um impressionante potencial de reciclagem de cerca de 50%. Esta iniciativa é fundamental para o desenvolvimento de novas metodologias para aumentar a reciclagem e reduzir a quantidade de resíduos destinados à incineração. Além disso, a equipa de limpeza de fachadas realizou 9 754 intervenções, utilizando sílica e pintura, promovendo um ambiente urbano limpo.

A modernização da frota de varredoras e a introdução de novos métodos de varredura desenvolveram a eficiência operacional, permitindo uma execução de 97 % do que foi planeado, em que, a adoção de tecnologias, como equipamentos PDA para os cantoneiros, permitiu melhorar a monitorização e gestão das atividades.

| E5-6 | Os efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular na limpeza do espaço público constituem um aspeto essencial da estratégia da Porto Ambiente.

Não obstante de não existirem efeitos financeiros previstos na limpeza do espaço público de forma geral, além do investimento em soluções inovadoras em prol da eficiência da operação, as oportunidades surgem através da redução do consumo de água. Igualmente deve ser valorizada a colaboração com a comunidade e a promoção de iniciativas de limpeza que envolvam os cidadãos, fortalecem o sentimento de responsabilidade coletiva e ambiental. Desta forma, a empresa procurará maximizar os benefícios económicos e ambientais das suas operações, assegurando um futuro mais sustentável para a cidade.

Pacto do Porto para o Clima

A neutralidade carbónica só pode ser abordada com sucesso através de intervenções transversais e multinível, desde o nível pessoal, organizacional,



local, regional, nacional ao global, sendo de destacar a atual responsabilidade socioambiental de muitas organizações e uma consciência ambiental crescente por parte dos cidadãos. A Porto Ambiente fica incumbida de aplicar o seu conhecimento e a sua experiência acumulada e recorrendo ao seu sistema de gestão integrada, de forma a identificar as melhores soluções, aplicando os métodos e procedimentos que se mostrem técnica e legalmente mais adequados a alcançar os objetivos municipais e de interesse geral que subjazem ao Contrato-Programa. A Porto Ambiente fica incumbida de aplicar o seu conhecimento e a sua experiência acumulada e recorrendo ao seu sistema de gestão integrada, de forma a identificar as melhores soluções, aplicando os métodos e procedimentos que se mostrem técnica e legalmente mais adequados a alcançar os objetivos municipais e de interesse geral que subjazem ao Contrato-Programa.

O Porto tem vindo a implementar um conjunto de medidas que terá de continuar e aprofundar, acelerando a descarbonização em múltiplos setores e envolvendo diversos agentes da cidade. Essas medidas estão organizadas em dois grandes projetos que, apesar de distintos, concorrem para o mesmo objetivo: atingir a neutralidade carbónica até 2030. Neste segundo ano completo de atividade, para lá do desenvolvimento e monitorização dos temas relacionados com o Pacto do Porto para o Clima e com os subscritores, bem como o acompanhamento da participação da cidade na Missão Europeia “Cidades Inteligentes e com um Impacto Neutro no Clima”, foram alcançados resultados de grande relevância para a cidade do Porto em termos de ação climáticas.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

| E1-1 | O Porto assume um papel de liderança no combate às alterações climáticas com o

firme compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2030 que é evidenciado através do envolvimento do Contrato Climático da Cidade, aprovado no âmbito da Missão Cidades e elaborado em colaboração com múltiplos stakeholders com o apoio da União Europeia, reconhecendo o Porto como um modelo a seguir em termos de sustentabilidade urbana.

Dentre das várias iniciativas realizadas, como é exemplo a plantação de árvores, destaca-se o envolvimento e reconhecimento da cidade na Missão Europeia “Cidades Inteligentes e com Impacto Neutro no Clima”, cuja missão visa testar e implementar novos mecanismos para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, através de uma plataforma para partilhar experiências e boas práticas. Neste contexto, ressalva-se que o Porto foi selecionado entre quase 400 candidaturas para integrar o restrito grupo de 100 cidades, reforçando o seu compromisso e trabalho para com a descarbonização.

A campanha “O que está nas nossas mãos?” procurou sensibilizar e mobilizar a comunidade para a adoção de hábitos sustentáveis, demonstrando como pequenas ações individuais podem contribuir para a mitigação das alterações climáticas. Além desta, os “Roteiros com ImPacto” proporcionaram uma oportunidade para os cidadãos conhecerem as iniciativas de sustentabilidade concretas que têm vindo a ser implementadas na cidade.

Desta feita, a Porto Ambiente tem um sistema de monitorização para avaliar o progresso em direção às metas estabelecidas que contam com relatórios regulares bem como a participação em iniciativas como o “Carbon Disclosure Project” para que a transparência e responsabilidade empresarial seja garantida na divulgação de informações.

Unidade de Fiscalização e Sensibilização

Volvidos pouco menos de dois anos da criação da Unidade de Fiscalização e Sensibilização, o amadurecimento, acompanhamento e evolução contínua da equipa continuo a fortalecer a aposta positiva da Porto Ambiente na fiscalização preventiva, sensibilização e formação ambiental, tendo os resultados sido cada vez mais positivos.

A fiscalização atua como uma ferramenta de divulgação bem como garantia do cumprimento do Regulamento, enquanto a sensibilização tem sido consolidada e evoluído em prol da mudança de hábitos e práticas com o intuito de prevenir e alterar a mentalidade nos munícipes, clientes e entidades.

Em 2024, a Unidade de Fiscalização e Sensibilização superou com distinção todos os objetivos a que se propôs, conforme dados infra, e contou com atividades como “Reciclar vai à Escola”, “Reciclar é Fish”, GreenFest, entre outros.

INDICADORES	RESULTADOS
Processos de Sensibilização e Fiscalização	3 716
Processos de Formação e Sensibilização Ambiental	175
Ações de Sensibilização	
Total de ações	4 141
Registos de Ações de Sensibilização e Fiscalização	3 836
Número de Ações de Formação de Sensibilização Ambiental	315
Número de pessoas sensibilizadas	12 505
Número de estabelecimentos com certificados emitidos	106
Número de sessões de formação	293
Total de formandos	740
Total de atividade de sensibilização ambiental	+ 30

Biodiversidade e Ecossistemas

| E4-1 | E4-2 | E4-3 | E4-4 | Para a Porto Ambiente é fundamental integrar a biodiversidade e ecossistemas na estratégia e no modelo empresarial e, para o efeito, considera as seguintes políticas, ações, recursos e metas:

- Implementar políticas que promovam a proteção e recuperação da biodiversidade, na medida do impacto potencial que as operações podem ter;
- Estabelecer estratégias de preservação dos ecossistemas nos processos de gestão de resíduos e na limpeza do espaço público;
- Realização de avaliações periódicas de impacto para que as operações não afetem negativamente os ecossistemas;
- Promoção de campanhas de sensibilização para a comunidade, com o intuito de partilhar conhecimento sobre a importância da biodiversidade e de que forma a práticas sustentáveis, como a separação de resíduos, podem impactar positivamente;
- Estabelecimento de parcerias e partilha de dados com outras entidades por forma a desenvolver melhores práticas e projetos que visem a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- Formação aos colaboradores por forma a primar pelo exemplo e capacitando-os de agir em conformidade com as políticas definidas;
- Definição de metas quantitativas para redução do impacto sobre a biodiversidade como a poluição do solo e da água.

| E4-5 | E4-6 | Em conformidade com o explanado nas secções anteriores, a Porto Ambiente não detém um impacto direto na biodiversidade e ecossistema, contudo, tenta que as suas operações sejam efetuadas às melhores práticas sustentáveis para que o impacto indireto seja minimizado ou nulo. Motivo pelo qual, a Empresa não dispões de métricas específicas nem uma análise aos efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades, porém, em

conjunto com as partes interessadas, o acionista e demais entidades do grupo, a Porto Ambiente procura dar o seu contributo nesta matéria.

Poluição

| E2-1 | E2-2 | E2-3 | E2-4 | A poluição é um desafio significativo enfrentado pelas cidades, contudo, a Porto Ambiente compromete-se em adotar práticas sustentáveis, integrando as dimensões ambientais, sociais e de governança nas suas operações cujo compromisso não apenas visa mitigar a poluição, mas também promover um ambiente mais saudável e sustentável para todos os cidadãos.

Uma das principais fontes de poluição atmosférica que a Porto Ambiente reconhece é a emissão de Gases com Efeito de Estufa, provenientes, essencialmente, dos transportes. Em resposta, a cidade tem promovido a mobilidade sustentável através de iniciativas como a promoção de veículos elétricos e híbridos para a gestão de resíduos e limpeza urbana. A adoção de tecnologias limpas e a eletrificação da frota são fundamentais para reduzir a pegada de carbono e as emissões de poluentes atmosféricos.

A poluição é uma preocupação crescente com impacto direto na sociedade e no meio ambiente e para mitigar os efeitos da mesma, a Porto Ambiente tem estabelecido uma série de iniciativas e políticas para contribuir para um ambiente mais saudável e sustentável.

A gestão eficaz dos resíduos é fundamental para reduzir a poluição e, em 2024, a Porto Ambiente implementou melhorias significativas na rede de equipamentos de deposição, aumentando a acessibilidade a contentores para resíduos indiferenciados e frações seletivas. Essa reorganização pretende diminuir a deposição inadequada de resíduos em áreas públicas, que contribui para a poluição.

Além disso, campanhas de sensibilização foram lançadas para engajar a comunidade na separação de resíduos e na adesão ao sistema de recolha porta-a-porta, visando um aumento nas taxas de reciclagem e uma diminuição gradual da quantidade de resíduos enviados para aterros e incineração.

A limpeza do espaço público é outro componente crucial na luta contra a poluição urbana onde o investimento de novas tecnologias, como varredoras elétricas e sistemas de varredura húmida, permitiu à Porto Ambiente melhorar a eficácia na limpeza das ruas e passeios, contribuindo para um ambiente urbano mais limpo e livre de resíduos. Em 2024, foram varridos 169 347 quilómetros lineares e recolhidas aproximadamente 1 780 toneladas de resíduos.

Em termos diretamente relacionados com a poluição, infra se apresenta a distância percorrida em quilómetros pela frota da Porto Ambiente, por tipo de combustível e tipo de viatura, e as toneladas equivalentes de petróleo (TEP) que discriminam as unidades de energia definida como o calor libertado na combustão de toneladas de petróleo padrão, totalizando uma distância de 2 734 048 km, representando 68,22 voltas ao mundo, com 1 111 toneladas equivalentes de petróleo.

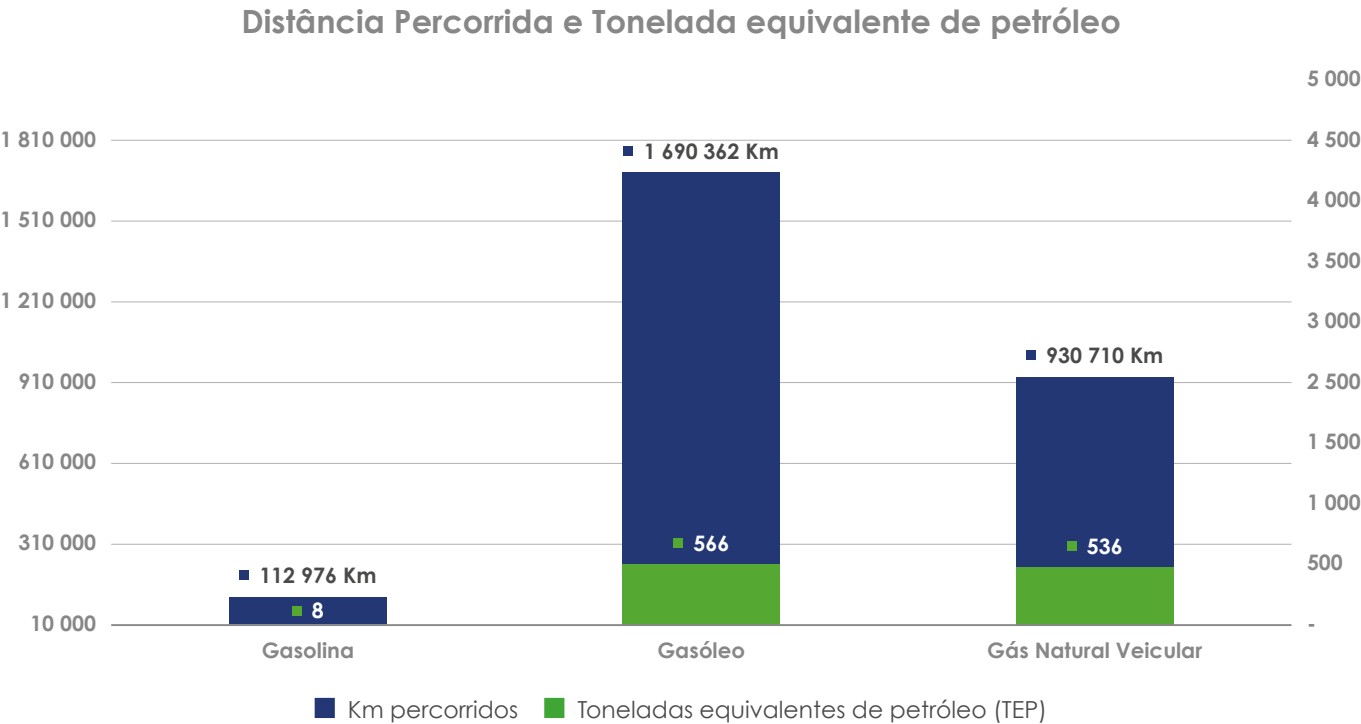
Socialmente, a Porto Ambiente dedica-se a promover a conscientização e a educação da população sobre a importância da gestão de resíduos e da limpeza do espaço público, cujas iniciativas têm como objetivo estimular a participação dos cidadãos em práticas de reciclagem e na manutenção de um ambiente limpo. É crucial tentar reduzir com-

portamentos que promovam a poluição, como o depósito inadequado de resíduos e a falta de cuidado com os espaços públicos.

No âmbito desta tarefa integra-se a diversos níveis de gestão e colaboração entre as várias partes interessadas através especialmente da Direção do Pacto para o Clima, que serve de ponte, bem como pelo envolvimento com a Missão Cidades que abordam a poluição de forma ampla.

Os programas educativos realizados, como visitas escolares ao Edifício da Porto Ambiente e a participação em workshops, foram organizados para ensinar os cidadãos sobre a poluição e suas consequências, bem como as práticas que podem ser adotadas para mitigá-las, cujo fim último destas iniciativas é promover a construção de uma cidadania ativa, comprometida com a construção de um Porto mais sustentável.

| E2-5 | No contexto da gestão de substâncias que suscitam preocupação, a Porto Ambiente envolve-se com práticas que asseguram a proteção ambiental e a saúde pública, tal é reconhecido pela obtenção da certificação ISO 14001, que representa um marco importante na estratégia de sustentabilidade bem como um fortalecimento do modelo de negócio.





A certificação referida permite à Porto Ambiente identificar oportunidades para reduzir custos através da melhoria dos processos operacionais, o que inclui a otimização do consumo de recursos, a minimização do tratamento de resíduos e efluentes, e consequentemente, a redução da pegada ambiental da empresa.

Um dos exemplos que reafirma a atenção empresarial à preocupação com a saúde da população e demonstrando a disposição em priorizar práticas menos prejudiciais ao meio ambiente, foi a imediata suspensão do uso do herbicida químico glifosato no controlo de plantas invasoras, aquando da classificação deste como “provável cancerígeno para o ser humano” pela Agência Internacional para a Investigação Contra o Cancro da Organização Mundial da Saúde.

Com uma abordagem proativa, a Porto Ambiente não se preocupa apenas com os aspetos materialmente relevantes da sua operação, mas também se mantém atenta e ágil em resposta a novas informações e diretrizes em que, esta melhoria contínua e capacidade de abraçar desafios beneficia a população, colaboradores, fornecedores e demais que passam pela Cidade do Porto.

|E2-6| Relativamente aos efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades nas áreas de

atuação da Porto Ambiente, nomeadamente na limpeza do espaço público e na gestão dos resíduos urbanos, é fundamental reconhecer que a empresa enfrenta um conjunto de desafios e possibilidades que podem impactar a sua sustentabilidade financeira onde, a poluição representa um desafio significativo que pode implicar custos adicionais, como as despesas com tratamento de resíduos contaminados, bem como é necessário considerar variáveis como o aumento dos resíduos indiferenciados, a manutenção de infraestruturas de limpeza, e; a implementação de medidas corretivas para garantir a qualidade ambiental.

Em contrapartida, abraça-se as oportunidades através da implementação de soluções sustentáveis, nomeadamente: a promoção da economia circular e a adoção de tecnologias avançadas – que visam a redução de resíduos e a eficiência na limpeza urbana. A adoção de práticas mais ecológicas, não só resultam em economias a longo prazo, mas também fortalece o compromisso da Porto Ambiente com os objetivos do Pacto do Porto para o Clima.

Assim, a análise e a gestão preventiva destes riscos e oportunidades são essenciais para garantir a viabilidade financeira da empresa, enquanto se promove um ambiente urbano mais limpo e sustentável para a comunidade.

Consumo Energético |E1-5|

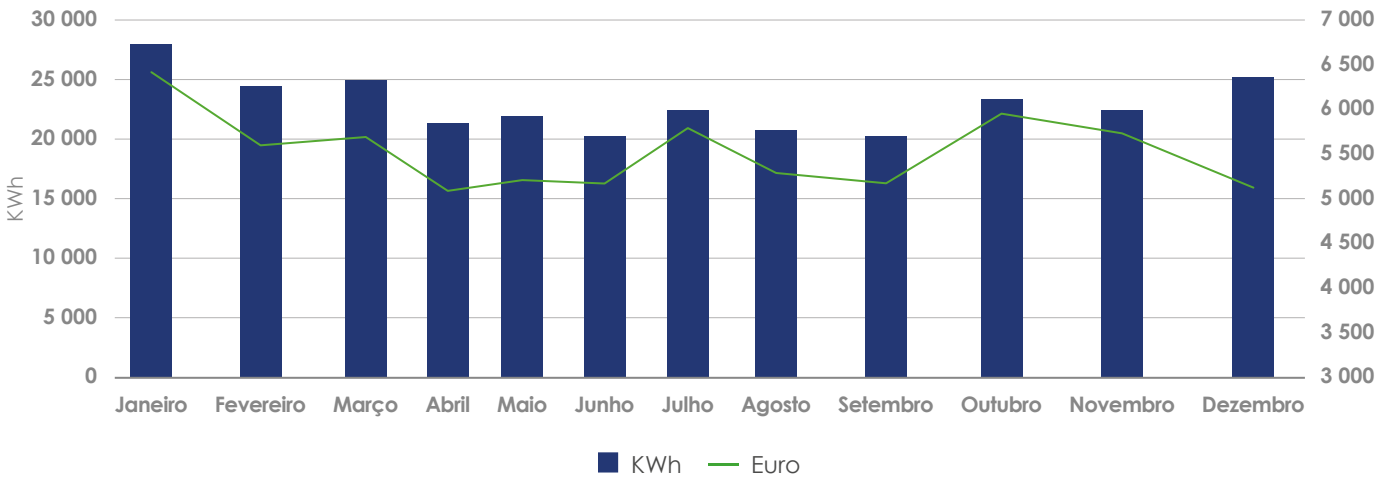
Em termos energéticos, a Porto Ambiente consumiu um total de 375 998 kWh, energia 100% gerada através de fontes verdes, conforme explicado no capítulo “Emissões”, que estipula no caderno de encargos o recurso a fonte renováveis relativamente a energia contratada. No ano de 2024, a Porto Ambiente, embora de dimensão reduzida, dispõe de soluções renováveis, nomeadamente painéis fotovoltaicos para autoconsumo. Neste período, o consumo total foi de 279 MWh, dos quais 12,20 MWh foram fornecidos por soluções renováveis de autoconsumo, representando 4,38% do total consumido.

A Porto Ambiente, em articulação com os demais operadores no perímetro Lipor, tem promovido a

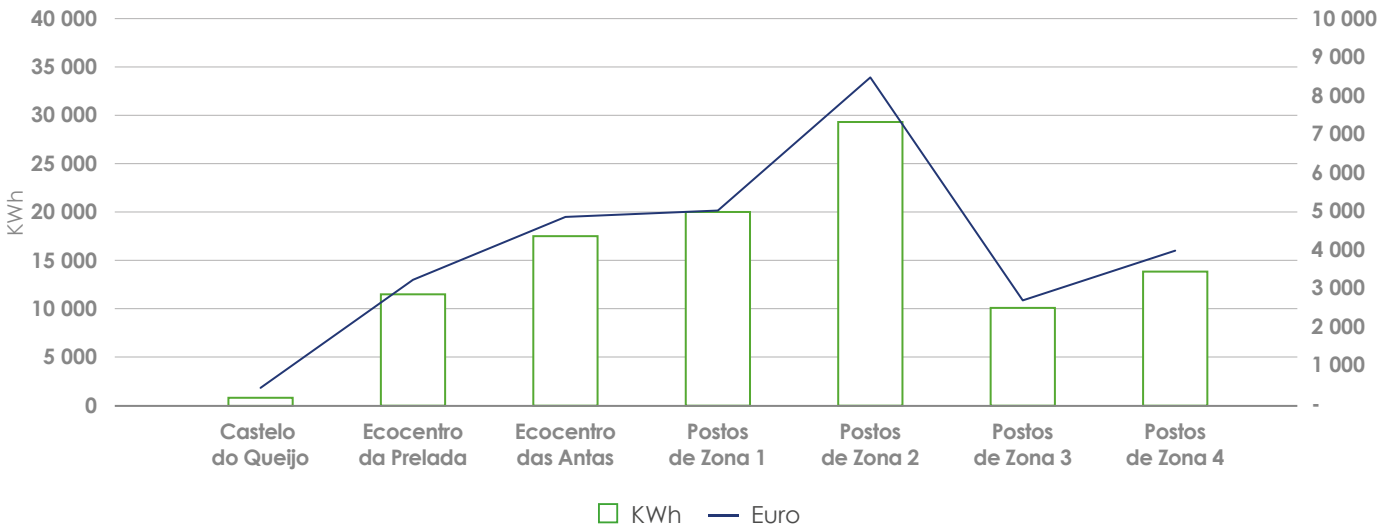
valorização energética em praticamente 100% dos seus resíduos indiferenciados, esta estratégia, para além de essencial na prossecução dos objetivos das boas práticas ambientais, contribui igualmente para a maximização do aproveitamento dos resíduos. Esta abordagem permite assim a redução da quantidade de resíduos enviados para aterro e a consequente transformação dos resíduos em energia, contribuindo para a sustentabilidade e para a redução da pegada de carbono da empresa.

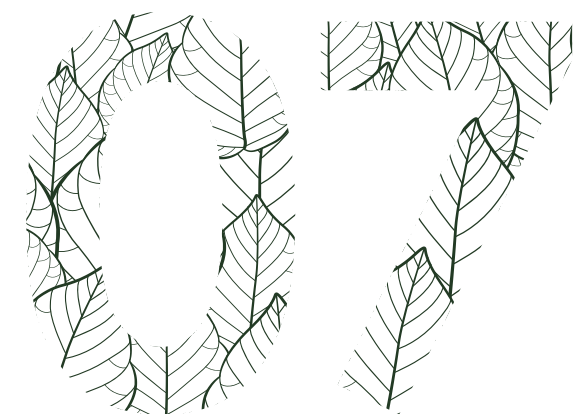
Em 2024, a Porto Ambiente encaminhou para valorização energética 105 714 toneladas de resíduos indiferenciados, os quais se estima serem responsáveis pela produção de cerca de 55 MWh de Energia “limpa”.

Consumo Energético S. Dinis



Consumo Energético Postos de Zona e Ecocentros





SOCIAL

| **ESRS 2 SBM-3** | Em termos sociais, relativo à estratégia e modelo de negócio, a Porto Ambiente identificou os seguintes riscos e oportunidades.

	RISCOS	OPORTUNIDADES
S1	- Retenção de talento (taxa de rotação elevada, com impacto financeiro) - Modelo de gestão de talento (políticas assentes no desenvolvimento e meritocracia via avaliação do desempenho, com impacto nas operações e financeiro)	- Implementação de um modelo de gestão de talento (por forma a reter talento e capacitar os funcionários) - Gestão aberta (promoção do espírito de equipa, criatividade e comunicação aberta)
S2	- Condições de trabalho (relacionamento com fornecedores que incumprem as normas) - Redução de potenciais fornecedores (através de imposição de cláusulas e auditorias)	- Compras e parcerias sustentáveis - Melhoria dos procedimentos internos e criação de diretrizes em conformidade com as melhores práticas
S3 S4	- Aderência de formação (com impacto nos recursos financeiros afetos) - Responsividade aos questionários (baixa responsividade apenas permitirá avaliar condicionalmente o serviço prestado) - Gestão de expetativas (relativa à perceção de valorização, sendo mais propício quando os serviços não ocorrem)	- Melhoria da qualidade e gestão do serviço (via feedback) - Educação pública (através dos programas de sensibilização para melhor conhecimento) - Fortalecimento dos laços com a comunidade

Recursos Humanos

| **S1-1** | Os colaboradores demonstram um empenho e sentido de serviço público inigualáveis onde, a Porto Ambiente através do modelo de gestão implementado, que contempla uma comunicação aberta, visa agradecer e valorizar os contributos bem como mitigar os possíveis impactos e riscos.

| **S1-1 | S1-2 | S1-3 | S1-4** | Para o efeito, realiza-se anualmente um inquérito do clima organizacional e existe um canal próprio, designadamente o Quiosque, para sugestões, denúncias e outros pedidos. Em termos de impactos e tópicos materiais, doravante, de forma bienal, realizar-se-á um questionário sobre a perceção dos funcionários, seguindo os processos descritos no capítulo 03 Materialidade do presente Relatório.

| **S1-1 | S1-4 | S1-5** | O modelo de gestão engloba um conjunto de políticas, iniciativas e metas quer para atenuar os riscos quer para explorar oportunidades de melhoria empresarial, em que se apresenta detalhadamente a política e iniciativas adotadas e respetivas metas.

Políticas/Iniciativas	Metas
Retenção de talento	Número de saídas anual
Desenvolvimento de carreira	Sistema de avaliação de desempenho
Diversidade e inclusão	≥ 2 %
Segurança e Saúde no trabalho	De acordo com os índices de classificação da OMS
Rácio de estrutura de pessoal	≤ 20 %
Plano de formação	≥ 70 %
Absentismo	≤ 7 %
Satisfação global do funcionário	≥ 75 %

| **S1-6 | S1-7 | S1-9** | No que respeita às características dos trabalhadores e métricas de diversidade, apresenta-se os seguintes indicadores:

• **Número de colaboradores por categoria profissional**

Número de Colaboradores

CATEGORIA PROFISSIONAL	2024	2023
Administrador executivo	2	2
Diretor	5	5
Coordenador	7	7
Assessor Jurídico da Administração	1	1
Outros técnicos superiores	22	22
Secretária do Conselho de Administração	1	1
Administrativo	15	15
Carreira Técnico	20	18
Estagiário(s)		1
Operação de Gestão de Resíduos Urbanos		
Encarregado Operacional Geral	2	2
Encarregado Operacional	13	13
Chefe de equipa	1	
Assistente Operacional - Motorista	91	92
Assistente Operacional - Cantoneiro	232	221
Operação de Limpeza do Espaço Público		
Encarregado Operacional	14	14
Chefe de equipa	11	10
Assistente Operacional - Motorista	22	22
Assistente Operacional - Cantoneiro	257	265
Total	716	711

• Número de colaboradores por tipo de contrato

Número de Colaboradores

TIPO DE CONTRATO	2024	2023
Contrato de gestão	2	2
Contrato individual de trabalho	640	629
Cedência de interesse público	74	80

• Número de colaboradores por vínculo contratual

Número de Colaboradores

VÍNCULO LABORAL	2024	2023
Indeterminado	501	321
Certo/Incerto	215	390

• Número de colaboradores, por género e idade

IDADE DOS QUADROS SUPERIORES (2024)	NÚMERO		PERCENTAGEM	
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
< 30	86	13	12,01%	1,82%
30 > 50	301	34	42,04%	4,75%
> 50	272	10	37,99%	1,40%

• Número de colaboradores, por idade e regime assalariado ou não assalariado

Número de Colaboradores

TIPO DE TRABALHADOR	2024	2023
Trabalhadores assalariados	716	711
Trabalhadores não assalariados		
Género		
Masculino	659	652
Feminino	57	59

• Absentismo registado

ABSENTISMO	2024	2023
	6,54%	5,70%

• Flutuação de colaboradores no período e indicador de Volume de negócios por colaborador

Número de Colaboradores

	2024	2023
Número de entradas	149	423
Número de saídas	143	97
Volume de Negócios/Trabalhador	27 680,29	25 344,86

|S1-8| Relativamente à negociação coletiva e diálogo social, nenhum colaborador da Porto Ambiente é abrangido por convenções coletivas de trabalho, porém, o Conselho de Administração reúne, quando necessário, com os sindicatos e trabalhadores.

|S1-10|S1-11| No âmbito da proteção social e dos salários adequados, todos os colaboradores são abrangidos pela Segurança Social ou, no caso dos funcionários em cedência de interesse público, pela Caixa Geral de Aposentações, e são remunerados com, no mínimo, o salário mínimo nacional estabelecido. Além do exigido legalmente, os tra-

balhadores com vínculo por tempo indeterminado têm um seguro de saúde oferecido pela Empresa.

|S1-12| Em conformidade o número dois do artigo 5.º da Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro, as grandes empresas devem admitir trabalhadores com deficiência, em número não inferior a 2%, encontrando-se a Porto Ambiente em cumprimento com o disposto com representação de trabalhadores com deficiência em 2%.

|S1-13| Métricas de formação e desenvolvimento de competências

FORMAÇÃO	UNIDADE	TOTAIS
Formações	Nº de Formações	612
Formações Internas		482
Formações Externas		130
Formandos	Nº de Formandos	628
Volume Horas Total	Horas	14 377
Volume Horas Formação Interna		7 456
Volume Horas Formação Externa		6 921



|S1-14| Em 2024, a Porto Ambiente fortaleceu o compromisso com a segurança e saúde no trabalho ao internalizar o serviço de medicina do trabalho, com a contratação de um médico e uma enfermeira. Neste âmbito, foram realizados 1 040 exames médicos, abrangendo admissões, exames periódicos e ocasiões específicas, além de 3 445 exames complementares de diagnóstico. A prevenção de doenças surge como um pilar essencial da promoção da saúde, tendo sido realizadas 24 ações de sensibilização focadas em temas como a prevenção do cancro da mama, a prevenção cardiovascular e a prevenção da gripe.

A Empresa garante a segurança dos colaboradores através da entrega de fardamento e Equipamento de Proteção Individual (EPI), com a distribuição de 5 151 unidades de fardamento de alta-visibilidade, 4 173 unidades de fardamento interior, 1 183 pares de botas de proteção, 103 214 pares de luvas e 4 861 máscaras.

A área de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) promoveu quase 700 horas de formação interna sobre diversos temas, incluindo saúde e segurança no trabalho, primeiros socorros, manuseamento de produtos químicos e gestão de emergências, além das 179 visitas aos postos de trabalho para monitorização das práticas de segurança.

Durante o ano, são elaborados relatórios de análise de causas relacionadas com acidentes de

trabalho, que resultam na implementação de medidas preventivas.

A colaboração da área de SST com outras áreas da Porto Ambiente é crucial para otimização de métodos, organização do trabalho e bem-estar de todos os colaboradores.

|S1-15| A Porto Ambiente promove múltiplas iniciativas que visem o equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada, muito para além do legalmente estabelecido.

Em 2024, 100% dos trabalhadores tiveram direito a gozar licença para assistência a família.

A Porto Ambiente disponibiliza, no seu portal interno, informações úteis no âmbito da legislação referente ao direito de parentalidade.

|S1-16| No âmbito da transparência promovida, a Empresa aplica aos seus colaboradores a tabela salarial equiparada à função pública, e no aplicável, ao Município do Porto, estando assim mitigados os riscos de disparidade salarial.

|S1-17| Além disso, no decorrer de 2024, não se registaram quaisquer incidentes, queixas e impactos graves relativos ao desrespeito dos direitos humanos.





08

GOVERNANÇA

Políticas, Cultura e Ética Empresarial

|G1-1| A Porto Ambiente materializa na sua cultura elevados padrões de ética e de conduta nos comportamentos internos e externos, fundamentados no Código de Ética e Conduta, cuja gestão é feita pelo Departamento Jurídico, um órgão independente que conta com o total apoio do Conselho de Administração.

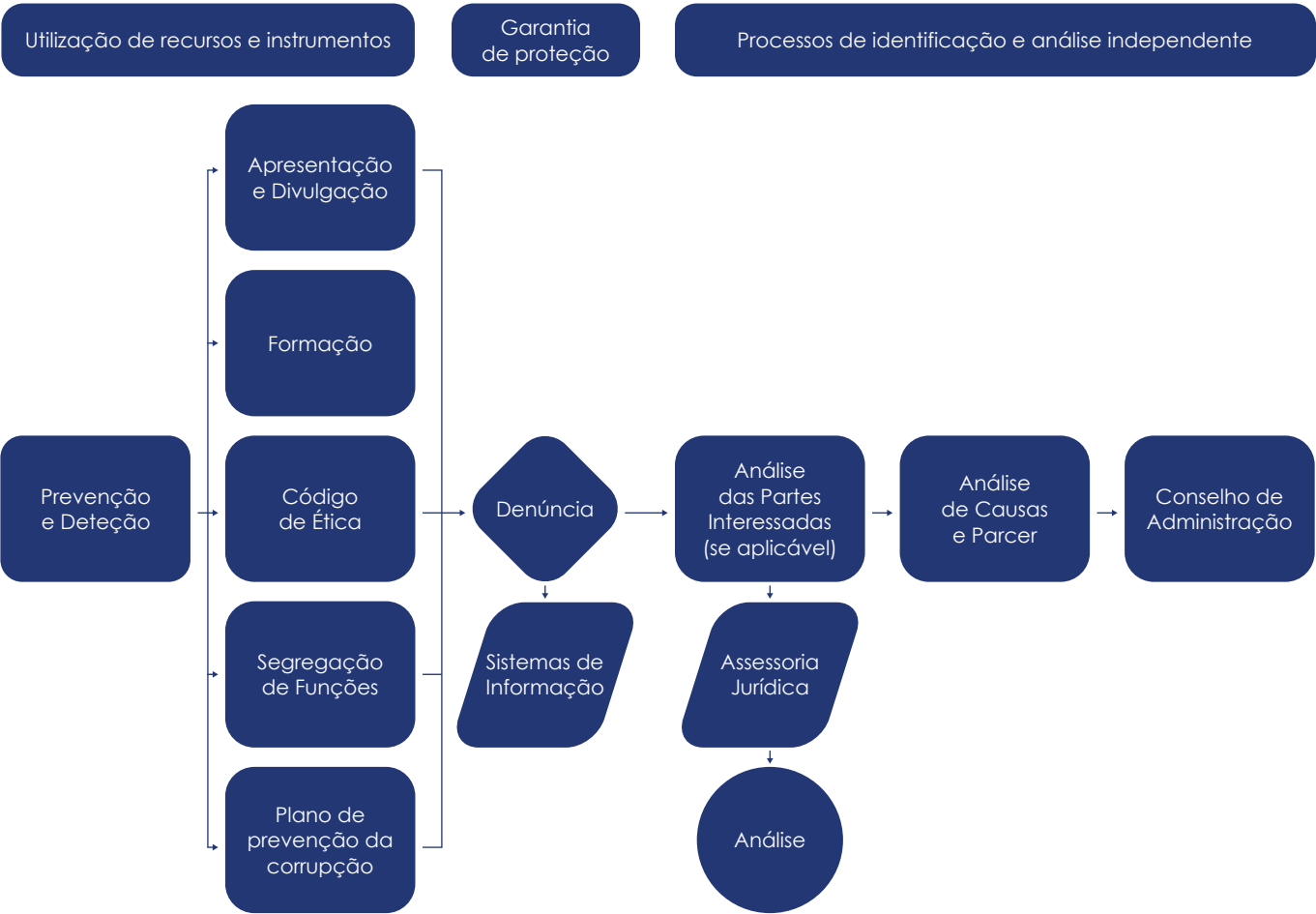
Reconhecendo a importância da transparência e da integridade na cultura empresarial, a Porto Ambiente estabelece mecanismos robustos para a identificação, comunicação e investigação de comportamentos ilícitos ou contrários ao seu código de conduta, em que se promove um ambiente seguro para a comunicação de preocupações, considerando as contribuições de partes interessadas internas e externas.

De forma a proteger os denunciantes, foram criados canais internos de denúncia de irregularidades, incluindo a designação de pessoal qualificado

para receber e tratar as denúncias, garantindo a inexistência de retaliação, em conformidade com a legislação aplicável que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937.

Adicionalmente, a Porto Ambiente dispõe de procedimentos para a investigação de incidentes de conduta empresarial, incluindo corrupção e suborno, assegurando investigações rápidas, independentes e objetivas.

|G1-1|G1-3| Quanto à conduta empresarial, prevenção e deteção de corrupção e suborno, a Porto Ambiente detém instrumentos como um Plano de prevenção da corrupção e um Código de Ética para mitigação dos mesmos, sendo estas políticas divulgados a todos, quer em site público, quiosque interno bem como apresentação aquando entrada na Empresa, por forma a que todos compreendam as implicações. Para melhor, mas síntese análise, infra se apresenta o fluxograma dos procedimentos da Empresa.



|G1-4| Em 2024, não foram registados casos de corrupção ou suborno.

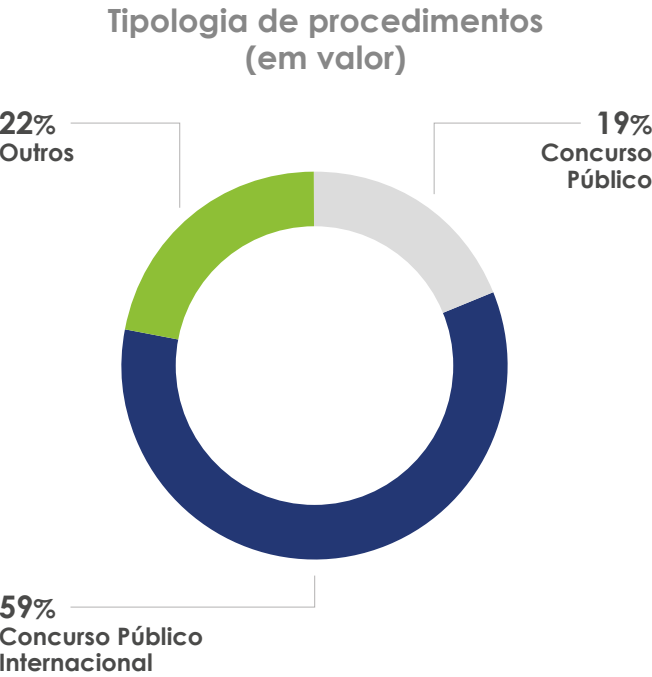
|G1-5| A Porto Ambiente não exerce qualquer influência política através de donativos ou outros meios de contribuição, assegurando a independência e integridade desta empresa municipal.

Contratação Pública

A Porto Ambiente está, por regra, sujeita, tanto nas relações com a Câmara Municipal como com terceiros, às regras gerais da concorrência nacionais e europeias, encontrando-se vinculado ao cumprimento das disposições aplicáveis em matéria de contratação pública, em conformidade com a os artigos 33.º e 34.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A sujeição da Empresa às regras da contratação pública decorre especificamente da sua natureza de empresa local, caracterizada como entidade adjudicante e como contraente público para efeitos da aplicação do regime no Código dos Contratos Públicos, bem como à fiscalização prévia do Tribunal de Contas e ao controlo financeiro.

Em 2024 foram despoletados um total de 1 086 procedimentos pré-contratuais, instruídos nos termos e em conformidade com o disposto no Código dos Contratos Públicos, totalizando um montante de 14 180 595 Euros, cujas adjudicações se caracterizam da seguinte forma:



AÇÕES, METAS E RESULTADOS DAS COMPRAS E APROVISIONAMENTO

Numa ótica de melhoria contínua, a unidade de Compras e Aprovisionamento reúne um conjunto de ações e metas com recurso à definição de métricas mensuráveis, cujos resultados se apresentam de seguida.

OBJETIVO	INICIATIVA	INDICADOR	RESULTADOS
Índice de Qualidade dos Fornecedores	Avaliação da qualidade do produto/serviço	Avaliação contínua	92,93%
Critérios de adjudicação sustentáveis	Implementação de critérios adjudicação sustentáveis	% de procedimentos com critérios de adjudicação de proposta economicamente mais vantajosa	27,72%
Capitação de fontes de financiamento	Número de candidaturas submetidas	Número de candidaturas submetidas	4,00
	Número de candidaturas aprovadas	Número de candidaturas aprovadas	2,00
Otimização do sistema de inventários	Controlo eficaz da gestão de entradas e saídas do armazém	Criação de aplicação de gestão de inventários	100,00%
	Rastreabilidade e legitimidade das requisições efetuadas ao armazém	Implementação de um workflow de requisições	
Promoção de procedimentos alargados	Análise e levantamento de necessidades para identificação de potenciais procedimentos	Número de potenciais procedimentos convertidos em fornecimento/serviço contínuo	15,00
Atualização das competências técnicas	Avaliação contínua da eficácia das formações	Avaliação contínua	83,33%
Implementação do método Kaizen	Realização de um diagnóstico com vista à definição das medidas a implementar	Elaboração de um plano estratégico para implementação do método Kaizen	
Grau de satisfação do cliente interno	Inquérito de satisfação interna	Resultados globais do inquérito	92,93%

Gestão das Relações com os Fornecedores | G1-2|

No âmbito do processo de melhoria contínua com os fornecedores, privilegia-se um acompanhamento sistemático no qual surge uma avaliação cujos critérios são, designadamente:

- Qualidade, isto é, a avaliação da conformidade do bem/serviço com os requisitos aplicáveis no

momento de receção do bem ou da conclusão da realização do serviço;

- Prazo, onde se verifica a adequabilidade dos prazos praticados e/ou o grau de cumprimento dos prazos estabelecidos;
- Cumprimento dos requisitos administrativos em que confere o cumprimento da indicação do número de requisição na fatura.

Em 2024, foram avaliados 411 fornecedores que obtiveram avaliação superior a 90% em que, deste universo, 200 fornecedores foram também avaliados no âmbito do Índice de Qualidade de Fornecedores (46,66 %) onde, 92,45 % foram aprovados.

De acordo com as disposições de ordem ambiente no Código dos Contratos Públicos, a sustentabilidade constitui um dos princípios gerais a observar na formação e execução dos contratos públicos. Desta feita, a Porto Ambiente tem implementado critérios sociais e ambientais para a seleção de fornecedores em alinhamento com a sustentabilidade, designadamente: económicas – como preço, qualidade, disponibilidade e funcionalidade –, ambientais – com consideração no ciclo de vida, transporte e embalagens utilizadas –, sociais – com condições de trabalho, formação dos colaboradores, assinatura e implementação do Código de Conduta para Fornecedores da Porto Ambiente – e, circularidade – reparação e reciclagem.

Compras Públicas Ecológicas – ECO360

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023, que aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030, designada por ECO360, visa alavancar a reforma ecológica por forma a conferir à administração pública um papel preponderante na transição para uma economia ambientalmente mais sustentável, competitiva e resiliente.

No alinhamento com a otimização e sustentabilidade das compras e aprovisionamento da Porto Ambiente, são apresentados os objetivos, indicadores e cumprimento de metas de 2024. (ver quadro abaixo)

Práticas de Pagamento

| G1-6 | As práticas de pagamento são acordadas bilateralmente entre o fornecedor e a Porto Ambiente através do preenchimento da ficha de fornecedor, disponibilizada pelo departamento de Compras e Aprovisionamento aquando adjudicação, tendo em consideração o cumprimento do disposto no artigo 299.º do Código dos Contratos Públicos, especialmente o número três e quatro do referido, sendo que são excecionais os casos em que é definido um prazo de pagamento a 60 dias.

A Porto Ambiente efetua o cálculo do prazo médio de pagamentos a partir da data da fatura, tendo um resultado de 87 % para 2024 onde, de 8 183 pagamentos efetuados, 938 foram efetuados após vencimento das faturas, com uma média de atraso de 61 dias.

Não obstante da perceção que existe um longo caminho a percorrer nesta matéria, os dados apresentados não têm em consideração motivos técnicos que levem à retenção dos pagamentos.

OBJETIVO	INDICADORES	INICIATIVAS	RESULTADOS
Compras sustentáveis	ECO360 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023)	Implementação do Plano de Ação definido para os Objetivos Estratégicos 1, 2, 3 e 4	50,60%
	Indicadores de Cumprimento Estratégico	1.º ICE: Preço dos contratos celebrados no âmbito do Procurement Sustentável	45,30%
		2.º ICE: Número de contratos celebrados no âmbito do Procurement Sustentável	6,43%
	Key Performance Indicators (KPI' S)	1.º Indicador: Procedimentos pré-contratuais lista Porto Ambiente e ENCPE2020	56,27%
		2.º Indicador: Montante financeiro lista Porto Ambiente e ENCPE2020	45,30%

| G1-2 | Sendo os prazos definidos bilateralmente, no que concerne às pequenas e médias empresas, geralmente, optam por prazo de vencimento mais curto por questões de gestão de tesouraria e, como tal, tal como em todos os procedimentos, todo o processo de entrada, validação e conferência de documentos é efetuado da forma mais célere possível.

Fontes de Financiamento | Projetos

PROJETO “WAKE UP! – WIDER APPROACH TO KEEP ENGAGED CITIZENS ON SUSTAINABLE URBAN POLICIES”

A Porto Ambiente é um dos parceiros do consórcio responsável pelo desenvolvimento e implementação do projeto, inserido na iniciativa NetZeroCities, com o objetivo de acelerar a transição das cidades para a neutralidade carbónica até 2030. O projeto é liderado pelo Município do Porto e abrange cinco áreas de intervenção: Água, Energia, Mobilidade/Transporte, Alimentação e Resíduos.

Com o objetivo de disponibilizar um aplicativo móvel e uma plataforma web, onde os cidadãos que se inscreverem no “Cartão Porto.” poderão aderir a diversos domínios de sustentabilidade. Os participantes terão acesso a informações sobre o impacto de seus comportamentos nas áreas mencionadas, bem como a conteúdos pedagógicos relacionados ao aconselhamento climático, permitindo a adoção de práticas que contribuam para a redução da sua pegada ambiental.

O prazo de execução teve início em 1 de maio de 2024 e termina a 30 de junho de 2026.

A+ CLASS – ALLIANCE FOR CLIMATE LEADERSHIP FOR ACTIONABLE SUSTAINABILITY SOLUTIONS

O programa *Enabling City Transformation*, dotado de um financiamento de 22,8 milhões de euros pelo Horizonte Europa, visa apoiar as Cidades Missão na superação de desafios sistémicos para a ação climática. Este foi inspirado no programa *Pilot Cities* (cujo envolvimento do Porto é através do projeto “WAKE UP!”) onde, durante os 18 meses de duração, o programa é acessível apenas às Cidades Missão e

procura soluções inovadoras e replicáveis para acelerar o desenvolvimento urbano sustentável.

Neste contexto, o Projeto A+ Class articula com as três Cidades Missão portuguesas, designadamente: Guimarães, Porto e Lisboa, para abordar dois grandes desafios na implementação das suas estratégias de neutralidade climática como garantir a capacidade de medição e monitorização eficaz através de um sistema de monitorização dos Contratos Climáticos de Cidade (CCC) e promover a ação coletiva coordenada, evitando fragmentação e duplicação de esforços.

EUI – PORTO POSITIVE ENERGY

O projeto Porto Positive Energy simplifica e democratiza o acesso a fontes locais de energia limpa em Campanhã, de 2025 a 2029, onde os principais desafios passam pelo fornecimento de energia limpa e acessível aos cidadãos e pequenas e médias empresas, capacitação e envolvimento das comunidades locais, impactar eventos de grandes escalas, como o Mundial de Futebol – FIFA 2030 e, melhorar a resiliência da rede energética.

A proposta inovadora do projeto centra-se na criação de um Bairro de Energia Positiva, que integrará uma Central Elétrica Virtual, aproveitando as instalações fotovoltaicas existentes e futuras, sistemas de armazenamento com baterias de segunda vida, e carregadores elétricos V2G, além de plataformas inteligentes para gestão da eficiência energética.

O projeto também enfatiza a formação comunitária em sustentabilidade, com foco na transição energética para gestores de entradas de edifícios sociais, e na realização de serviços de apoio à comunicação. Esta abordagem alinha-se perfeitamente com os esforços já desenvolvidos no âmbito do Pacto do Porto para o Clima, que procura envolver cidadãos e organizações para uma articulação efetiva com o EcoPorto. Uma das iniciativas destacadas é a realização de workshops de reparabilidade, destinados à comunidade local, oferecendo formação prática sobre a reparação e manutenção de sistemas fotovoltaicos e baterias. Esses workshops estimularão um sentido de responsabilidade e propriedade entre os participantes, promovendo a colaboração e a partilha de conhecimento.



Comunicação e Imagem

No terceiro ano de atividade, a Unidade de Comunicação e Imagem da Porto Ambiente afirmou-se como um pilar estratégico na promoção da sustentabilidade, destacando-se pela forte aposta em campanhas, eventos e presença mediática.



Através de um planeamento assente em ações vocacionadas para diferentes públicos, foram alcançados resultados históricos, que atestam a importância da comunicação para uma organização em permanente crescimento e que se (re) inventa diariamente.

Com um total de 275 notícias publicadas ao longo de 2024, a unidade alcançou uma cobertura mediática sem precedentes, refletindo um aumento significativo da visibilidade e na consolidação da empresa e das suas iniciativas no setor. Estes resultados decorrem de uma abordagem proativa e permanente junto da imprensa, em particular dos órgãos de maior relevo a nível nacional.

Este esforço traduziu-se num retorno mediático estimado em mais de 3 milhões de euros, obtidos a custo zero através da atividade de assessoria, consolidando a Porto Ambiente como uma referência em inovação e gestão de resíduos.

Entre os marcos do ano, destaca-se o EcoPorto, o centro de circularidade localizado no Ecocentro da Prelada, dedicado à recuperação, reparação e doação de bens. O projeto posiciona a cidade do Porto na vanguarda da transição para uma economia circular, sendo acompanhada por um. A apresentação pública foi cuidadosamente preparada, com várias visitas ao local, produção de dossier de imprensa, promoção de reportagens junto dos meios de comunicação, bem como criação de suportes gráficos e digitais. A ampla cobertura mediática e o envolvimento da comunidade sublinharam o impacto desta iniciativa.



Ao longo do ano, foram organizados cerca de 30 eventos, envolvendo cerca de 12 mil participantes. Destaque para o 2º Fórum de Biorresíduos, realizado no Teatro Campo Alegre, que reuniu mais de 250 participantes, entre especialistas, stakeholders e representantes institucionais. O evento, integralmente organizado pela Porto Ambiente, abordou temas-chave como inovação na gestão de biorresíduos e contou com a participação do Administrador da empresa, Luís Assunção, como orador no painel "A operação de recolha seletiva". Este evento reafirmou a capacidade da Porto Ambiente para liderar discussões estratégicas no setor, atraindo os principais 'players' e promovendo a partilha de boas práticas.

Ao longo do ano outras iniciativas marcaram a agenda desta área, entre as assumem maior importância a visita técnica da Associação de Limpeza Urbana (ALU), realizada em abril e que demonstrou avanços na descarbonização da frota e digitalização das operações. A importância do sucesso destas iniciativas tem repercussão e culminou na escolha do Porto como anfitrião do Encontro Nacional de Limpeza Urbana (ENLU) em 2025, evento cuja organização será partilhada com a Porto Ambiente e que constitui um dos maiores desafios do próximo ano.

No campo da sensibilização e ligação à comunidade, destaque para a criação da iniciativa "Reciclar é Fish!", que envolveu mais de 400 jovens nas praias do Porto para a proteção dos oceanos e que mereceu também destaque noticioso.

Destaque também para a campanha para a recolha de resíduos verdes utilizou uma estratégia multicanal, abrangendo mupis digitais, spots de rádio e redes sociais, alcançando amplamente a comunidade.

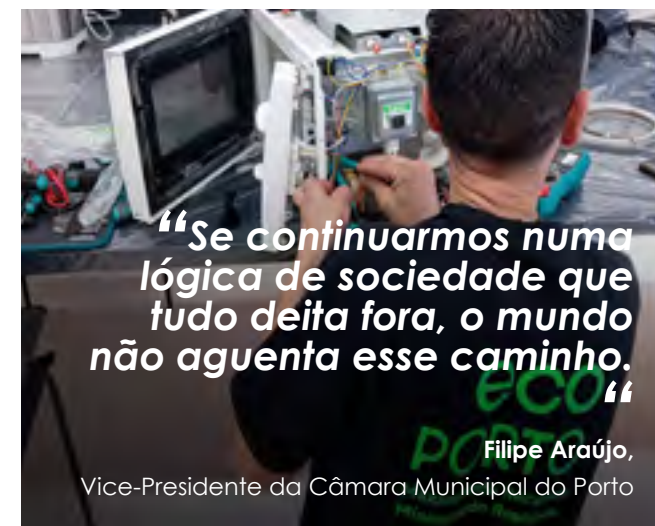


Nas plataformas digitais, a página de LinkedIn da Porto Ambiente cresceu 24% em 2024, atingindo 7300 seguidores, com uma taxa de engajamento de 18%, acima da média do setor, refletindo o sucesso na produção de conteúdos relevantes e o crescente reconhecimento da Porto Ambiente no mundo digital.

Um outro exemplo disso é a performance obtida a nível de desempenho e tráfego do website da Porto Ambiente cuja gestão de conteúdos está a cargo da área de comunicação e imagem. Registou-se um crescimento de 20% no que diz respeito a novos utilizadores no website, aumentando também a percentagem de visualizações em 11%.

Comparativamente ao ano anterior, conclui-se que o número de visitantes e de interações tem aumentado, verificando-se uma tendência gradual de crescimento. Estes resultados, francamente positivos, podem ser explicados pela estratégia integrada "LinkedIn-website" adotada, através da qual se faz a divulgação do website e dos seus conteúdos, remetendo os utilizadores, em cada publicação, para uma página alojada no sítio da Porto Ambiente.

Em suma, no seu terceiro ano de atividade, a área de Comunicação e Imagem voltou a ter um papel essencial na construção da reputação da empresa, através do reforço da notoriedade.



EcoPorto

2024 ficou marcado com o arranque do projeto EcoPorto – Centro para a Circularidade da Cidade do Porto, no ecocentro da Prelada. Este projeto, aberto a toda a cidade, assume como principais funções a promoção da reutilização e a reparação de eletrodomésticos, de mobiliário e de computadores, dispondo para o efeito de um espaço multidisciplinar de Oficina, Armazém e Formação onde, o objetivo final é que estes objetos, após a sua reparação, sejam entregues, gratuitamente, a entidades de cariz social e/ou a quem demonstrar interesse nos mesmos (municípios ou empresas).

Pretende-se, assim, que o projeto EcoPorto contribua ativamente para a economia circular, oferecendo benefícios ambientais, económicos e educacionais/sociais, onde, desde o arranque até ao final do ano de 2024, foram doados 294 equipamentos.



RESÍDUO COMO
RECURSO



LITERACIA
AMBIENTAL



COMUNIDADE
SUSTENTÁVEL



Ecolinha

A Ecolinha é um serviço de atendimento (telefónico ou via e-mail) integrado no número único da Câmara Municipal do Porto que permite, aos cidadãos, apresentarem pedidos, sugestões ou reclamações. De acordo com o estabelecido com a Autarquia, e no âmbito do projeto do Número Único, o front-office (atendimento telefónico) da Ecolinha foi transferido para a CMP tendo o back-office deste serviço continuado sob tutela desta empresa.

Em 2024, verificou-se um aumento de 16%, no número total de pedidos recebidos, comparativamente ao ano anterior.

Em média, a Porto Ambiente respondeu (execução) a estes pedidos num prazo de 15 dias de calendário.



**EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL**

09

Execução Orçamental

Com referência ao período findo em 31 de dezembro 2024, o Resultado líquido ascende a 514 468 euros, verificando-se uma taxa de execução orçamental de 97,1% dos Gastos e de 97,9% dos Rendimentos, conforme ilustrado:

valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS		PERÍODO 2024				
		ORÇAMENTO	EXECUÇÃO		DESVIO	
			Euro	%	Euro	%
Vendas e serviços prestados	+	19 759 103,87	19 819 085,00	100,30%	59 981,13	0,30%
Contratos programa	+	11 073 738,67	10 103 830,00	91,24%	(969 908,67)	-8,76%
Outros subsídios à exploração	+	-	36 327,00		36 327,00	
Outros rendimentos (incluindo TGR recebida)	+	1 050 527,66	1 264 806,00	120,40%	214 278,34	20,40%
Total Rendimentos / Receita	=	31 883 370,20	31 224 048,00	97,93%	(659 322,20)	-2,07%
Principais Fornecimentos e serviços externos e outros	-	(12 750 705,37)	(11 374 036,26)	89,20%	1 376 669,11	-10,80%
Subcontratos	-	(641 543,15)	(39 220,00)	6,11%	602 323,15	-93,89%
Tratamento de resíduos (excluindo TGR)	-	(5 486 509,49)	(5 492 679,86)	100,11%	(6 170,37)	0,11%
Combustíveis	-	(1 509 542,68)	(1 582 584,97)	104,84%	(73 042,29)	4,84%
Renting e Seguros Viaturas	-	(1 153 926,56)	(1 083 954,82)	93,94%	69 971,74	-6,06%
Manutenção de equipamentos e viaturas	-	(1 030 984,04)	(877 074,59)	85,07%	153 909,45	-14,93%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(405 285,25)	(335 174,83)	82,70%	70 110,42	-17,30%
Outros Gastos	-	(2 460 130,41)	(1 914 054,19)	77,80%	546 076,22	-22,20%
Imposto sobre o rendimento do período	-	(62 783,79)	(49 293,00)	78,51%	13 490,79	-21,49%
Gastos com pessoal	-	(16 850 899,26)	(15 781 157,00)	93,65%	1 069 742,26	-6,35%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	(104 310,36)	(81 288,00)	77,93%	23 022,36	-22,07%
Juros e gastos similares suportados	-	(305 638,24)	(304 342,00)	99,58%	1 296,24	-0,42%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(1 584 991,46)	(1 508 024,00)	95,14%	76 967,46	-4,86%
Total Gastos/Despesa	=	(31 596 544,69)	(29 048 847,26)	91,94%	2 547 697,43	-8,06%
Resultado do período	=	286 825,50	541 468,74	188,78%	254 643,24	88,78%

10

Cumprimento dos Indicadores de Eficácia e Eficiência

RELATIVO AO ANO DE 2024

Dando cumprimento ao disposto no nº. 2 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, foram estabelecidos nos contratos programa celebrados para o período de 2019 a 2021, por remissão ao contrato de gestão delegada, objetivos a alcançar pela Porto Ambiente. Para cada objetivo são

definidos indicadores chave de eficiência e eficácia, os quais são monitorizados pelo Município com periodicidade trimestral, seguindo-se uma análise ao seu cumprimento a 31 de dezembro de 2024, dos quais a sua generalidade atingiu uma avaliação eficaz ou muito eficaz:

#	DESCRIÇÃO	FONTE	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO PARA O ANO DE 2024		
			Ineficaz	Eficaz	Muito Eficaz
Q1	Acessibilidade do serviço de recolha seletiva multimaterial (%) Acessibilidade dos utilizadores aos serviços de recolha nos locais de deposição seletiva multimaterial de resíduos, a uma distância máxima de 100 (cem) metros, do limite do prédio	ERSAR			✓
Q2.1	Lavagem de contentores de recolha indiferenciada e recolha seletiva de biorresíduos Frequência de lavagem de contentores do serviço de deposição indiferenciada de resíduos urbanos e deposição seletiva de biorresíduos	ERSAR			✓
Q2.2	Lavagem e de contentores de recolha seletiva multimaterial Frequência de lavagem de contentores de deposição seletiva multimaterial de resíduos	ERSAR	✓		
Q3	Abrangência do serviço de limpeza do espaço público Garantia da acessibilidade dos municípios ao serviço de limpeza do espaço público	Interno		✓	
Q4	Satisfação dos utilizadores Rácio entre os utilizadores satisfeitos com o serviço prestado, relativamente ao total de utilizadores	Interno		✓	
Q5	Resposta a reclamações, sugestões e pedidos de informação (%) Percentagem de reclamações, sugestões e pedidos de informação escritos ou via contacto telefónico que foram objeto de resposta escrita e/ou audível num prazo não superior a 22 dias úteis	ERSAR			✓
D1.1	Meta de preparação para reutilização e reciclagem Cumprimento da meta de preparação para a reutilização e reciclagem definida no plano estratégico em vigor	ERSAR			✓ (1)
D1.2	Meta de retomas de recolha seletiva Cumprimento da meta de retomas de recolha seletiva definida no plano estratégico em vigor	ERSAR			✓ (1)
D2.1	Emissões de gases de efeito de estufa da recolha seletiva de biorresíduos e indiferenciada (kg CO² /t) Quantidade total de emissões de CO² com origem nas viaturas de recolha indiferenciada e recolha seletiva de biorresíduos por tonelada de resíduos urbanos indiferenciados e biorresíduos recolhidos	ERSAR		✓	
D2.2	Emissões de gases de efeito de estufa da recolha seletiva multimaterial (kg CO² /t) Quantidade total de emissões de CO² com origem nas viaturas de recolha seletiva de embalagens por tonelada de resíduos urbanos recolhidos para reciclagem	ERSAR			✓
P1	Adequação dos recursos humanos afetos à recolha (nº/1000 t) Número total equivalente de trabalhadores a tempo inteiro afetos ao serviço de recolha de resíduos urbanos por 1000 t de resíduos urbanos recolhidos	ERSAR			✓
P2	Estrutura de pessoal administrativo Rácio entre a estrutura de pessoal administrativo face à estrutura de pessoal operacional	Interno			✓

#	DESCRIÇÃO	FONTE	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO PARA O ANO DE 2024		
			Ineficaz	Eficaz	Muito Eficaz
P3	Absentismo Taxa de absentismo dos colaboradores dos serviços de recolha seletiva de resíduos	Interno			✓
E1	Orçamento de exploração Grau de execução do orçamento de exploração anual	Interno			✓
E2	Plano de atividades Taxa de cumprimento do plano de atividades anual	Interno		✓	
E3	Gastos com pessoal Nível de gasto anual médio por trabalhador	Interno			✓
E4	Gastos indiretos Rácio de gastos indiretos anuais relativamente aos gastos totais	Interno		✓	
E5	Gestão de tesouraria Cumprimento dos prazos de pagamento a fornecedores e restantes credores	Interno	✓		
E6	Renovação do parque de viaturas (km/viatura) Distância média acumulada percorrida por viatura afeta ao serviço de recolha de resíduos urbanos	ERSAR			✓
E7	Disponibilidade das viaturas de recolha (%) Tempo de disponibilidade médio das viaturas de recolha face às horas de operação planeadas	ERSAR		✓	
E8.1	Rentabilização do parque de viaturas de recolha indiferenciada e recolha seletiva de biorresíduos (kg/m³.ano) Quantidade (kg) de resíduos recolhidos de forma indiferenciada e seletiva de biorresíduos alimentares por capacidade anual instalada de viaturas de recolha	ERSAR	✓		
E8.2	Rentabilização do parque de viaturas de recolha seletiva de embalagens (kg/m³.ano) Quantidade (kg) de resíduos de embalagens, de plástico, metal e ECAL, recolhidas seletivamente, por capacidade anual instalada de viaturas de recolha	ERSAR			✓
E8.3	Rentabilização do parque de viaturas de recolha seletiva de papel/cartão (kg/m³.ano) Quantidade (kg) de resíduos de papel/cartão de embalagens e não embalagens recolhidos seletivamente, por capacidade anual instalada de viaturas de recolha	ERSAR			✓
Indicadores de cumprimento do Contrato Programa para a Direção do Pacto do Porto para o Clima					
PPC1	Execução orçamental Grau de execução do orçamento de exploração anual	Interno			✓
PPC2	Plano de atividades Taxa de cumprimento do plano de atividades anual	Interno			✓

(1) O cálculo das metas segue a fórmula de cálculo constante do respetivo Plano Estratégico

11

Análise dos Critérios 2024

CONSTANTES DO ARTIGO 62.º DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO

Aplicando os indicadores constantes da Lei 50/2012, de 31 de agosto, é possível concluir que a Porto Ambiente não cumpre com os critérios de dissolução:

valores expressos em euros ou percentagem

INDICADOR	2024	2023	2022	2021	STATUS
Artigo 35º CSC (Total de Capital próprio / Capital social) > 50%	189%	176%	169%	166%	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o Volume de negócios cobre pelo menos 50% dos Gastos totais, em cada período ((Vendas + Prest. Serv.) / (Gastos Totais - Provisões - Imparidades - Depreciações)) > 50%	65%	63%	64%	67%	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o peso contributivo do subsídio é < 50% das receitas (Subsídios à Exploração / Receitas totais) < 50%	32%	34%	33%	31%	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o EBITDA é ≥ 0 (EBITDA ≥ 0)	2 403 127,55	1 294 426,85	1 100 711,13	1 334 892,48	✓
Garantir que nos últimos 3 anos o RLP é ≥ 0 (Resultado do período ≥ 0)	541 468,74	216 276,01	209 086,79	533 201,43	✓

12

Endividamento

Nos termos do artigo 41º, n.º 1 da Lei 50/2012, de 31 de agosto, “os empréstimos contraídos pelas empresas locais, bem como o endividamento líquido das mesmas relevam para os limites das entidades públicas participantes, em caso de incumprimento das regras previstas no artigo anterior” (artigo 40º equilíbrio das contas).

No decurso do período de 2024, não foi verificado o incumprimento de qualquer das regras constantes no âmbito do referido equilíbrio de contas. De referir, contudo, que a política de financiamento seguida pela empresa, relativamente a investi-

mentos significativos como foram os processos de renovação de frota recolha e de varredoras tem privilegiando o recurso a capitais alheios, concretamente o recurso a endividamentos externo sobre a forma de locação financeira, ascendo o montante em dívida a 31 de dezembro de 2024, a 9 729 483 euros.

13

Divulgações Obrigatórias

Participações Detidas por Acionistas

Referem-se seguidamente os acionistas titulares de ações, no final do exercício, representativas de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital:

valores expressos em euros

PARTICIPAÇÕES (E TRANSAÇÕES) QUALIFICADAS NO CAPITAL DA SOCIEDADE		CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO	TOTAL
Ações detidas no começo do período	Número de ações	3 265 566,00	3 265 566,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	3 265 566,00	3 265 566,00
	Percentagem do capital social	100,00%	100,00%
Ações adquiridas no período	Número de ações	-	-
	Valor nominal unitário	-	-
	Valor nominal total	-	-
Ações alienadas no período	Número de ações	-	-
	Valor nominal unitário	-	-
	Valor nominal total	-	-
Ações detidas no fim do período	Número de ações	3 265 566,00	3 265 566,00
	Valor nominal unitário	1,00	1,00
	Valor nominal total	3 265 566,00	3 265 566,00
	Percentagem do capital social	100,00%	100,00%

Existência de Sucursais da Sociedade

A sociedade não tem sucursais.

Existência de Negócios entre a Sociedade e os seus Administradores

Não se verificou, em 2024, qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores.



Aquisição ou Alienação de Quotas Próprias

Durante o exercício de 2024, não se verificou qualquer aquisição ou alienação de ações próprias.

Situação Perante o Estado e a Segurança Social

Em observação da Lei n.º 36/2019, de 29 de maio, informamos que não existem dívidas em mora ao Estado e Outros entes públicos ou à Segurança Social.

Porto, 19 de março de 2025

O Conselho de Administração		
 Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo (Presidente)	 Luís Bragança de Assunção (Vice-presidente)	 Helena Vilasboas Tavares (Vogal)

14

Balanço em 31 de dezembro de 2024 e 2023

valores expressos em euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2024	31.12.2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7 ; 9	12 857 592,89	6 086 720,24
Ativos intangíveis	6 ; 9	49 099,07	39 160,45
Outros investimentos financeiros		52 033,52	55 036,63
Ativos por impostos diferidos	14	28 205,58	35 738,87
Total do Ativo não corrente		12 986 931,06	6 216 656,19
Ativo corrente			
Inventários	10	361 842,04	291 054,06
Clientes	5 ; 9 ; 16.2	4 039 548,24	3 796 543,79
Outros créditos a receber	9 ; 16.2	161 012,61	277 823,31
Diferimentos - Ativo	16.7	471 072,72	83 106,83
Caixa e depósitos bancários	4	4 448 730,83	3 973 661,14
Total do Ativo corrente		9 482 206,44	8 422 189,13
TOTAL DO ATIVO		22 469 137,50	14 638 845,32
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	15	3 265 566,00	3 265 566,00
Reservas legais		86 634,23	75 820,43
Outras reservas	7	164 583,33	163 183,33
Resultados transitados		1 646 050,46	1 440 588,25
Excedentes de revalorização	7	90,42	1 149,06
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		483 076,49	596 876,47
Resultado líquido do período		541 468,74	216 276,01
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		6 187 469,67	5 759 459,55
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	8 230 454,48	2 647 270,96
Passivos por impostos diferidos	14	140 274,26	173 654,34
Total do Passivo não corrente		8 370 728,74	2 820 925,30
Passivo corrente			
Fornecedores	16.2	2 726 393,32	2 095 654,50
Estado e outros entes públicos - Passivo	16.4	365 811,66	360 533,15
Financiamentos obtidos	8	1 499 028,47	607 663,60
Outras dívidas a pagar	16.2	1 982 817,30	1 840 970,10
Diferimentos - Passivo	16.7	1 336 888,34	1 153 639,12
Total do Passivo corrente		7 910 939,09	6 058 460,47
TOTAL DO PASSIVO		16 281 667,83	8 879 385,77
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		22 469 137,50	14 638 845,32

Contabilista Certificado



Paulo Sérgio Oliveira da Cruz
(Contabilista Certificado)

O Conselho de Administração



Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)



Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)



Helena Vilasboas Tavares
(Vogal)

15

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

valores expressos em euros

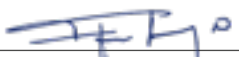
RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	PERÍODOS	
			2024	2023
Vendas e serviços prestados	+	5 ; 11 ; 16.1	19 819 084,94	18 020 195,30
Subsídios à exploração	+	5 ; 11 ; 16.1	10 140 157,11	9 908 509,18
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	10.3 ; 16.1	(335 174,83)	(371 659,72)
Fornecimentos e serviços externos	-	8 ; 16.1	(11 806 434,77)	(14 770 932,52)
Gastos com pessoal	-	16.1 ; 16.3	(15 781 157,23)	(11 629 656,61)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	9	(81 287,51)	(154 538,64)
Aumentos/Reduções de justo valor	+/-		-	-
Outros rendimentos e ganhos	+	16.1	1 264 806,21	853 953,17
Outros gastos e perdas	-	16.1	(816 866,37)	(561 443,31)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		2 403 127,55	1 294 426,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	6 ; 7 ; 16.1	(1 508 023,80)	(914 549,89)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		895 103,75	379 876,96
Juros e gastos similares suportados	-		(304 342,33)	(133 820,38)
Resultado antes de impostos	=		590 761,42	246 056,58
Imposto sobre rendimento do período	-/+	14 ; 16	(49 292,68)	(29 780,57)
Resultado líquido do período	=		541 468,74	216 276,01
Resultado por acção básico			0,17	0,07

Contabilista Certificado



Paulo Sérgio Oliveira da Cruz
(Contabilista Certificado)

O Conselho de Administração



Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)



Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)



Helena Vilasboas Tavares
(Vogal)



Demonstrações Financeiras

Para o período findo
em 31 de dezembro de 2024

16

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

valores expressos em euros

DESCRIÇÃO		NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE								INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ Outras varia- ções capitais próprios	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01.01.2024	6		3 265 566,00	75 820,43	163 183,33	1 440 588,25	1 149,06	596 876,47	216 276,01	5 759 459,55	-	5 759 459,55
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis				-	1 400,00	-	(1 058,64)	-	-	341,36	-	341,36
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				10 813,80	-	205 462,21	-	(113 799,98)	(216 276,01)	(113 799,98)	-	(113 799,98)
	7			10 813,80	1 400,00	205 462,21	(1 058,64)	(113 799,98)	(216 276,01)	(113 458,62)	-	(113 458,62)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								541 468,74	541 468,74	-	541 468,74
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								325 192,73	428 010,12	-	428 010,12
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Outras operações	10			-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2024	11=6+7+8+10	15	3 265 566,00	86 634,23	164 583,33	1 646 050,46	90,42	483 076,49	541 468,74	6 187 469,67	-	6 187 469,67

Contabilista Certificado


Paulo Sérgio Oliveira da Cruz
(Contabilista Certificado)

O Conselho de Administração


Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)


Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)


Helena Vilasboas Tavares
(Vogal)

17

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

valores expressos em euros

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			NOTAS	EXERCÍCIOS	
				2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de clientes		+		19 963 053,17	17 886 360,17
Pagamentos a fornecedores		-		(13 675 392,43)	(17 093 377,52)
Pagamentos ao pessoal		-		(14 367 708,91)	(10 566 102,87)
Fluxo gerado pelas operações				(8 080 048,17)	(9 773 120,22)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		+-		(24 818,72)	75 724,97
Outros recebimentos/pagamentos		+-		10 426 041,89	9 614 553,86
Fluxos das atividades operacionais	(1)			2 321 175,00	(82 841,39)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		+		1 564,60	1 779,80
Subsídios para investimentos		+		-	50 493,77
Juros e rendimentos similares		+		-	-
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis - Pagamentos		-		(427 176,97)	(869 861,56)
Ativos intangíveis		-		-	(42 420,24)
Fluxos das atividades de investimento	(2)			(425 612,37)	(860 008,23)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+		-	-
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		(1 116 150,61)	(588 605,51)
Juros e custos similares		-		(304 342,33)	(128 821,64)
Fluxos das atividades de financiamento	(3)			(1 420 492,94)	(717 427,15)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			475 069,69	(1 660 276,77)
Caixa e seus equivalentes no início do período			Nota 4	3 973 661,14	5 633 937,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período			Nota 4	4 448 730,83	3 973 661,14

Contabilista Certificado



Paulo Sérgio Oliveira da Cruz
(Contabilista Certificado)

O Conselho de Administração



Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)



Luís Bragança de Assunção
(Vice-presidente)



Helena Vilasboas Tavares
(Vogal)





**Anexo às
Demonstrações
Financeiras**
DO PERÍODO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

18

Anexo às Demonstrações Financeiras

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Nota 1

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** (doravante também designada por Porto Ambiente), foi constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, no momento da constituição, foi de 465 566 Euro (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000 Euro em capital e 265 566 Euro realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis, os quais foram substancialmente transferidos para a Empresa no momento da passagem da Operação.

No ano de 2020, e após obtenção do visto prévio favorável do Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto de 7 de agosto de 2020, a Empresa viu o seu capital social aumentado em 2 800 000 Euro (dois milhões e oitocentos mil euros), integralmente realizado em dinheiro, ascendendo o mesmo, nesta data, a 3 265 566 Euro (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros) representado por 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações com o valor nominal de 1 (um) euro cada.

A Porto Ambiente é 100% detida pela Câmara Municipal do Porto, e tem sede na Rua de S. Dinis, 249, | 4250-434 Porto, no Porto.

O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê o exercício, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto as seguintes competências:

- a) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- b) Cumprir com o Plano de ação (atualmente PAPERSU 2030), de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (atualmente PERSU 2030);
- c) Gerir de forma integrada e adequada a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;
- d) Assegurar e definir com o Município do Porto e com a LIPOR o modo de articulação entre si, de forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

A receita foi e será materialmente realizada mediante as seguintes fontes:

- a) Receitas próprias, pela tarifa de gestão de resíduos urbanos;
- b) Subsídio à exploração, para a cobertura da tarifa nos períodos justificadamente necessários;
- c) Subsídio à exploração, no âmbito da Limpeza do Espaço Público;
- d) Subsídio à exploração, no âmbito do Pacto para a neutralidade carbónica.

Nota 2

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- a) Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, quanto ao artigo 2.º, artigo 4.º, artigos 6.º, 7.º e 8.º, artigo 9.º, artigo 10.º, artigo 11.º e artigo 12.º;
- b) Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras) com alterações pela Portaria n.º 220/2015;
- c) Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual) alterações introduzidas pelo aviso 8254/2015;
- d) Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro) alterações introduzidas pelo aviso n.º 8256/2015;
- e) Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas) com alterações introduzidas pela Portaria n.º 218/2015.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e

às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstas na Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e Justificação das Disposições do SNC que, em Casos Excecionais, tenham sido Derrogadas e dos Respetivos Efeitos nas Demonstrações Financeiras

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

Nota 3
PRINCIPAIS POLÍTICAS
CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de Mensuração Usadas na Preparação das Demonstrações Financeiras

3.1.1. ATIVOS INTANGÍVEIS

A rubrica dos Ativos intangíveis compreende essencialmente a aquisição das plataformas eletrónicas (i) ERP “PRIMAVERA”, (ii) gestão documental “FILE-DOC”, (iii) avaliação de fornecedores UEBE.Q, e (iv) faturação eletrónica IET, assim como outros desenvolvimentos pontuais sobre as mesmas. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzidos das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

3.1.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

DESCRIÇÃO	ANOS
Edifícios e outras construções	-
Equipamento básico	2 - 12
Equipamento de transporte	2 - 9
Equipamento administrativo	3 - 7
Outros activos fixos tangíveis	3 - 7

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os Ativos fixos tangíveis em curso, a verificarem-se, representam ativos ainda em fase de construção e ou desenvolvimento adicional, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.1.3. IMPARIDADE DE ATIVOS

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se

obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

3.1.4. LOCAÇÕES

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais (aplicáveis à Porto Ambiente), os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

3.1.5. INVENTÁRIOS

Matérias subsidiárias e de consumo: encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior (utilizando-se o “Custo médio ponderado” como fórmula de custeio). Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, ou, ainda, do valor recuperável pelo uso na conversão em produtos acabados cuja cotação no mercado tenha sido reduzida, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos

períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A Empresa utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

3.1.7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Estas perdas por imparidade são ajusta-

das em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Por articulação e homogeneização com o Grupo de inserção (Município do Porto), os critérios considerados na política de perdas por imparidade de dívidas a receber são os seguintes:

a) Perda por imparidade a 100% para dívidas de terceiros cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, o que se verifica nos seguintes casos:

- O devedor tenha pendente processo especial de recuperação de empresa e proteção de credores ou processo de execução, falência ou insolvência;
- As dívidas tenham sido reclamadas judicialmente;
- As dívidas estejam em mora há mais de seis meses desde a data do respetivo vencimento e existam provas de terem sido efetuadas diligências para o seu recebimento.

b) Perda por imparidade a 50% para dívidas de terceiros que, não reunindo as condições do ponto a) anterior, estejam em mora há mais de seis meses e menos de doze meses;

c) Perda por imparidade a 100% para dívidas de terceiros que, não reunindo as condições do ponto a) anterior, estejam em mora há mais de doze meses.

b) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento

ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

c) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros (que não vencem juros) são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo). O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são registados inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos, e, subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução

ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

e) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

3.1.8. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

3.1.9. MATÉRIAS AMBIENTAIS

As entidades nacionais têm a obrigação legal de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das mais diversas naturezas, as águas residuais dos seus processos industriais, as emissões para a atmosfera, a proteção de solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

As matérias ambientais têm merecido a melhor atenção e o cuidado máximo pela administração. Não existem passivos de carácter ambiental que estejam incluídos nas demonstrações financeiras, assim como não são conhecidos passivos contingentes associados.

3.1.10. REGIME DE ACRÉSCIMO

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

3.1.11. RÉDITO

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

Neste âmbito, deverão ser igualmente considerados os montantes relativos aos subsídios à exploração decorrentes da aplicação dos contratos programa:

a) Atividade Regulada (Gestão de Resíduos Urbanos): subsídios concedidos pelo Município que visam assegurar a parte remanescente dos custos afetos à Gestão RU não coberta pelas

receitas próprias, nos períodos em que tal se verifique necessário, numa perspetiva de tornar os serviços economicamente acessíveis ao utilizador final;

- b)** Atividade não regulada (Limpeza de Espaço Público): transferências que visam cobrir os custos do serviço de Limpeza do Espaço Público que, assumindo características de um bem social, está excluído do Sistema Tarifário;
- c)** Neutralidade Carbónica (Pacto para o Clima): transferências que visam cobrir os custos do serviço de gestão e representação do Porto, no Pacto para o Clima.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

3.1.12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2011, quatro anos relativamente aos períodos de 2012 e 2013 e doze anos para os períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, acrescida da derrama municipal, a qual é fixada por município entre 0% e 1,5%. No que diz respeito à derrama estadual a mesma pode variar entre 3% e 7% - (i) a taxa de 3% será aplicada quando o lucro tributável se encontra entre 1 500 000 Euros e 7 500 000 Euros, (ii) a taxa de 5% será aplicada quando o lucro tributável se encontra entre 7 500 000 Euros e 35 000 000 Euros e (iii) a taxa de 7% será aplicada a entidades que obtenham lucro tributável superior a 35 000 000 Euros.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem

de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como aqueles, resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associadas, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

3.1.13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno e em sistema de rotatividade, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social ou outros subsistemas de acordo com a incidência

contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes são reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Outras Políticas Contabilísticas Relevantes

a) Resultados por ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo

o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

b) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.3. Juízos de Valor que o Órgão de Gestão fez no Processo de Aplicação das Políticas Contabilísticas e que tiveram Maior Impacto nas Quantias Reconhecidas nas Demonstrações Financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as

estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras do período incluem:

- Avaliação e registo (se aplicável) de provisões e perdas por imparidade;
- Avaliação e registo (se aplicável) de eventuais acréscimos de gastos e/ou rendimentos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.4. Principais Pressupostos Relativos ao Futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Nota 4
FLUXOS DE CAIXA

4.1. Comentário da Gerência sobre a Quantia dos Saldos Significativos de Caixa e seus Equivalentes que não estão Disponíveis para Uso

A 31 de Dezembro de 2024 os saldos de caixa e seus equivalentes que não se encontravam disponíveis para uso respeitam exclusivamente a cauções de fornecedores, como garante do respetivo cumprimento contratual.

4.2. Desagregação dos Valores Inscritos na Rubrica de Caixa e em Depósitos Bancários

A 31 de dezembro de 2024, a rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:



valores expressos em euros

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS CONSTANTES DO BALANÇO	31.12.2024			31.12.2023		
	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Numerário	1 462,32	-	1 462,32	1 530,00	-	1 530,00
Cartões pré-pagos	328,45	-	328,45	1 987,86	-	1 987,86
Depósitos à ordem	4 395 218,96	51 721,10	4 446 940,06	3 932 772,18	37 371,10	3 970 143,28
Totais	3 668 947,42	51 721,10	4 448 730,83	3 936 290,04	37 371,10	3 973 661,14

Nota 5
PARTES RELACIONADAS

5.1. Relacionamentos com a Empresa-Mãe

Nome da empresa-mãe imediata: **Câmara Municipal do Porto.**

As contas da entidade são integradas nas contas consolidadas da **Câmara Municipal do Porto.**

5.2. Transações com Partes Relacionadas

valores expressos em euros

TRANSAÇÕES COM AS PARTES RELACIONADAS		2024						2023					
		Rendimentos e ganhos			Gastos e perdas			Rendimentos e ganhos			Gastos e perdas		
		Vendas e Prestação de Serviços	Subsídios à Exploração	Outros Rendimentos	Fornecimentos e Serviços Externos	Outros Gastos	Compras	Vendas e Prestação de Serviços	Subsídios à Exploração	Outros Rendimentos	Fornecimentos e Serviços Externos	Outros Gastos	Compras
Empresa Mãe	Câmara Municipal do Porto	1 339 868,31	10 103 829,67	20 328,04	(13 830,42)	-	(1 287,41)	215 599,72	9 584 333,95	9 999	(58 098,78)	-	(1 411,24)
Outras partes relacionadas	CMPEAE - Empresa de Aguas e Energia do Municipio do Porto	365 040,31	-	-	(665 827,32)	(426,69)	-	73 912,85	-	-	(594 604,60)	-	-
	Ágora - Cultura e Desporto do Porto	208 496,40	-	-	-	-	-	38 127,90	-	-	-	-	-
	Gestão de Obras Públicas, EM	14 240,07	-	22 355,08	-	-	-	5 004,42	-	7 621,03	-	-	-
	LIPOR - Emp. Gestão, tratamento e valorização de resíduos	-	-	-	(5 303 344,70)	(754 716,38)	-	-	-	-	(4 991 936,78)	(460 917,41)	-
	Porto Vivo SRU	9 960,11	-	-	-	-	-	2 498,99	-	-	-	-	-
	Associação Porto Digital	628,76	-	4 336,98	(28 831,44)	-	-	169,21	-	-	(21 648,44)	-	-
	Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, E.I.M., S.A.	47 491,56	-	-	-	-	-	6 158,14	-	-	-	-	-
	Domus Social, EM	70 794,94	-	-	-	-	-	11 251,91	-	-	-	-	-
Totais		2 056 520,46	10 103 829,67	47 020,10	(6 011 833,88)	(755 143,07)	(1 287,41)	352 723,14	9 584 333,95	17 619,71	(5 666 288,60)	(460 917,41)	(1 411,24)

Para uma completa leitura do quadro anterior, sublinhamos que no quadro anterior consta o impacto em resultados decorrentes de operações com entidades relacionadas, considerando, no caso dos gastos e perdas, o valor do IVA não dedutível, e independentemente de terem sido faturadas no período (princípio da especialização do período), destacando as seguintes operações:

- a) O montante das Vendas e Prestações de serviços respeita, essencialmente a:
- Tarifas de resíduos que são imputadas aos consumidores na fatura da Água, e como tal, às entidades do perímetro Municipal, nessa qualidade;

- Prestação de serviços de apoio a eventos, recolhas ou transportes de resíduos que não se inscrevam no âmbito das obrigações de Limpeza de espaço público ou recolha de resíduos urbanos.
- b) O montante dos subsídios à exploração respeita à execução dos contratos programa para 2024:
- Gestão de resíduos urbanos, no montante de 0,00 euro;
 - Limpeza do espaço público, no montante de 9 859 536,86 euro; e
 - Neutralidade carbónica, no montante de 244 292,81 euro.

- c) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a CMPEAE respeita, ao valor do fee de faturação e cobrança, assim como da contratação de serviços de fornecimento de água e saneamento;
- d) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a Lipor respeita aos montantes relativos ao tratamento de resíduos, assim como a componente relativa à TGR, classificada em Outros gastos;
- e) O montante dos Fornecimentos e serviços externos com a Porto Digital respeita aos montantes relativos à prestação de serviços de comunicações e datacenter.

5.3. Saldos Pendentes com Partes Relacionadas

valores expressos em euros

QUANTIAS DOS SALDOS PENDENTES COM PARTES RELACIONADAS, RESPECTIVAS PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS E GASTOS RECONHECIDOS A RESPEITO DE DÍVIDAS INCOBRÁVEIS OU DE COBRANÇA DUVIDOSA DE PARTES RELACIONADAS		2024					2023				
		Saldos pendentes em 31.12.2023					Saldos pendentes em 31.12.2023				
		Ativo		Passivo			Ativo		Passivo		
		Faturado	Acréscimo de rendimento	Faturado	Acréscimo de gasto	Rendimento diferido	Faturado	Acréscimo de rendimento	Faturado	Acréscimo de gasto	Rendimento diferido
Empresa Mãe	Câmara Municipal do Porto	-	2 157,63	-	(4 680,35)	(966 915,83)	1 449,82	147,90	(1 543,75)	(2 899,20)	(873 818,05)
Outras partes relacionadas	CMPEAE - Empresa de Aguas e Energia do Municipio do Porto	5 324 289,54	-	(883,43)	(164 184,35)	-	5 015 901,29	-	(50 607,85)	(151 850,67)	-
	Ágora - Cultura e Desporto do Porto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Gestão de Obras Públicas, EM	-	-	-	-	-	1 922,35	-	-	-	-
	LIPOR - Emp. Gestão, tratamento e valorização de resíduos	-	-	(330,00)	(996 436,21)	-	-	-	(321,00)	(965 407,34)	-
	Porto Vivo SRU	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Porto Digital	-	-	(2 402,62)	-	-	-	-	-	(4 336,98)	-
	Domus Social, EM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais		5 324 289,54	2 157,63	(3 616,05)	(1 165 300,91)	(966 915,83)	5 019 273,46	147,90	(52 472,60)	(1 124 494,19)	(873 818,05)

No caso do saldo no Ativo com a Águas do Porto (CMPEA), de referir que os valores apresentados respeitam à tarifa de resíduos faturada aos munícipes, mas cuja cobrança se encontra a cargo da referida entidade relacionada

5.4. Pessoal Chave de Gestão

valores expressos em euros

REMUNERAÇÕES DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO	MONTANTES	
	2024	2023
Total de Remunerações;	115 046,95	107 253,28
Outros benefícios a curto prazo dos empregados;	2 802,00	2 656,80
Benefícios pós emprego;	-	-
Outros benefícios a longo prazo;	-	-
Benefícios de cessação de emprego; e	-	-
Benefícios de remuneração em capital próprio;	-	-
Totais	117 848,95	109 910,08

Nota 6
ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1 Divulgações para cada Classe de Ativos Intangíveis, distinguindo entre os Ativos Intangíveis Gerados Internamente e outros Ativos Intangíveis

a) As amortizações do período, são calculadas tendo por base as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

MÉTODOS DE DEPRECIAÇÃO, VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE DEPRECIAÇÃO USADAS NOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		PROGRAMAS DE COMPUTADOR
Vidas úteis indefinidas	Razões e fatores preponderantes	N/a
Vidas úteis finitas*	de	3 Anos
	a	3 Anos
Taxas de amortização**		33,33%
Métodos de amortização		Quotas constantes

* Vida útil representativa para a generalidade dos bens
** Taxas médias de amortização, estimadas com base nos anos médios de vida útil (valores máximos)

b) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição por classe e valor das amortizações incluídas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da demonstração dos resultados:

valores expressos em euros

ATIVOS INTANGÍVEIS		PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAIS
Em 31.12.2023	Quantias brutas escrituradas	189 158,98	-	189 158,98
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(149 998,53)	-	(149 998,53)
	Quantias líquidas escrituradas	39 160,45	-	39 160,45
Adições		-	24 292,50	24 292,50
Amortizações		(14 353,88)	-	(14 353,88)
Em 31.12.2024	Quantias brutas escrituradas	189 158,98	24 292,50	213 451,48
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(164 352,41)	-	(164 352,41)
	Quantias líquidas escrituradas	24 806,57	24 292,50	49 099,07

No ano de 2024, o investimento realizado no período respeita à aquisição de uma solução integrada de recursos humanos e de segurança e saúde no trabalho, não tendo ainda terminado a fase de implementação.

Nota 7

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1. Métodos de Depreciação, Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

MÉTODOS DE DEPRECIAÇÃO, VIDAS ÚTEIS E TAXAS DE DEPRECIAÇÃO USADAS NOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
Vidas úteis*	de	2 Anos	2 Anos	3 Anos	3 Anos
	a	12 Anos	9 Anos	7 Anos	7 Anos
Taxas de depreciação**		10,00%	25,00%	10,00%	25,00%
Métodos de depreciação		Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

* Vida útil representativa para a generalidade dos bens
** Taxas médias de depreciação, estimadas com base nos anos médios de vida útil (valores máximos)

7.2. Decomposição por Classe e Movimentos no Exercício

valores expressos em euros

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAIS
Em 31.12.2023	Quantias brutas escrituradas	-	8 515 736,53	12 354,12	93 208,46	156 681,01	132 778,76	8 910 758,88
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	(2 751 318,23)	(11 324,64)	(30 156,58)	(31 239,19)	-	(2 824 038,64)
	Quantias líquidas escrituradas	-	5 764 418,30	1 029,48	63 051,88	125 441,82	132 778,76	6 086 720,24
Adições		38 432,97	7 930 490,77	5 627,40	18 246,11	6 163,65	493 212,79	8 492 173,69
Transferências		-	210 372,74			(177,79)	(438 328,78)	(228 133,83)
Outras alterações								-
Depreciações - Exercício		(1 281,10)	(1 455 721,46)	(1 029,48)	(19 460,25)	(16 177,63)		(1 493 669,92)
Em 31.12.2024	Quantias brutas escrituradas	38 432,97	16 656 600,04	17 981,52	111 454,57	162 666,87	187 662,77	17 174 798,74
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 281,10)	(4 206 745,95)	(12 354,12)	(49 280,24)	(47 544,44)	-	(4 317 205,85)
	Quantias líquidas escrituradas	37 151,87	12 449 854,09	5 627,40	62 174,33	115 122,43	187 662,77	12 857 592,89

No ano de 2024, os montantes mais significativos dos investimentos realizados no período respeitam:

- aquisição de 20 equipamentos novos na atividade diária, designadamente: 12 varredoras elétricas com sistema de lavagem que revolucionou o processo de limpeza dos arruamentos em que, ao invés dos usuais sopradores, recorre a água; e, 8 varredoras mais pequenas que, tendo em consideração as características de mobilidade, permitiram desenvolver um procedimento inovador de limpeza mecanizada dos passeios, em vez da tradicional limpeza manual, permitiu aumentar a eficiência do processo e alinhar o serviço com um dos principais objetivos do Município – Neutralidade Carbónica 2023! –;

- aquisição de 10 viaturas de recolha de resíduos, seis apresentados em dezembro, rumo à modernização e transição para soluções com menor impacto ambiental e maior eficiência operacional;
- reforço de equipamentos de deposição, nomeadamente por via de reposição/substituição, alargamento de abrangência e/ou alargamento a outras atividades, como exemplo o âmbito dos projetos de recolha de orgânicos, financiados pelos projetos POSEUR e Cityloops.

7.3. Conciliação entre o Montante do Excedente Reconhecido no Início e no Final do Período

valores expressos em euros

CONCILIAÇÃO DO MONTANTE DO EXCEDENTE NO INÍCIO E NO FINAL DO PERÍODO	31.12.2023	EXCEDENTE RECONHECIDO	EXCEDENTE REALIZADO		OUTROS	31.12.2024
			DEPRECIAÇÕES	ALIENAÇÃO		
Excedentes de revalorização - V.B.	1 516,47	-	(1 400,00)	-	-	116,47
Excedentes de revalorização - IDP	(367,41)	-	341,36	-		(26,05)
Outras reservas	163 183,33	-	1 400,00	-	-	164 583,33

7.4. Valor das Depreciações Incluídas na Rubrica “Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização” da Demonstração dos Resultados

valores expressos em euros

DEPRECIAÇÕES RECONHECIDAS NOS RESULTADOS OU COMO PARTE DE UM CUSTO DE OUTROS ATIVOS		EDÍFI-CÍOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAIS
Período 2023	Depreciações reconhecidas nos resultados	-	874 004,40	3 088,54	13 916,45	14 424,43	905 433,82
	Depreciações que integram o custo de outros Ativos	-	-	-	-	-	-
Período 2024	Depreciações reconhecidas nos resultados	1 281,10	1 455 945,77	1 029,48	19 108,32	16 305,25	1 493 669,92
	Depreciações que integram o custo de outros Ativos	-	-	-	-	-	-

Nota 8
LOCAÇÕES

8.1. Locações Financeiras – Locatários

Sobre a forma de locação financeira, após concluído em 2021, o processo de renovação de frota, com a aquisição de 30 novas viaturas tecnologicamente mais evoluídas, com melhores condições de trabalho, mais eficientes e menos poluentes, a Porto Ambiente, em 2024, com recurso a locação financeira, volta a inovar através da aquisição de 20 varredoras – das quais 12 elétricas e 8 varredoras mais pequenas que, tendo em consideração as características de mobilidade, são a combustão – bem como reforçar a frota

de recolha de resíduos adquirindo 10 novos veículos, seis apresentados em dezembro, rumo à modernização e transição para soluções com menor impacto ambiental e maior eficiência operacional, em linha com os objetivos de descarbonização do município.

O total da locação financeira da Porto Ambiente, tendo em consideração as aquisições supra, ascende o montante em dívida a 31 de dezembro de 2024, a 9 729 483 euros.

8.1.1. DETALHE DOS ATIVOS ADQUIRIDOS E MONTANTES EM DÍVIDA

valores expressos em euros

LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR (LOCATÁRIOS)					VALOR NO ATIVO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES FINANCEIRAS			
TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFI-CAÇÃO DO BEM	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAIS
			COMEÇO	FIM					
Viatura pesada	Caixa Leasing	AB02FB	10/08/2020	09/08/2028	50 476,12	11 147,59	32 020,54	-	43 168,13
Viatura pesada	Caixa Leasing	AB00FB	10/08/2020	09/08/2028	50 476,12	11 147,59	32 020,54	-	43 168,13
Viatura pesada	Caixa Leasing	AB30UL	10/08/2020	09/08/2028	56 038,80	12 375,82	35 548,45	-	47 924,26

valores expressos em euros

LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR (LOCATÁRIOS)					VALOR NO ATIVO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES FINANCEIRAS			
TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFI-CAÇÃO DO BEM	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAIS
			COMEÇO	FIM					
Viatura pesada	Caixa Leasing	AC49GP	20/08/2020	19/08/2028	92 711,25	20 437,50	58 777,09	-	79 214,58
Viatura pesada	Caixa Leasing	AC50GP	20/08/2020	19/08/2028	92 711,25	20 437,50	58 777,09	-	79 214,58
Viatura pesada	Caixa Leasing	AD18AE	10/12/2020	09/12/2028	129 830,60	28 261,97	88 815,53	-	117 077,51
Viatura pesada	Caixa Leasing	AD25AE	10/12/2020	09/12/2028	129 830,60	28 261,97	88 815,53	-	117 077,51
Viatura pesada	Caixa Leasing	AD32AE	10/12/2020	09/12/2028	129 830,60	28 261,97	88 815,53	-	117 077,51
Viatura pesada	Caixa Leasing	AD40AE	10/12/2020	09/12/2028	129 830,60	28 261,97	88 815,53	-	117 077,51
Viatura pesada	Caixa Leasing	AD41AE	10/12/2020	09/12/2028	128 002,00	27 863,92	87 564,61	-	115 428,53
Viatura pesada	Caixa Leasing	AD43AE	10/12/2020	09/12/2028	129 830,60	28 261,97	88 815,53	-	117 077,51
Viatura pesada	Caixa Leasing	AD48AE	10/12/2020	09/12/2028	129 830,60	28 261,97	88 815,53	-	117 077,51
Viatura pesada	Caixa Leasing	AE87GZ	20/12/2020	19/12/2028	116 378,50	24 336,30	79 988,36	-	104 324,66
Viatura pesada	Caixa Leasing	AE82GZ	20/12/2020	19/12/2028	116 378,50	24 336,30	79 988,36	-	104 324,66
Viatura pesada	Caixa Leasing	AE79GZ	20/12/2020	19/12/2028	116 378,50	24 336,30	79 988,36	-	104 324,66
Viatura pesada	Caixa Leasing	AE97GZ	20/12/2020	19/12/2028	116 378,50	24 336,30	79 988,36	-	104 324,66
Viatura pesada	Caixa Leasing	AE86GZ	20/12/2020	19/12/2028	116 378,50	24 336,30	79 988,36	-	104 324,66
Viatura pesada	Caixa Leasing	AE98GZ	20/12/2020	19/12/2028	116 378,50	24 336,30	79 988,36	-	104 324,66
Viatura pesada	Caixa Leasing	AE77GZ	20/12/2020	19/12/2028	116 378,50	24 336,30	79 988,36	-	104 324,66
Viatura pesada	Caixa Leasing	AE74GZ	20/12/2020	19/12/2028	116 378,50	24 336,30	79 988,36	-	104 324,66
Viatura pesada	Caixa Leasing	AD85OF	20/12/2020	19/12/2028	138 836,25	28 195,12	96 265,10	-	124 460,22
Viatura pesada	Caixa Leasing	AD81OF	20/12/2020	19/12/2028	138 836,25	28 195,12	96 265,10	-	124 460,22
Viatura pesada	Caixa Leasing	AD80OF	20/12/2020	19/12/2028	138 836,25	28 195,12	96 265,10	-	124 460,22
Viatura pesada	Caixa Leasing	AD05FE	10/11/2020	09/11/2028	129 006,50	27 553,32	85 565,93	-	113 119,25
Viatura pesada	Caixa Leasing	AD35CE	10/11/2020	09/11/2028	129 006,50	27 553,32	85 565,93	-	113 119,25
Viatura pesada	Caixa Leasing	AF17SX	20/12/2020	19/12/2028	137 145,00	29 854,20	93 819,22	-	123 673,41
Varredoras	Caixa Leasing	BF68ZV	01/03/2024	01/03/2032	251 381,25	31 470,78	136 222,44	84 016,00	251 709,22
Varredoras	Caixa Leasing	BF67ZV	01/03/2024	01/03/2032	251 381,25	31 470,78	136 222,44	84 016,00	251 709,22
Varredoras	Caixa Leasing	BF93VI	01/03/2024	01/03/2032	251 381,25	31 470,78	136 222,44	84 016,00	251 709,22
Varredoras	Caixa Leasing	BF69ZV	01/03/2024	01/03/2032	251 381,25	31 470,78	136 222,44	84 016,00	251 709,22
Varredoras	Caixa Leasing	BF94VI	01/03/2024	01/03/2032	251 381,25	31 470,78	136 222,44	84 016,00	251 709,22
Varredoras	Caixa Leasing	BG98AZ	01/03/2024	01/03/2032	430 141,25	53 850,00	230 619,69	143 761,00	428 230,69
Varredoras	Caixa Leasing	BF36SJ	01/03/2024	01/03/2032	430 141,25	53 850,00	230 619,69	143 761,00	428 230,69
Varredoras	Caixa Leasing	BF35SJ	01/03/2024	01/03/2032	430 141,25	53 850,00	230 619,69	143 761,00	428 230,69
Varredoras	Caixa Leasing	BF24IT	01/03/2024	01/03/2032	430 141,25	53 850,00	230 619,69	143 761,00	428 230,69
Varredoras	Caixa Leasing	BF07GP	01/03/2024	01/03/2032	430 141,25	53 850,00	230 619,69	143 761,00	428 230,69
Varredoras	Caixa Leasing	BF06GP	01/03/2024	01/03/2032	430 141,25	53 850,00	230 619,69	143 761,00	428 230,69
Varredoras	Caixa Leasing	BF05GP	01/03/2024	01/03/2032	430 141,25	53 850,00	230 619,69	143 761,00	428 230,69
Varredoras	Caixa Leasing	BF05DN	01/03/2024	01/03/2032	109 490,50	13 707,27	59 332,44	36 594,00	109 633,72

valores expressos em euros

LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR (LOCATÁRIOS)					VALOR NO ATIVO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES FINANCEIRAS			
TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFI- CAÇÃO DO BEM	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAIS
			COMEÇO	FIM					
Varredoras	Caixa Leasing	BF95HX	01/03/2024	01/03/2032	109 490,50	13 707,27	59 332,44	36 594,00	109 633,72
Varredoras	Caixa Leasing	BF94HX	01/03/2024	01/03/2032	109 490,50	13 707,27	59 332,44	36 594,00	109 633,72
Varredoras	Caixa Leasing	BF06DN	01/03/2024	01/03/2032	109 490,50	13 707,27	59 332,44	36 594,00	109 633,72
Varredoras	Caixa Leasing	BF03DN	01/03/2024	01/03/2032	109 490,50	13 707,27	59 332,44	36 594,00	109 633,72
Varredoras	Caixa Leasing	BF83DM	01/03/2024	01/03/2032	109 490,50	13 707,27	59 332,44	36 594,00	109 633,72
Varredoras	Caixa Leasing	BF82DM	01/03/2024	01/03/2032	109 490,50	13 707,27	59 332,44	36 594,00	109 633,72
Varredoras	Caixa Leasing	BF71DM	01/03/2024	01/03/2032	109 490,50	13 707,27	59 332,44	36 594,00	109 633,72
Viatura pesada	Caixa Leasing	BP-76-OI	20/01/2025	20/01/2032	211 626,62	24 115,77	103 567,66	85 722,00	213 405,43
Viatura pesada	Caixa Leasing	BP-73-OI	20/01/2025	20/01/2032	211 626,62	24 115,77	103 567,66	85 722,00	213 405,43
Viatura pesada	Caixa Leasing	BL-64-ZO	01/02/2025	01/02/2033	308 596,75	35 165,93	151 023,74	125 000,00	311 189,67
Viatura pesada	Caixa Leasing	BL-66-ZO	01/02/2025	01/02/2033	308 596,75	35 165,93	151 023,74	125 000,00	311 189,67
Viatura pesada	Caixa Leasing	BL-68-ZO	01/02/2025	01/02/2033	308 596,75	35 165,93	151 023,74	125 000,00	311 189,67
Viatura pesada	Caixa Leasing	BL-63-ZO	01/02/2025	01/02/2033	562 670,67	64 118,76	275 364,63	227 916,00	567 399,39
					10 047 627,05	1 499 028,47	5 736 935,48	2 493 519,00	9 729 482,95

8.2. Locações Operacionais – Gastos Reconhecidos e Pagamentos Futuros

8.2.1. PERÍODO DE 2023

valores expressos em euros

FUTUROS (PAGAMEN- TOS)/RECEBIMENTOS MÍNIMOS DAS LOCA- ÇÕES/SUBLOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS		LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR					GASTOS RECO- NHECI- DOS NO PERÍODO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS		
		TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFI- CAÇÃO DO BEM	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	TOTAIS
					COMEÇO	FIM				
31.12.2023	97-88-XX	Viatura pesada	Tetracontour	6261411	21/12/2019	29/12/2024	45 756,00	45 756,00	-	45 756,00
	80-20-ZP	Viatura pesada	Tetracontour	6261411	21/12/2019	29/12/2024	47 232,00	47 232,00	-	47 232,00
	16-TI-96	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	24/07/2017	30/04/2023	1 580,42	-	-	-
	02-TI-78	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	24/07/2017	30/04/2023	1 496,42	-	-	-
	99-UQ-43	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	11/05/2018	31/08/2023	5 602,06	-	-	-
	99-UQ-58	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	11/05/2018	31/08/2023	4 384,86	-	-	-
	99-UQ-63	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	11/05/2018	31/08/2023	3 134,55	-	-	-
	04-UX-00	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	01/11/2018	31/12/2024	5 963,82	-	-	-
	10-UA-77	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	01/11/2018	01/09/2023	3 387,48	-	-	-
	10-UA-88	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	01/11/2018	08/08/2023	6 992,52	-	-	-
	28-VB-20	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	01/11/2018	08/09/2023	2 416,94	-	-	-
	28-VB-75	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	01/11/2018	31/07/2023	1 977,84	-	-	-
	51-UP-27	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	01/11/2018	01/08/2023	2 587,65	-	-	-

valores expressos em euros

FUTUROS (PAGAMEN- TOS)/RECEBIMENTOS MÍNIMOS DAS LOCA- ÇÕES/SUBLOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS		LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR					GASTOS RECO- NHECI- DOS NO PERÍODO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS		
		TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFI- CAÇÃO DO BEM	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	TOTAIS
					COMEÇO	FIM				
31.12.2023	55-UH-49	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	01/11/2018	08/09/2023	2 804,21	-	-	-
	55-UH-80	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	01/11/2018	26/01/2024	5 303,08	-	-	-
	55-UH-97	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	01/11/2018	11/08/2023	5 494,24	-	-	-
	56-UH-04	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	01/11/2018	23/08/2023	2 919,38	-	-	-
	56-UH-39	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	01/11/2018	12/01/2024	4 531,28	-	-	-
	56-UH-61	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	01/11/2018	25/08/2023	4 297,89	-	-	-
	56-UH-82	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	01/11/2018	28/02/2024	6 032,53	-	-	-
	63-UP-80	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	01/11/2018	23/10/2023	1 720,24	-	-	-
	92-UA-89	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	01/11/2018	31/12/2024	5 971,92	3 954,96	-	3 954,96
	92-UA-96	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	27/10/2023	31/12/2024	1 142,79	4 571,16	-	4 571,16
	46-UZ-86	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	09/10/2023	31/12/2024	897,41	3 927,49	-	3 927,49
	03-UX-06	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	30/10/2023	31/12/2024	652,97	3 795,39	-	3 795,39
	31-VJ-10	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	19/07/2023	31/12/2024	2 894,81	6 409,97	-	6 409,97
	96-UH-70	Viatura ligeira	LeasePlan	6261411	30/08/2023	31/12/2024	1 752,55	5 174,27	-	5 174,27
	AV-46-XL	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	19/01/2023	18/01/2028	6 748,95	8 598,00	34 392,00	42 990,00
	AZ-86-GS	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	29/05/2023	28/05/2028	4 267,60	7 249,08	28 996,32	36 245,39
	BA-53-XM	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	29/05/2023	28/05/2028	4 035,96	6 855,58	27 422,31	34 277,89
	BB-31-GS	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	12/06/2023	11/06/2028	3 770,59	6 855,58	27 422,31	34 277,89
	BB-24-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	27/06/2023	26/06/2028	3 933,98	7 867,97	31 471,86	39 339,83
	BB-33-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	27/06/2023	26/06/2028	3 933,98	7 867,97	31 471,86	39 339,83
	BB-32-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	27/06/2023	26/06/2028	4 070,60	8 141,17	32 564,69	40 705,87
	BC-71-IZ	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	17/07/2023	16/07/2028	4 104,42	9 034,60	36 138,38	45 172,98
	BC-74-IZ	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	17/07/2023	16/07/2028	4 104,42	9 034,60	36 138,38	45 172,98
	BB-21-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	16/07/2023	15/07/2028	5 800,07	12 691,83	50 767,32	63 459,14
	BC-89-HF	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	30/06/2023	29/06/2028	4 055,06	8 110,03	32 440,12	40 550,15
	BC-94-HF	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	30/06/2023	29/06/2028	4 055,06	8 110,03	32 440,12	40 550,15
	BC-85-DU	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	30/06/2023	29/06/2028	6 011,78	12 023,50	48 093,98	60 117,48
	BC-01-TR	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	09/08/2023	08/08/2028	3 045,18	7 706,05	30 824,19	38 530,24
	BD-09-AM	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	11/08/2023	10/08/2028	4 946,84	12 691,83	50 767,32	63 459,14
	99-VB-95	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	24/07/2023	31/12/2024	2 375,50	3 927,49	15 709,95	19 637,44
	50-UG-93	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	02/08/2023	31/12/2024	1 134,15	4 585,93	18 343,73	22 929,66
	03-UX-30	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	01/08/2023	31/12/2024	1 702,40	4 085,72	16 342,86	20 428,58
	03-UX-40	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	31/07/2023	31/12/2024	1 819,16	4 337,96	17 351,86	21 689,82
	03-UX-54	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	31/07/2023	31/12/2024	1 819,16	4 337,96	17 351,86	21 689,82
	86-UX-18	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	03/08/2023	31/12/2024	1 678,85	4 081,88	16 327,51	20 409,39
	55-UH-61	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	01/11/2018	22/05/2023	3 379,56	-	-	-
	56-UH-74	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	01/11/2018	23/05/2023	3 449,03	-	-	-
	06-VI-64	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	01/11/2018	18/05/2023	3 954,94	-	-	-
	56-UH-08	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	01/11/2018	18/05/2023	3 503,59	-	-	-
	96-UH-80	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	01/11/2018	29/05/2023	3 339,12	-	-	-
	55-UH-53	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	13/06/2023	13/06/2023	3 022,90	-	-	-
	56-UH-35	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	12/06/2023	12/06/2023	2 990,03	-	-	-
	56-UH-44	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	19/06/2023	19/06/2023	3 032,39	-	-	-

valores expressos em euros

FUTUROS (PAGAMENTOS)/RECEBIMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES/SUBLOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS		LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR					GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS		
		TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFICAÇÃO DO BEM	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	TOTAIS
					COMEÇO	FIM				
31.12.2023	51-VT-29	Viatura ligeira	SGALD	6261411	06/11/2018	07/08/2023	14 377,10	-	-	-
	51-VT-54	Viatura ligeira	SGALD	6261411	06/11/2018	07/08/2023	9 950,13	-	-	-
	51-VT-55	Viatura ligeira	SGALD	6261411	06/11/2018	07/08/2023	11 288,47	-	-	-
	51-VT-88	Viatura ligeira	SGALD	6261411	06/11/2018	08/08/2023	14 285,61	-	-	-
	52-VT-19	Viatura ligeira	SGALD	6261411	06/11/2018	03/02/2023	11 124,96	-	-	-
	52-VT-23	Viatura ligeira	SGALD	6261411	06/11/2018	07/08/2023	11 998,39	-	-	-
	52-VT-24	Viatura ligeira	SGALD	6261411	06/11/2018	07/08/2023	12 438,06	-	-	-
	52-VT-33	Viatura ligeira	SGALD	6261411	06/11/2018	07/08/2023	16 055,66	-	-	-
	12-XR-82	Viatura ligeira	SGALD	6261411	06/11/2018	20/06/2023	5 848,43	-	-	-
	AQ-55-NT	Viatura ligeira	CARFAST	6261411	20/09/2022	19/07/2023	4 670,48	-	-	-
	AQ-99-OX	Viatura ligeira	JAPRAC	6261411	27/08/2022	31/08/2023	4 431,88	-	-	-
	AL-59-JF	Veículo Ligeiro	JAPRAC	6261411	27/08/2022	31/08/2023	5 849,34	-	-	-
	AR-15-SN	Viatura ligeira	JAPRAC	6261411	27/08/2022	31/08/2023	7 038,88	-	-	-
	AQ-28-BO	Viatura ligeira	JAPRAC	6261411	27/08/2022	31/08/2023	7 038,88	-	-	-
	AL-30-QL	Veículo Ligeiro	JAPRAC	6261411	01/06/2023	21/10/2023	3 893,86	-	-	-
	AH-32-DE	Veículo Ligeiro	JAPRAC	6261411	01/06/2023	21/10/2023	3 893,86	-	-	-
	AH-82-DE	Veículo Ligeiro	JAPRAC	6261411	01/06/2023	21/10/2023	4 005,64	-	-	-
	AE-89-JB	Veículo Ligeiro	JAPRAC	6261411	31/08/2023	30/09/2023	685,85	-	-	-
	AG-69-QS	Veículo Ligeiro	JAPRAC	6261411	31/08/2023	30/09/2023	1 271,07	-	-	-
	59-UD-82	Veículo Ligeiro	JAPRAC	6261411	31/08/2023	29/12/2023	5 425,73	-	-	-
	AG-19-QM	Veículo Ligeiro	JAPRAC	6261411	31/08/2023	30/09/2023	1 997,28	-	-	-
	AG-65-MS	Veículo Ligeiro	JAPRAC	6261411	15/09/2023	14/11/2023	4 839,72	-	-	-
	BC-73-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	1 229,58	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BB-06-ZA	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	16/10/2023	15/01/2024	1 491,96	-	-	-
	BB-66-XZ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	16/10/2023	15/01/2024	1 491,98	-	-	-
	BC-83-EM	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	19/07/2023	19/07/2028	2 221,18	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BC-59-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	3 001,24	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BC-65-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	2 115,41	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BC-67-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	2 115,41	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BC-62-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	2 115,41	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BC-70-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	2 115,41	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BC-66-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	2 115,41	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BD-68-TJ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	29/09/2023	29/09/2028	3 142,04	6 322,89	25 291,56	31 614,44
	BC-37-EM	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	19/07/2023	19/07/2028	2 221,19	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BB-47-XZ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	16/10/2023	17/10/2028	1 491,96	7 115,50	28 462,00	35 577,50
	BC-56-EN	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	19/07/2023	19/07/2028	2 221,18	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BC-80-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	2 115,41	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BC-57-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	2 115,41	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BC-72-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	2 115,41	4 918,33	19 673,31	24 591,64

valores expressos em euros

FUTUROS (PAGAMENTOS)/RECEBIMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES/SUBLOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS		LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR					GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS		
		TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFICAÇÃO DO BEM	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	TOTAIS
					COMEÇO	FIM				
31.12.2023	BC-63-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	2 115,41	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BD-26-CX	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	25/08/2023	25/08/2028	4 027,00	11 550,88	46 203,52	57 754,40
	BC-79-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	2 140,15	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BD-68-RO	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/09/2023	27/09/2028	1 650,96	3 161,44	12 645,78	15 807,22
	AZ-35-QN	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	20/09/2023	20/09/2028	2 643,81	9 423,52	37 694,09	47 117,61
	AV-11-NX	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	23/01/2023	22/01/2028	7 398,05	7 857,49	31 429,94	39 287,43
	AV-41-NX	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	23/01/2023	22/01/2028	7 398,05	7 857,49	31 429,94	39 287,43
	BC-44-OZ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	26/07/2023	26/07/2028	2 128,63	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BC-71-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	2 115,41	4 918,33	19 673,31	24 591,64
	BD-60-TJ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	28/09/2023	28/09/2028	1 633,42	6 322,89	25 291,56	31 614,44
	BD-41-TJ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	28/09/2023	28/09/2028	1 633,42	6 322,89	25 291,56	31 614,44
	BE-85-PP	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	29/11/2023	29/11/2028	574,25	6 473,15	25 892,58	32 365,73
	BD-64-QA	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	21/09/2023	21/09/2028	1 879,31	6 322,89	25 291,56	31 614,44
	AU-27-PC	Veículo Ligeiro	RETA, Serv Téc e Rent-a-Cargo, SA	6261411	18/05/2023	28/01/2024	738,00	-	-	-
	AX-17-XU	Veículo Ligeiro	RETA, Serv Téc e Rent-a-Cargo, SA	6261411	22/05/2023	22/07/2023	3 527,64	-	-	-
	AU-38-ZX	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	18/05/2023	21/07/2023	3 146,66	-	-	-
	AU-17-ZZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	18/05/2023	31/10/2023	7 805,58	-	-	-
	AV-36-AA	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	18/05/2023	31/10/2023	8 413,20	-	-	-
	AV-63-AA	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	18/05/2023	23/06/2023	1 402,20	-	-	-
	AE-62-TM	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	18/05/2023	17/06/2023	1 215,25	-	-	-
	AZ-34-LI	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	18/05/2023	17/08/2023	2 748,27	-	-	-
	AZ-73-HO	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	18/05/2023	17/08/2023	1 681,66	-	-	-
	AQ-16-XS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	03/04/2023	02/06/2023	562,80	-	-	-
	AO-54-OX	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	03/04/2023	02/07/2023	1 574,79	-	-	-
	Lote 1: Varredora	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	6261411	18/05/2023	22/01/2024	69 598,60	-	-	-
	Lote 2: Varredora	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	6261411	18/05/2023	22/01/2024	73 918,91	-	-	-
	Lote 3: Lava-Ruas	Lava-Ruas	EcoAmbiente, S.A.	6261411	18/05/2023	22/01/2024	46 541,61	-	-	-
	Lote 4: Máq. De Lavagem de Alta Pressão	Máquina de Lavagem	EcoAmbiente, S.A.	6261411	18/05/2023	22/01/2024	16 426,45	-	-	-
	Lote 1: Varredoras Ref. A	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	6261411	31/08/2023	31/01/2024	55 350,00	9 225,00	-	9 225,00
	Lote 7: Varredora Ref. C	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	6261411	31/08/2023	31/01/2024	17 281,50	3 936,00	-	3 936,00
	Lote 2: Varredora Ref.B	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	6261411	26/06/2023	31/01/2024	61 438,50	9 963,00	-	9 963,00
	Lote 3: Lava-Ruas	Lava-Ruas	EcoAmbiente, S.A.	6261411	26/06/2023	14/04/2024	38 683,50	6 273,00	-	6 273,00
	Lote 4: Máq. De Lavagem de Alta Pressão	Máquina de Lavagem	EcoAmbiente, S.A.	6261411	26/06/2023	24/02/2024	13 653,00	4 046,28	-	4 046,28

valores expressos em euros

FUTUROS (PAGAMENTOS)/RECEBIMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES/SUBLOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS		LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR					GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS		
		TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFICAÇÃO DO BEM	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	TOTAIS
					COMEÇO	FIM				
31.12.2023	Lote 5: Varredora Ref.A	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	6261411	31/08/2023	31/01/2024	27 675,00	9 225,00	-	9 225,00
	Lote 6: Varredora Ref.B	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	6261411	31/08/2023	31/01/2024	119 556,00	29 889,00	-	29 889,00
	Lote 8: Lava Ruas	Lava-Ruas	EcoAmbiente, S.A.	6261411	31/08/2023	14/04/2024	18 819,00	21 746,40	-	21 746,40
	Lote 9: Máq. De Lavagem de Alta Pressão	Máquina de Lavagem	EcoAmbiente, S.A.	6261411	31/08/2023	01/03/2024	13 284,00	8 856,00	-	8 856,00
	Compactadores	Equipamento	EcoAmbiente, S.A.	6261412	09/01/2019	08/01/2025	40 892,28	38 825,88	2 156,99	40 982,87
	Aluguer de Empilhador Elétrico	Empilhador	Toyota Caetano Portugal, S.A.	6261411	19/01/2023	18/01/2028	7 865,78	7 306,20	29 578,33	36 884,53
	Equipamento grafitis	Equipamento	Safetykleen	626151	01/11/2021	31/10/2024	5 669,77	4 724,76	-	4 724,76
	Renda Instalações Amovíveis: Banheiros	Edificio	Métodos e Hipóteses, Unipessoal, Lda.	626152	07/06/2022	06/04/2023	3 676,13	-	-	-
	Aluguer de Equipamento Informático	Software	BaseDois, Lda.	6261412	15/10/2021	14/10/2024	6 140,16	5 628,50	-	5 628,50
	Aluguer de Equipamento Informático	Software	Divultec - Serviços de Informática, Lda.	6261412	01/07/2020	30/06/2023	2 936,11	-	-	-
	Aluguer de Equipamento Informático	Software	Divultec - Serviços de Informática, Lda.	6261412	13/10/2020	12/10/2023	9 467,87	-	-	-
	Aluguer de Equipamento Informático	Software	Divultec - Serviços de Informática, Lda.	6261412	01/09/2023	31/08/2026	6 641,85	19 925,56	33 209,24	53 134,80
	Aluguer de Equipamento Informático	Software	BCN - Sistemas de Escritório e Imagem, S.A.	6261412	24/05/2021	23/05/2024	5 441,13	2 720,54	-	2 720,54
	Aluguer de Equipamento Informático	Software	BCN - Sistemas de Escritório e Imagem, S.A.	6261412	08/10/2021	07/10/2024	3 117,01	2 571,57	-	2 571,57
	Espaços	Espaços eventos	Sociedade Hoteleira de Portugal, Lda.	626153	21/06/2023	22/06/2023	250,00	-	-	-
	Espaços	Espaços eventos	Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações	626153	20/06/2023	20/06/2023	615,00	-	-	-
	Espaços	Espaços eventos	CCDCMP	626153	16/06/2023	17/06/2023	2 920,00	-	-	-
	Totais							1 218 871,08	626 221,24	1 347 093,82

8.2.2. PERÍODO DE 2024

valores expressos em euros

FUTUROS (PAGAMENTOS)/RECEBIMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES/SUBLOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS		LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR					GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS		
		TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFICAÇÃO DO BEM	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	TOTAIS
					COMEÇO	FIM				
31.12.2024	97-88-XX	Viatura pesada	Tetracontour	6261411	21/12/2019	29/12/2024	45 756,00	-	-	-
	80-20-ZP	Viatura pesada	Tetracontour	6261411	21/12/2019	29/12/2024	47 232,00	-	-	-
	Máq. de Lavagem de Alta Pressão	Máquina de Lavagem	Tetracontour	6261411	19/04/2024	27/12/2024	19 680,00	-	-	-
	Máq. de Lavagem de Alta Pressão	Máquina de Lavagem	EcoAmbiente, S.A.	6261411	30/04/2024	29/08/2024	50 184,00	-	-	-
	Lote 1: Varredora	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	6261411	18/05/2023	22/01/2024	5 350,50	-	-	-
	Lote 2: Varredora	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	6261411	18/05/2023	22/01/2024	5 778,54	-	-	-
	Lote 3: Lava-Ruas	Lava-Ruas	EcoAmbiente, S.A.	6261411	18/05/2023	22/01/2024	3 638,34	-	-	-
	Lote 4: Máq. de Lavagem de Alta Pressão	Máquina de Lavagem	EcoAmbiente, S.A.	6261411	18/05/2023	22/01/2024	1 284,12	-	-	-
	Lote 1: Varredoras Ref. A	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	6261411	31/08/2023	31/01/2024	9 225,00	-	-	-
	Lote 2: Varredora Ref.B	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	6261411	26/06/2023	31/01/2024	9 963,00	-	-	-
	Lote 3: Lava-Ruas	Lava-Ruas	EcoAmbiente, S.A.	6261411	26/06/2023	14/04/2024	31 365,00	-	-	-
	Lote 4: Máq. de Lavagem de Alta Pressão	Máquina de Lavagem	EcoAmbiente, S.A.	6261411	26/06/2023	24/02/2024	1 837,62	-	-	-
	Lote 5: Varredora Ref.A	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	6261411	31/08/2023	31/01/2024	9 225,00	-	-	-
	Lote 6: Varredora Ref.B	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	6261411	31/08/2023	31/01/2024	49 815,00	-	-	-
	Lote 7: Varredora Ref. C	Varredora	EcoAmbiente, S.A.	6261411	31/08/2023	31/01/2024	3 936,00	-	-	-
	Lote 9: Máq. de Lavagem de Alta Pressão	Máquina de Lavagem	EcoAmbiente, S.A.	6261411	31/08/2023	01/03/2024	4 159,37	-	-	-
	Aluguer de Compactadores	Compactadores	EcoAmbiente, S.A.	6261412	09/01/2019	08/01/2025	38 825,88	-	-	-
	BD-68-TJ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	29/09/2023	29/09/2028	7 644,30	6 346,92	18 511,85	24 858,77
	AV-11-NX	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	23/01/2023	22/01/2028	8 530,23	7 869,48	22 952,65	30 822,13
	AV-41-NX	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	23/01/2023	22/01/2028	8 530,23	7 869,48	22 952,65	30 822,13
	BC-37-EM	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	19/07/2023	19/07/2028	5 833,37	5 266,32	15 360,10	20 626,42
	BC-56-EN	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	19/07/2023	19/07/2028	5 833,38	5 266,32	15 360,10	20 626,42
	BC-83-EM	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	19/07/2023	19/07/2028	5 833,38	5 266,32	15 360,10	20 626,42
	BC-44-OZ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	26/07/2023	26/07/2028	5 416,99	5 266,32	15 360,10	20 626,42
	BC-59-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	5 416,06	5 266,32	15 360,10	20 626,42
	BC-80-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	20 626,42
	BC-57-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	20 626,42
	BC-65-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	20 626,42
	BC-67-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	20 626,42
	BC-73-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	6 301,88	5 266,32	15 360,10	20 626,42
	BC-62-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	20 626,42

valores expressos em euros

FUTUROS (PAGAMENTOS)/RECEBIMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES/SUBLOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS		LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR					GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS		
		TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFICAÇÃO DO BEM	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	TOTAIS
					COMEÇO	FIM				
31.12.2024	BC-79-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	5 421,16	5 266,32	15 360,10	20 626,42
	BD-26-CX	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	25/08/2023	25/08/2028	10 786,73	11 610,84	33 864,95	45 475,79
	BD-60-TJ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	28/09/2023	28/09/2028	6 353,16	6 346,92	18 511,85	24 858,77
	BD-41-TJ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	28/09/2023	28/09/2028	6 353,16	6 346,92	18 511,85	24 858,77
	BD-68-RO	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/09/2023	27/09/2028	6 353,34	6 347,28	18 512,90	24 860,18
	BD-64-QA	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/09/2023	27/09/2028	6 230,68	6 347,04	18 512,20	24 859,24
	AZ-35-QN	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	20/09/2023	20/09/2028	9 730,89	9 663,60	28 185,50	37 849,10
	BB-47-XZ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	16/10/2023	16/10/2028	7 275,18	7 247,64	21 138,95	28 386,59
	BB-06-ZA	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	16/10/2023	16/10/2028	7 275,14	7 247,52	21 138,60	28 386,12
	BB-66-XZ	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	16/10/2023	16/10/2028	7 275,12	7 247,52	21 138,60	28 386,12
	BE-85-PP	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	29/11/2023	29/11/2028	3 629,72	6 761,16	19 720,05	26 481,21
	Aluguer de Empilhador Elétrico	Empilhador	Toyota Caetano Portugal, S.A.	626151	19/01/2022	18/01/2027	5 645,73	7 306,20	7 610,63	14 916,83
	10-UA-77	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	01/11/2018	30/11/2022	822,55	-	-	-
	52-VT-23	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/11/2018	05/11/2022	1 338,57	-	-	-
	52-VT-24	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/11/2018	05/11/2022	2 470,06	-	-	-
	16-TI-96	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	24/07/2017	27/07/2022	(497,16)	-	-	-
	99-UQ-63	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	11/05/2018	10/05/2022	(611,89)	-	-	-
	99-UQ-43	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	11/05/2018	10/05/2022	(186,43)	-	-	-
	04-UX-00	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	01/05/2023	31/12/2024	6 133,19	-	-	-
	55-UH-80	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	01/05/2023	26/01/2024	977,33	-	-	-
	56-UH-39	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	01/05/2023	12/01/2024	593,04	-	-	-
	56-UH-82	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	01/05/2023	08/03/2024	1 534,39	-	-	-
	92-UA-89	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	01/05/2023	31/12/2024	4 081,57	-	-	-
	92-UA-96	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	01/05/2023	31/12/2024	3 145,84	-	-	-
	46-UZ-86	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	01/05/2023	31/12/2024	2 724,28	-	-	-
	03-UX-06	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	01/05/2023	31/12/2024	2 702,38	-	-	-
	50-UG-93	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	19/07/2023	31/12/2024	1 674,13	-	-	-
	31-VJ-10	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	19/07/2023	31/12/2024	4 134,25	-	-	-
	99-VB-95	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	19/07/2023	31/12/2024	2 683,94	-	-	-
	86-UX-18	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	19/07/2023	31/12/2024	2 787,72	-	-	-
	03-UX-30	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	19/07/2023	31/12/2024	2 825,12	-	-	-
	03-UX-40	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	19/07/2023	31/12/2024	3 935,35	-	-	-
	03-UX-54	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	19/07/2023	31/12/2024	2 997,49	-	-	-
	96-UH-70	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	19/07/2023	31/12/2024	3 147,92	-	-	-
	AZ-86-GS	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/01/2023	31/12/2024	7 249,15	-	-	-
	BC-70-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	20 626,42
	BC-66-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	20 626,42
	BC-72-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	20 626,42

valores expressos em euros

FUTUROS (PAGAMENTOS)/RECEBIMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES/SUBLOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS		LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR					GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS		
		TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFICAÇÃO DO BEM	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	TOTAIS
					COMEÇO	FIM				
31.12.2024	BC-63-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	6 141,75	5 266,32	15 360,10	20 626,42
	BC-71-PR	Veículo Ligeiro	Kinto Portugal, S.A.	6261411	27/07/2023	27/07/2028	5 416,05	5 266,32	15 360,10	20 626,42
	BA-53-XM	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/01/2023	30/05/2028	6 855,58	6 855,58	16 567,64	23 423,22
	BB-31-GS	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/01/2023	30/05/2028	6 855,58	6 855,58	16 567,64	23 423,22
	BB-24-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/01/2023	13/06/2028	7 933,33	7 867,97	19 669,91	27 537,88
	BB-33-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/01/2023	28/06/2028	7 933,12	7 867,97	19 669,91	27 537,88
	BB-32-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/01/2023	28/06/2028	8 208,64	8 141,17	20 352,93	28 494,11
	BC-71-IZ	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/01/2023	28/06/2028	9 034,48	9 034,60	22 586,49	31 621,09
	BC-74-IZ	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/01/2023	18/07/2028	9 034,46	9 034,60	23 339,37	32 373,97
	BB-21-TX	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/01/2023	18/07/2028	12 691,72	12 691,83	32 787,22	45 479,05
	BC-89-HF	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/01/2023	17/07/2028	7 761,06	8 110,03	20 950,91	29 060,94
	BC-94-HF	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/01/2023	17/07/2028	7 761,07	8 110,03	20 950,91	29 060,94
	BC-85-DU	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/01/2023	17/07/2028	11 506,46	12 023,50	31 060,70	43 084,19
	BC-01-TR	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/01/2023	17/07/2028	7 685,30	7 706,05	19 907,29	27 613,34
	BD-09-AM	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	06/01/2023	10/08/2028	12 691,89	12 691,83	33 844,88	46 536,71
	AV-46-XL	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	18/01/2023	11/08/2028	8 598,05	8 598,00	22 928,00	31 526,00
	55-UH-61	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	04/07/2023	18/01/2028	3 601,69	5 518,17	11 496,20	17 014,37
	56-UH-74	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	04/07/2023	29/12/2024	3 745,71	-	-	-
	06-VI-64	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	04/07/2023	29/12/2024	6 218,70	-	-	-
	56-UH-08	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	04/07/2023	29/12/2024	4 945,21	-	-	-
	96-UH-80	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	04/07/2023	29/12/2024	4 493,66	-	-	-
	55-UH-53	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	04/07/2023	29/12/2024	3 550,84	-	-	-
	56-UH-35	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	04/07/2023	29/12/2024	3 388,82	-	-	-
	56-UH-44	Veículo Ligeiro	LeasePlan	6261411	04/07/2023	29/12/2024	3 434,43	-	-	-
	BE-85-MS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	09/02/2024	24/10/2024	12 167,32	-	-	-
	AU-17-ZZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	09/02/2024	29/05/2024	7 645,68	-	-	-
	AV-63-AA	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	09/02/2024	15/11/2024	12 742,80	-	-	-
	BG-54-NS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	09/02/2024	22/08/2024	11 263,00	-	-	-
	BC-11-BL	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	09/02/2024	09/02/2025	7 035,60	1 279,20	-	1 279,20
	BH-55-PB	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	06/03/2024	06/03/2025	12 546,00	3 763,80	-	3 763,80
	BH-56-PB	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	06/03/2024	06/03/2025	12 546,00	3 763,80	-	3 763,80
	BH-58-PB	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	06/03/2024	06/03/2025	12 546,00	3 763,80	-	3 763,80
	BF-22-PV	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	09/02/2024	10/10/2024	17 013,68	19 680,00	-	19 680,00
	AR-68-ZM	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	16/02/2024	06/08/2024	13 331,60	-	-	-
	BH-36-LF	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	29/05/2024	29/05/2025	6 371,40	-	-	-
	BC-13-CX	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	06/08/2024	06/08/2025	8 316,40	15 744,00	-	15 744,00
	BL-84-RV	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	22/08/2024	22/08/2025	2 754,08	10 194,24	-	10 194,24
	BG-51-CS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	10/10/2024	10/10/2025	4 634,32	19 680,00	-	19 680,00

valores expressos em euros

FUTUROS (PAGAMENTOS)/RECEBIMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES/SUBLOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS		LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR					GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS		
		TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFICAÇÃO DO BEM	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	TOTAIS
					COMEÇO	FIM				
31.12.2024	BC-85-AD	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	24/10/2024	24/10/2025	1 849,76	12 742,80	-	12 742,80
	BD-85-LQ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	15/11/2024	15/11/2025	1 274,28	14 017,08	-	14 017,08
	BC-42-BJ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	06/12/2024	06/12/2025	593,18	8 487,00	-	8 487,00
	BP-95-PA	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	20/12/2024	20/12/2025	273,77	8 487,00	-	8 487,00
	BP-57-NS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	20/12/2024	20/12/2025	273,77	8 487,00	-	8 487,00
	BP-15-PZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	20/12/2024	20/12/2025	273,77	8 487,00	-	8 487,00
	BP-32-NS	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	20/12/2024	20/12/2025	273,77	8 487,00	-	8 487,00
	BP-32-PZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	20/12/2024	20/12/2025	273,77	8 487,00	-	8 487,00
	BO-34-ZC	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	26/12/2024	26/12/2025	136,89	8 487,00	-	8 487,00
	BG-18-TN	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	26/12/2024	26/12/2025	136,89	8 487,00	-	8 487,00
	BN-17-CJ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	11/12/2024	11/12/2025	949,88	16 826,40	-	16 826,40
	BI-77-CT	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	23/12/2024	23/12/2025	407,09	16 826,40	-	16 826,40
	BL-91-JV	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	23/12/2024	23/12/2025	407,09	16 826,40	-	16 826,40
	AT-59-CM	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	26/12/2024	26/12/2025	271,39	16 826,40	-	16 826,40
	BD-57-OE	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	26/12/2024	26/12/2025	271,39	16 826,40	-	16 826,40
	BH-04-LF	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	01/12/2024	01/12/2025	45,23	16 826,40	-	16 826,40
	BG-91-RZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	06/12/2024	06/12/2025	1 176,04	16 826,40	-	16 826,40
	BL-15-RZ	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	10/12/2024	10/12/2025	995,11	16 826,40	-	16 826,40
	BC-23-AA	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	11/12/2024	11/12/2025	949,88	16 826,40	-	16 826,40
	BL-54-RV	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	11/12/2024	11/12/2025	949,88	16 826,40	-	16 826,40
	BG-20-OL	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	23/12/2024	23/12/2025	407,09	16 826,40	-	16 826,40
	BL-56-LG	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	23/12/2024	23/12/2025	407,09	16 826,40	-	16 826,40
	BL-98-RX	Veículo Ligeiro	Valpi Rent, Lda.	6261411	23/12/2024	23/12/2025	407,10	16 826,40	-	16 826,40
	AV-63-AA	Veículo Ligeiro	Reno, S.A.	6261411	29/12/2023	28/01/2024	637,16	-	-	-
	AU-17-ZZ	Veículo Ligeiro	Reno, S.A.	6261411	29/12/2023	29/05/2024	5 804,54	-	-	-
	BE-85-MS	Veículo Ligeiro	Reno, S.A.	6261411	29/12/2023	29/05/2024	2 981,48	-	-	-
	BC-25-FC	Veículo Ligeiro	Reno, S.A.	6261411	29/12/2023	28/01/2024	1 369,20	-	-	-
	BC-13-DQ	Veículo Ligeiro	Reno, S.A.	6261411	18/01/2024	17/02/2024	2 103,30	-	-	-
	BC-11-BL	Veículo Ligeiro	Reno, S.A.	6261411	18/01/2024	17/02/2024	2 103,30	-	-	-
	Trator: Limpeza das Praias	Trator	NP Tratores, Lda.	6261411	09/07/2024	03/09/2024	5 904,00	-	-	-
	Trator: Limpeza das Praias	Trator	Torre Marco, SA	6261411	06/06/2024	04/10/2024	11 020,80	-	-	-
	Locação de Equipamento Informático	Equipamento	BaseDois, Lda	6261412	15/11/2024	14/11/2027	10 814,31	10 590,30	17 871,90	28 462,20
	Locação de Equipamento Informático	Equipamento	Divultec - Serviços de Informática, Lda.	6261412	01/09/2023	31/08/2026	21 290,98	19 926,56	13 285,70	33 212,26

valores expressos em euros

FUTUROS (PAGAMENTOS)/RECEBIMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES/SUBLOCAÇÕES OPERACIONAIS NÃO CANCELÁVEIS		LOCAÇÕES FINANCEIRAS EM VIGOR					GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS DAS LOCAÇÕES OPERACIONAIS		
		TIPO DE BEM	ENTIDADE LOCADORA	IDENTIFICAÇÃO DO BEM	PRAZO DA LOCAÇÃO			ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 5 ANOS	TOTAIS
					COMEÇO	FIM				
31.12.2024	Locação de Equipamento Informático	Equipamento	BCN - Sistemas de Escritório e Imagem, S.A.	6261412	11/06/2024	03/10/2027	10 973,91	10 545,58	16 774,82	27 320,39
	Aluguer de Equipamentos de Lavagem	Equipamento	Safetykleen	626151	01/11/2024	31/10/2025	5 198,59	8 275,08	-	8 275,08
	Instalações Amovíveis	Instalações Amovíveis	Algeco Construções Pré-Fabricadas SA	626152	21/12/2023	20/12/2026	46 720,00	27 671,70	13 632,50	41 304,20
	Totais						1 029 243,55	793 469,97	946 629,86	1 740 099,84

Nota 9

IMPARIDADE DE ATIVOS

9.1. Reconciliação entre as Quantias Brutas e as Quantias Líquidas por Classe de Ativos sujeitos a Perdas de Imparidade

valores expressos em euros

RECONCILIAÇÃO ENTRE AS QUANTIAS BRUTAS E AS QUANTIAS LÍQUIDAS POR CLASSE DE ATIVOS SUJEITOS A PERDAS DE IMPARIDADE	2024				2023			
	QUANTIAS BRUTAS	DEPRE-CIAÇÕES/AMORTIZA-ÇÕES ACU-MULADAS	PERDAS POR IM-PARIDADE ACUMULA-DAS	QUANTIAS LÍQUIDAS	QUANTIAS BRUTAS	DEPRE-CIAÇÕES/AMORTIZA-ÇÕES ACU-MULADAS	PERDAS POR IM-PARIDADE ACUMULA-DAS	QUANTIAS LÍQUIDAS
Ativos fixos tangíveis	17 174 798,74	(4 317 205,85)	-	12 857 592,89	8 910 758,88	(2 824 038,64)	-	6 086 720,24
Ativos intangíveis	213 451,48	(164 352,41)	-	49 099,07	189 158,98	(149 998,53)	-	39 160,45
Outros Ativos Financeiros	52 033,52	-	-	52 033,52	55 036,63	-	-	55 036,63
Inventários	361 842,04	-	-	361 842,04	291 054,06	-	-	291 054,06
Clientes	5 383 723,14	-	(1 344 174,90)	4 039 548,24	5 059 431,18	-	(1 262 887,39)	3 796 543,79
Outras Contas a Receber	161 012,61	-	-	161 012,61	277 823,31	-	-	277 823,31
Outros Ativos	4 948 009,13	-	-	4 948 009,13	4 092 506,84	-	-	4 092 506,84
Totais	28 294 870,66	(4 481 558,26)	(1 344 174,90)	22 469 137,50	18 875 769,88	(2 974 037,17)	(1 262 887,39)	14 638 845,32

9.2. Reconciliação entre as Perdas por Imparidade no Início e no Final do Período

valores expressos em euros

CONCILIAÇÃO DO MONTANTE DO EXCÉDENTE NO INÍCIO E NO FINAL DO PERÍODO	31.12.2024	Reforços	Reversões	31.12.2023
Inventários	-	-	-	-
Clientes	1 344 174,90	81 287,51	-	1 262 887,39
Outras dívidas a receber	-	-	-	-

Nota 10
INVENTÁRIOS

10.1. Políticas Contabilísticas Adotadas na Mensuração dos Inventários e Fórmula de Custeio Usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como as matérias-primas e a mão-de-obra direta, incluindo ainda gastos gerais de produção fixos e variáveis. A imputação de gastos gerais de produção fixos é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio “custo médio ponderado”, em que o inventário é valorizado pelo preço médio de compra ou de produção, podendo essa média ser móvel ou refletir as entradas de determinado período.



10.2. Quantia Escriturada de Inventários

valores expressos em euros

QUANTIAS ESCRITURADAS DE INVENTÁRIOS	31.12.2024			31.12.2023		
	QUANTIAS BRUTAS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIAS (LÍQUIDAS) ESCRITURADAS	QUANTIAS BRUTAS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	QUANTIAS (LÍQUIDAS) ESCRITURADAS
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	361 842,04	-	361 842,04	291 054,06	-	291 054,06
Totais	361 842,04	-	361 842,04	291 054,06	-	291 054,06

10.3. Custo das Matérias Consumidas

valores expressos em euros

QUANTIAS DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERÍODO		2024			2023		
		MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAIS	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAIS
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período	-	291 054,06	291 054,06	-	173 153,93	173 153,93
	Compras	-	675 691,25	675 691,25	-	762 713,09	762 713,09
	Devoluções de compras	-	-	-	-	(1 692,33)	(1 692,33)
	Descontos e abatimentos em compras	-	-	-	-	(9 372,11)	(9 372,11)
	Perdas por quebras	-	(5 822,84)	(5 822,84)	-	-	-
	Outras perdas	-	-	-	-	-	-
	Consumos de fardamento	-	(240 563,92)	(240 563,92)	-	(233 817,03)	(233 817,03)
	Consumos de Óleos e lubrificantes	-	(28 530,17)	(28 530,17)	-	(28 271,77)	(28 271,77)
	Ganhos por sobras	-	5 188,49	5 188,49	-	-	-
	Inventários no fim do período	-	(361 842,04)	(361 842,04)	-	(291 054,06)	(291 054,06)
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas		-	335 174,83	335 174,83	-	371 659,72	371 659,72
Perdas em inventários		-	-	-	-	-	-
Ofertas e amostras de inventários		-	-	-	-	-	-
Totais		-	335 174,83	335 174,83	-	371 659,72	371 659,72

10.4. Quantias de Inventários que se espera que Sejam Recuperadas (pelo Consumo ou pela Alienação) até, e após, Doze Meses

valores expressos em euros

QUANTIAS DE INVENTÁRIOS QUE SE ESPERA QUE SEJAM RECUPERADAS (PELO CONSUMO OU PELA ALIENAÇÃO) ATÉ, E APÓS, DOZE MESES	31.12.2024			31.12.2023		
	QUANTIAS QUE SE ESPERA QUE SEJAM RECUPERADAS A MENOS DE 12 MESES	QUANTIAS QUE SE ESPERA QUE SEJAM RECUPERADAS A MENOS DE 12 MESES	QUANTIAS (LÍQUIDAS) ESCRITURADAS	QUANTIAS QUE SE ESPERA QUE SEJAM RECUPERADAS A MENOS DE 12 MESES	QUANTIAS QUE SE ESPERA QUE SEJAM RECUPERADAS A MAIS DE 12 MESES	QUANTIAS (LÍQUIDAS) ESCRITURADAS
Mercadorias	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	361 842,04	-	361 842,04	291 054,06	-	291 054,06
Totais	361 842,04	-	361 842,04	291 054,06	-	291 054,06

Nota 11

RÉDITO

A Empresa reconhece o rédito de acordo com os seguintes critérios:

- a) Vendas** - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos Ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados;
- b) Prestações de serviços** - são reconhecidas numa base linear e em regime de acréscimo;
- c) Subsídios à exploração**, decorrentes da aplicação dos contratos programa, são reconhecidos numa base cobertura de gasto e em regime de acréscimo.

Nota 12

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. Com referência a 31 de dezembro de 2024, não existiam em curso quaisquer processos cíveis, judiciais ou de outra natureza cuja expectativa da Administração e Departamento Jurídico relativamente ao respetivo desfecho fosse desfavorável para a Empresa, aspeto pelo qual não foram vertidos quaisquer impactos contabilísticos naquela data em sede de provisões.

À data da apresentação de contas, a Porto Ambiente tem em curso um processo judicial, na qualidade de autora, referente a uma arbitragem envolvendo a SUMA na qualidade de ré. A decisão arbitral do referido processo foi favorável à Porto Ambiente, contudo a proposta quanto à forma e montante de concretização apresentada pela Ré

valores expressos em euros

QUANTIAS DOS RÉDITOS RECONHECIDAS NO PERÍODO	2024			2023		
	RÉDITOS RE-CONHECIDOS NO PERÍODO	PROPORÇÃO FACE AO TOTAL DOS RÉDITOS RE-CONHECIDOS NO PERÍODO	VARIAÇÃO PERCENTUAL FACE AOS RÉDITOS RE-CONHECIDOS NO PERÍODO ANTERIOR	RÉDITOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	PROPORÇÃO FACE AO TOTAL DOS RÉDITOS RE-CONHECIDOS NO PERÍODO	VARIAÇÃO PERCENTUAL FACE AOS RÉDITOS RE-CONHECIDOS NO PERÍODO ANTERIOR
Prestação de serviços	19 819 084,94	66,15%	10%	18 020 195,30	64,52%	9,56%
Tarifa de Gestão de RU	19 691 349,85	65,73%	9,79%	17 934 990,10	64,22%	9,52%
Outras prestações de serviços	127 735,09	0,43%	49,91%	85 205,20	0,31%	18,64%
Subsídios à exploração	10 140 157,11	33,85%	2,34%	9 908 509,18	35,48%	18,21%
Cobertura de tarifa			-%	471 155,43	1,69%	-11,24%
Limpeza do Espaço Público	9 859 536,86	32,91%	10,46%	8 925 649,71	31,96%	18,97%
Neutralidade Carbónica	244 292,81	0,82%	30,27%	187 528,81	0,67%	275,95%
AMP Bioresíduos 2023	30 531,25	0,10%	-44,32%	54 834,49	0,20%	-42,17%
Cityloops	0,10	0,00%	-100,00%	110 327,80	0,40%	-31,38%
Asprela	112,92	0,00%	-99,51%	22 887,35	0,08%	18,76%
Outros	2 683,17	0,01%	-97,99%	133 193,29	0,48%	2458,38%
Outros apoios do Estado	3 000,00	0,01%	2,31%	2 932,30	0,01%	-84,60%
Totais	29 959 242,05	100,00%	7,27%	27 928 704,48	100,00%	12,48%

não se verificou satisfatória, pelo que o processo voltou a ser devolvido aos advogados para apreciação completar quanto às próximas opções a esgotar.

Nota 13

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Como referido no Relatório de Gestão, a abordagem da Porto Ambiente em relação aos eventos subsequentes no ano de 2024, especialmente no

que diz respeito às preocupações económicas e financeiras, foi em grande parte dedicada aos conflitos em curso na Ucrânia e no Médio Oriente, tendo vindo a ser estratégica e adaptativa. A Porto Ambiente, como qualquer organização enfrenta desafios significativos devido à volatilidade geopolítica e suas consequências económicas, tendo vindo a adotar medidas de mitigação como já anteriormente divulgado. Assim, entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, reitera-se que não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Nota 14

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

14.1. Quantias dos Principais Componentes de Gasto/ (rendimento) de Impostos

valores expressos em euros

QUANTIAS DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DE (GASTO)/RENDIMENTO DE IMPOSTOS				2023			2023			
				DEMONST. DOS RESULTADOS	OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO	TOTAIS	DEMONST. DOS RESULTADOS	OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO	TOTAIS	
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores				-	-	-	-	-	-	
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente			41 759,39	-	41 759,39	24 812,45	-	24 812,45	
	Gastos/ (rendimentos) por impostos diferidos	De diferenças temporárias			7 533,29		7 533,29	4 968,12		4 968,12
		Benefícios de perdas fiscais não reconhecidas anteriormente, de créditos por impostos ou de diferenças temporárias de um período anterior	Usados para reduzir gastos de impostos correntes		-	-	-	-	-	-
			Usadas para reduzir gastos de impostos diferidos		-	-	-	-	-	-
		Imposto diferido			7 533,29	-	7 533,29	4 968,12	-	4 968,12
	Imposto sobre o rendimento do período			49 292,68	-	49 292,68	29 780,57	-	29 780,57	
Totais				49 292,68	-	49 292,68	29 780,57	-	29 780,57	

14.2. Demonstração do Relacionamento entre o Lucro Contabilístico e os Gastos/(rendimentos) de Impostos

valores expressos em euros

DEMONSTRAÇÃO DO RELACIONAMENTO ENTRE O LUCRO CONTABILÍSTICO E OS GASTOS/(RENDIMENTOS) DE IMPOSTOS			2024			2023		
			BASE	TAXA	IMPOSTO	BASE	TAXA	IMPOSTO
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)		Resultado líquido do período	541 468,74	21,00%	113 708,44	216 276,01	21,00%	45 417,96
		Gastos/(rendimentos) de impostos	49 292,68		-	29 780,57		-
		Resultado antes de impostos	590 761,42	21,00%	124 059,90	246 056,58	21,00%	51 671,88
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescer	72 631,63	21,00%	15 252,64	67 247,67	21,00%	14 122,01
		A deduzir	(218 919,28)	21,00%	(45 973,05)	(143 571,98)	21,00%	(30 150,12)
	Diferenças temporárias	A acrescer	1 891,21	21,00%	397,15	14 018,95	21,00%	2 943,98
		A deduzir	(36 138,89)	21,00%	(7 589,17)	(28 553,27)	21,00%	(5 996,19)
Lucro/(Prejuízo fiscal)			410 226,09	21,00%	86 147,48	155 197,95	21,00%	32 591,57
Dedução de perdas fiscais			-	21,00%	-	-	21,00%	
Matéria colectável/colecta			410 226,09	21,00%	86 147,48	155 197,95	21,00%	32 591,57
Benefícios fiscais por dedução à colecta		...	(63 520,58)	100,00%	(63 520,58)	(22 751,50)	100,00%	(22 751,50)
Outras componentes do imposto		Tributação autónoma	82 284,81	15,37%	12 650,80	131 094,77	9,65%	12 650,80
		Derrama Municipal	432 112,79	1,50%	6 481,69	154 772,12	1,50%	2 321,58
		Derrama Estadual	-	3,00%	-	-	3,00%	-
		Derrama Estadual	-	5,00%	-	-	5,00%	-
Imposto corrente			590 761,42	7,07%	41 759,39	246 056,58	10,08%	24 812,45
Imposto diferido			33 481,29	22,50%	7 533,29	22 080,53	22,50%	4 968,12
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores					-			-
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efetiva média			590 761,42	8,34%	49 292,68	246 056,58	12,10%	29 780,57

Em conformidade com o disposto na Lei n.º 27-A/2020, de 24 de julho, que aprova o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento II, é concedido um benefício fiscal, correspondente a uma dedução à coleta de IRC no montante de 20 % das despesas de investimento em ativos afetos à exploração, que sejam efetuadas entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2021, com um montante máximo de despesas elegíveis de 5 000 000 euros, até à concorrência de 70 % da coleta deste imposto.

Em conformidade com o disposto no Artigo 41.º - A do Estatuto dos Benefícios fiscais, na determinação do lucro tributável, relativa ao período de tributação e nos cinco períodos de seguintes, pode ser deduzida uma importância correspondente à remuneração convencional do capital social, calculada mediante a aplicação, limitada a cada exercício, da taxa de 7 % ao montante das entradas realizadas até (euro) 2 000 000, por entregas em dinheiro, ou do aumento do capital social, tendo sido deduzidos os seguintes montantes:

valores expressos em euros

BENEFÍCIOS DEDUTÍVEIS AO LUCRO TRIBUTÁVEL	2024				
	ENTRADA EM NUMERÁRIO	MÁXIMO ELEGÍVEL	TAXA	DEDUÇÃO ANUAL	LIMITE
Remuneração convencional do capital social (2020)	2 800 000,00	2 000 000,00	7,00%	140 000,00	2025

14.3 Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Com referência à data de 31 de dezembro de 2024, os eventos suscetíveis de gerar impostos diferidos ativos e / ou passivos foram contabilisticamente relevados, apresentando-se da seguinte forma:

valores expressos em euros

QUANTIAS DE ATIVOS E DE PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS RECONHECIDOS NO BALANÇO E CORRESPONDENTES MOVIMENTOS OCORRIDOS DURANTE O PERÍODO		2024				2023			
		SALDO NO CO-MEÇO DO PERÍODO	MOVIMENTOS DO PERÍODO VIA		SALDO NO FIM DO PERÍODO	SALDO NO CO-MEÇO DO PERÍODO	MOVIMENTOS DO PERÍODO VIA		SALDO NO FIM DO PERÍODO
			DEMONS-TRAÇÃO DOS RESULTA-DOS	OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO			DEMONS-TRAÇÃO DOS RESULTA-DOS	OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO	
Ativos por impostos diferidos	Perdas por imparidade não aceites	35 738,87	(7 533,29)		28 205,58	40 706,99	(4 968,12)		35 738,87
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Totais	35 738,87	(7 533,29)	-	28 205,58	40 706,99	(4 968,12)	-	35 738,87
Passivos por impostos diferidos	Excedentes de revalorização	(367,61)	-	341,36	(26,25)	(4 039,61)	-	3 672,00	(367,61)
	Subsídios ao investimento	(173 286,73)	-	33 038,72	(140 248,01)	(170 499,92)	-	(2 786,81)	(173 286,73)
	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Totais	(173 654,34)	-	33 380,08	(140 274,26)	(174 539,53)	-	885,19	(173 654,34)

Nota 15
INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1. Número de Ações Representativas do Capital Social, Respetivas Categorias e Valor Nominal

A 31 de dezembro de 2024, a Empresa detinha um capital social de 3 265 566 (três milhões, duzentos e ses-

senta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) euros, representados por 3 265 566 (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis) ações, com o valor nominal de 1 (um) euro cada. As ações são nominativas, correspondendo cada uma delas a um voto, como se discrimina em seguida:

valores expressos em euros

CATEGORIAS DAS AÇÕES EMITIDAS		QUANTIDADE DE AÇÕES				VALOR NOMINAL DAS AÇÕES			
		AÇÕES EMITIDAS			AÇÕES DETIDAS POR SUBSIDIÁRIAS OU ASSOCIADAS	AÇÕES EMITIDAS			AÇÕES DETIDAS POR SUBSIDIÁRIAS OU ASSOCIADAS
		INTEIRAMENTE PAGAS	NÃO PAGAS	TOTAIS		INTEIRAMENTE PAGAS	NÃO PAGAS	TOTAIS	
31.12.2024	ações ordinárias	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-
	Totais	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-
31.12.2023	ações ordinárias	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-
	Totais	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-	3 265 566,00	-

15.2. Reconciliação, para cada Classe de Ações, entre o Número de Ações em Circulação no Começo e no Fim do Período

A variação no número de ações em circulação até 31 de dezembro de 2024 discrimina-se no quadro seguinte:

valores expressos em euros

RECONCILIAÇÃO, PARA CADA CLASSE DE AÇÕES, ENTRE O NÚMERO DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO COMEÇO E NO FIM DO PERÍODO	2024				2023			
	QUANTIDADE DE AÇÕES		VALOR NOMINAL DAS AÇÕES		QUANTIDADE DE AÇÕES		VALOR NOMINAL DAS AÇÕES	
	AÇÕES ORDINÁRIAS	TOTAIS	AÇÕES ORDINÁRIAS	TOTAIS	AÇÕES ORDINÁRIAS	TOTAIS	AÇÕES ORDINÁRIAS	TOTAIS
Ações em circulação no começo do período	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00
Ações emitidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em circulação no fim do período	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00	3 265 566,00

A Porto Ambiente foi constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tendo por o objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, foi de 465 566,00 € (quatrocentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 200 000€ em capital e 265 566€ realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis.

No ano de 2020, e após obtenção do visto prévio favorável do Tribunal de Contas, em Sessão Diária de Visto de 7 de agosto de 2020, a Empresa viu o seu capital social aumentado em 2 800 000 Euro (dois milhões e oitocentos mil euros), integralmente realizado em dinheiro.



Nota 16
OUTRAS DIVULGAÇÕES

16.1. Demonstração dos Resultados por Atividade

Conforme inicialmente preconizado, a atividade da Empresa é essencialmente financiada pelas seguintes fontes de rendimento:

- a) **Tarifa de resíduos urbanos**, faturada ao consumidor final na fatura da água, por intermédio da entidade **CMPEA**;
- b) **Subsídios à exploração – Cobertura de tarifa de RU**: subsídios concedidos pelo Município que visam assegurar a parte remanescente dos custos afetos à Gestão RU não coberta pelas

receitas próprias, quando aplicável, numa perspetiva de tornar os serviços economicamente acessíveis ao utilizador final; e

- c) **Receitas provenientes do Município – Limpeza de espaço público**: transferências que visam cobrir os custos do serviço de Limpeza do espaço público que, assumindo características de um bem social, está excluído do Sistema Tarifário;
- d) **Receitas provenientes do Município – Neutralidade Carbónica**: transferências que visam cobrir os custos do serviço de gestão e representação do Porto, no Pacto para o Clima;

No contexto, as demonstrações dos resultados por atividade seguidamente ilustradas traduzem os referidos racionais, tendo sido apuradas com base na imputação integral de todos os gastos diretos e indiretos.

valores expressos em euros

RENDIMENTOS E GASTOS		PERÍODO 2024			
		RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS	SERVIÇOS AUXILIARES	LIMPEZA DO ESPAÇO PÚBLICO	NEUTRALIDADE CARBÓNICA
Vendas e serviços prestados	+	19 189 318	629 767	-	-
Contratos programa		-	-	9 859 537	244 293
Outros subsídios à exploração	+	32 862	12	2 488	966
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(110 611)	(1 037)	(223 510)	(17)
Fornecimentos e serviços externos	-	(9 725 085)	(148 747)	(1 826 072)	(106 530)
Subcontratos	-	(39 220)	-	-	-
Tratamento de resíduos	-	(5 232 034)	(100 748)	(159 898)	-
Outros trabalhos especializados	-	(1 020 899)	(11 933)	(350 804)	(86 761)
Combustíveis, seguros e manutenção	-	(2 173 322)	(21 876)	(456 595)	(2 046)
Aluguer de viaturas	-	(325 061)	(5 775)	(552 131)	(6 806)
Fornecimentos e serviços externos - outros	-	(934 549)	(8 415)	(306 645)	(10 916)
Gastos com pessoal	-	(8 417 604)	(102 383)	(7 124 358)	(135 990)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	(79 637)	(1 650)	-	-
Outros rendimentos e ganhos	+	1 189 149	359	74 331	145
Outros gastos e perdas	-	(784 079)	(10 883)	(21 811)	(93)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	1 294 312	365 439	740 604	2 772
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	(933 817)	(9 898)	(562 243)	(2 065)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	360 494	355 541	178 362	707
Juros e gastos similares suportados	-	(128 927)	(2 152)	(173 263)	-
Resultado antes de impostos	=	231 567	353 388	5 099	707
Imposto sobre rendimento do período	-/+	(22 805)	(20 682)	(5 099)	(707)
Resultado líquido do período	=	208 762	332 707	-	-

16.2. Maturidade das Contas a Receber e a Pagar

valores expressos em euros

MATURIDADE DAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	31.12.2024				31.12.2023			
	ATÉ 30 DIAS	DE 30 A 90 DIAS	MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	ATÉ 30 DIAS	DE 30 A 90 DIAS	MAIS DE 90 DIAS	TOTAL
CRÉDITOS A RECEBER								
Clientes	801 114	3 132 385	106 049	4 039 548	796 894	2 745 774	253 876	3 796 544
CMPEA - Empresa de Aguas do Município do Porto EM	751 414	3 143 932	1 429 133	5 324 478	778 941	2 776 963	1 460 086	5 015 989
Outros	56 576	163	2 506	59 245	34 723	2 934	5 614	43 272
Perdas por imparidade	(6 875)	(11 710)	(1 325 589)	(1 344 175)	(16 771)	(34 123)	(1 211 824)	(1 262 717)
Outros créditos a receber	46 219	27 877	86 917	161 013	58 235	159 802	59 787	277 823
Acréscimos de rendimentos	45 456	27 877	78 424	151 756	58 235	153 231	47 659	259 124
Outros	763	-	8 493	9 256	-	6 571	12 128	18 699
Total Créditos a receber	847 333	3 160 261	192 966	4 200 561	855 128	2 905 576	313 663	4 074 367
DÍVIDAS A PAGAR								
Fornecedores	(2 726 393)	-	-	(2 726 393)	(2 095 655)	-	-	(2 095 655)
Câmara Municipal do Porto	-	-	-	-	(1 544)	-	-	(1 544)
LIPOR - Emp. Gestão, tratamen- to e valorização de resíduos	(996 436)	-	-	(996 436)	(965 407)	-	-	(965 407)
Outros	(1 729 957)	-	-	(1 729 957)	(1 128 703)	-	-	(1 128 703)
Outras Dívidas a pagar	(1 736 752)	(168 585)	(77 481)	(1 982 817)	(1 674 105)	(115 667)	(51 198)	(1 840 970)
Acréscimos de gastos	(1 736 752)	(168 465)	(4 099)	(1 909 315)	(1 671 125)	(115 667)	(3)	(1 786 796)
Outros	-	(120)	(73 382)	(73 502)	(2 980)		(51 194)	(54 174)
Total Dívidas a pagar	(4 463 145)	(168 585)	(77 481)	(4 709 211)	(3 769 760)	(115 667)	(51 198)	(3 936 625)

16.3. Gastos com Pessoal

Ao nível dos Recursos Humanos, como conse-
quência da constituição de novas equipas de
trabalho, na procura de dar resposta ao expectá-
vel aumento da produção de resíduos, bem como
a internalização da limpeza urbana, fatores que
impactaram naturalmente no mapa de pessoal da
Porto Ambiente, o qual em 31 de dezembro de 2024,
era constituído por 716 elementos, cujo número de
colaboradores, encargo médio e variação face ao
total de gastos se detalha infra.

valores expressos em euros

RECURSOS HUMANOS	2024	2023
Número de trabalhadores no final do período	716	711
Número médio de trabalhadores ao longo do período	715	561
Gastos com o pessoal	15 781 157,23	11 629 656,61
Gasto médio, mensal, por colaborador (12 meses)	1 838,82	1 729,06

valores expressos em euros

GASTOS COM PESSOAL	2024			2023		
	GASTOS DO PERÍODO	PROPORÇÃO FACE AO TOTAL DOS GASTOS	VARIAÇÃO PERCENTUAL FACE AOS GASTOS RECONHE- CIDOS NO PERÍODO ANTERIOR	GASTOS DO PERÍODO	PROPORÇÃO FACE AO TOTAL DOS GASTOS	VARIAÇÃO PERCENTUAL FACE AOS GASTOS RECONHE- CIDOS NO PERÍODO ANTERIOR
Remunerações do pessoal	12 041 509,80	76,30%	34,17%	8 974 987,39	77,17%	51,75%
Encargos sobre remunerações	2 628 703,86	16,66%	34,39%	1 956 002,21	16,82%	48,76%
Seguros acid. trab. e doenças prof.	571 246,77	3,62%	170,33%	211 316,10	1,82%	17,99%
Outros custos com o pessoal	539 696,80	3,42%	10,74%	487 350,91	4,19%	22,09%
Totais	15 781 157,23	100,00%	35,70%	11 629 656,61	100,00%	48,95%

16.4. Estado e Outros Entes Públicos

valores expressos em euros

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31.12.2024	31.12.2023
Ativo		
Imposto sobre o rendimento pessoas coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Total Ativo	-	-
Passivo		
Imposto sobre o rendimento pessoas coletivas (IRC)	(32 018,39)	(15 071,45)
Imposto sobre o rendimento pessoas singulares (IRS)	(50 097,00)	(56 599,00)
Contribuições para a segurança social (SS)	(238 289,25)	(239 609,42)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(7 500,19)	(5 757,87)
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	(37 906,83)	(40 492,30)
Outros	-	(3 003,11)
Total Passivo	(365 811,66)	(360 533,15)



16.5. Responsabilidades por Garantias Prestadas

À data de 31 de dezembro de 2024, a Empresa não reconhece quaisquer provisões ou contingências para garantias a terceiros, dado não se verificarem naquela data, nem tendo sido verificados ao longo do período, eventos que justifiquem o reconhecimento. Por outro lado, para efeitos de garantia do cumprimento contratual, a empresa apresenta, a seu favor, as seguintes garantias:

valores expressos em euros

GARANTIAS PRESTADAS A FAVOR DA EMPRESA COMO GARANTIA DO CUMPRIMENTO CONTRATUAL	31.12.2024	
	TIPO DE GARANTIA	VALOR DA GARANTIA
Recolte/Ecoambiente, S.A.	Depósito Caução	9 469,73
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Depósito Caução	418 571,86
Iveco Portugal Com.Veiculos Industriais, SA	Seguro Caução	401 259,50
WeServAmbiente, Lda	Depósito Caução	33 647,06
Formato Bin, Lda.	Garantia Bancária	34 350,00
DouroGás Natural - Com. de Gás Nat e Energia, S.A.	Depósito Caução	97 806,15
Horizonperspective, S.A.	Garantia Bancária	15 125,00
Waste to Me, Lda.	Garantia Bancária	2 246,10
KINTO PORTUGAL, S.A.	Seguro Caução	40 162,08
SOMA - ENVIRONMENTAL SOLUTIONS,LDA	Depósito Caução	16 080,00
LeasePlan Portugal- Com. Alug. Automóveis e Eq.Lda	Seguro Caução	30 562,29
COPS - Companhia Operacional de Segurança, Unip. Lda.	Retenção de Garantia	6 115,12
RIOBOCO - Serv. Gerais, Enhª Manª, S.A.	Retenção de Garantia	6 611,22
EUROFACILITIES - Serviços Integrados, Lda.	Retenção de Garantia	4 959,85
Resitul, Lda.	Depósito Caução	205 700,00
Graump Maquinaria Industrial	Depósito Caução	57 950,00
TOTAIS	-	1 380 615,96

16.6. Diferimentos

valores expressos em euros

DIFERIMENTOS	31.12.2024	31.12.2023
Ativo		
Licenças e suporte informático	65 638,26	52 603,04
Seguros	389 062,85	17 946,43
Licenciamento Azitek	5 446,81	-
Outros não discriminados	10 924,80	12 557,36
Total Ativo	471 072,72	83 106,83
Passivo		
Contratos Programa	(966 915,83)	(873 818,05)
Outros rendimentos com subsídios	(122 652,51)	(32 501,07)
Adiantamento de processo por Incumprimento Contratual (em curso)	(247 320,00)	(247 320,00)
Total Passivo	(1 336 888,34)	(1 153 639,12)

16.7. Outras Divulgações Obrigatórias

Dando cumprimento ao previsto na alínea b) do número 1 do Artigo 66.º- A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que a totalidade dos honorários faturados pela sociedade de revisores oficiais de contas, no montante de 28 336,41 euros, respeitam a trabalhos de garantia de fiabilidades decorrentes da revisão legal das contas anuais.

O exercício de 2024 saldou-se com um resultado líquido positivo no montante de 541 468,74 Euro (quinhentos e quarenta e um mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e setenta e quatro centimos), propondo a Administração que o mesmo seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais, no montante de 27 073,44 Euro (vinte e sete mil, setenta e três euros e quarenta e quatro centimos);
- Resultados transitados, no montante de 514 395,30 Euro (quinhentos e catorze mil, setenta e três euros e quarenta e quatro centimos).



Porto, 19 de março de 2025

Contabilista Certificado	O Conselho de Administração	
 Paulo Sérgio Oliveira da Cruz (Contabilista Certificado)	 Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo (Presidente)	 Luís Bragança de Assunção (Vice-presidente)
	 Helena Vilasboas Tavares (Vogal)	



Certificação Legal das Contas

RELATIVA AO PERÍODO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2024 (que evidencia um total de 22 469 138 euros e um total de capital próprio de 6 187 470 euros, incluindo um resultado líquido de 541 469 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 25.º, n.º 6, al. j) da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 26 de março de 2025

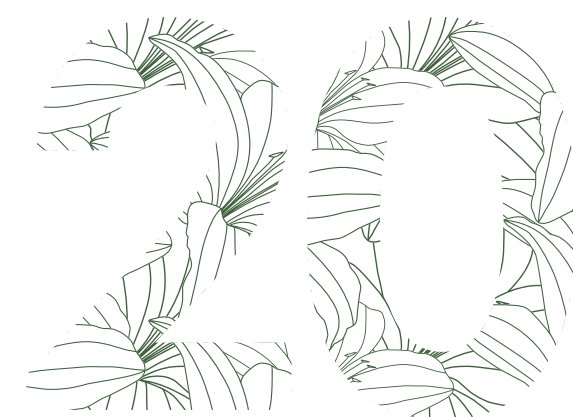
Alente.

Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta

(Revisor Oficial de Contas com o n.º 1023 e registado na CMVM com o n.º 20160637)





**Relatório e Parecer
do Fiscal Único**
RELATIVO AO PERÍODO
FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, extensão e metodologias consideradas adequadas, relativamente ao exercício findo em **31 de Dezembro de 2024**, a atividade **PORTO AMBIENTE - EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO, E.M., S.A.** (a Entidade) examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

Durante o ano de 2024 emitimos pareceres relativos às seguintes matérias: (i) Financiamento por Locação Financeira para aquisição de equipamentos, (ii) Aditamento ao Contrato-programa 2022-2025, (iii) Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental do ano de 2024 e (iv) aos Instrumentos de Gestão Previsional (de 2024 a 2028).

Na nossa qualidade de Revisores Oficiais de Contas auditámos as contas da Entidade reportadas a 31 de dezembro de 2024 e, como parte dos trabalhos de auditoria, analisámos o processo de preparação e divulgação da informação financeira na referida data. O Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e o correspondente Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios de mensuração utilizados merecem a nossa concordância.

Com referência ao exercício de 2024, não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas quer por acionistas, colaboradores ou outros nem emitimos parecer relativamente a qualquer negócio realizado entre a sociedade e os membros do Conselho de Administração da Sociedade nos termos do Art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, somos de parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

- 2º Que não existem objeções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Porto, 26 de março de 2025

O Fiscal único



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Dr. José Fernando Abreu Rebouta

(Revisor Oficial de Contas com o nº 1023 e registado na CMVM com o nº 20160637)



The number '21' is rendered in a large, stylized font. The interior of the digits is filled with a pattern of white, stylized leaf veins, creating a textured, organic appearance. The number is positioned in the lower right quadrant of the slide.

21

Considerações
Finais

21 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento pode conter informações e indicações prospetivas (forward looking statements), no que diz respeito aos resultados das operações e às atividades da Porto Ambiente, bem como alguns planos e objetivos da Empresa face a estas questões, as quais foram baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão.

Estas indicações futuras (forward looking statements) estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, indústria, da concorrência e nas condições económicas.

Indicações futuras podem ser identificadas por termos tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projeta”, “pretende”; “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as expectativas atuais da Administração, as quais acreditamos

serem razoáveis, os investidores e analistas são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do controlo da entidade, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras.

Alertamos ainda que, à data de conclusão deste relatório, e derivado das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração encontra-se a acompanhar, de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial. Este efeito poderá vir a ter impacto na atividade da Entidade, dependendo da evolução que esta situação venha a ter no futuro.

Advertimos assim os leitores e analistas a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras.



